

DIREITO CIVIL

Direito Civil 01

01 Os frutos armazenados em depósito para expedição ou venda são os

- A) percipiendos
- B) estantes
- C) consumidos
- D) percebidos
- E) pendentes

02 Se um proprietário de uma casa alugada que, com intenção de facilitar a ação de despejo contra seu inquilino, fingir vendê-la a terceiro, para que este, residindo em imóvel alheio, tenha maior possibilidade de vencer aquela demanda, configurada está a simulação

- A) inocente
- B) relativa objetiva
- C) absoluta
- D) maliciosa
- E) relativa subjetiva

03 Quando a norma jurídica permitir a formalização do negócio por vários modos, possibilitando que a parte opte por um deles, ter-se-á a forma

- A) genérica
- B) plural
- C) única
- D) livre
- E) contratual

04 A proteção preventiva da posse ante a ameaça de turbação ou esbulho, opera-se mediante

- A) ação de força nova espoliativa

- B) ação de dano infecto
- C) embargos de terceiro senhor e possuidor
- D) ação de imissão de posse
- E) interdito proibitório

05 Quando houver acréscimo paulatino de terras às margens de um rio em razão do afastamento das águas, que descobrem parte do álveo, ter-se-á o (a)

- A) abandono de álveo
- B) aluvião própria
- C) avulsão
- D) acessão artificial
- E) aluvião imprópria

06 É direito do censuista

- A) resgatar a renda
- B) alienar o imóvel gravado, transmitindo com ele a obrigação que o onera
- C) renunciar ao direito de resgate
- D) exigir a sub-rogação da renda no valor da desapropriação ou no valor do seguro do prédio sinistrado
- E) mover ação negatória para provar a plenitude do domínio

07 A convenção, mediante a qual o credor, possuindo um imóvel do devedor, percebe os seus frutos para conseguir a soma de dinheiro emprestada, imputando na dívida e até o seu resgate, as importâncias que for recebendo, denomina-se

- A) anticrese
- B) sub-hipoteca
- C) penhor de direitos
- D) caução de título de crédito
- E) servidão predial

08 A exceptio non rite adimpleti contractus é a cláusula resolutiva

- A) tácita relativa ao inadimplemento parcial da prestação, que constitui objeto do contrato bilateral
- B) tácita que somente se prende a contrato unilateral
- C) tácita aplicada no caso de inadimplemento total da obrigação, incumbindo a prova ao contratante que não a cumpriu
- D) tácita aplicada em caso de inadimplemento total do contrato unilateral
- E) expressa que se prende a contrato bilateral

09 Assinale a opção correta.

- A) Na venda ad mensuram, se o comprador constatar que o imóvel não corresponde às dimensões da escritura pode exigir o complemento da área por meio da ação sumária, denominada ex Vendito.
- B) Se os cômodos nada mais são do que proveitos ou melhoramentos do bem, não compreendendo os frutos naturais por ele produzidos e as acessões oriundas de fato do devedor, o comprador não pode ter direito aos frutos pendentes.
- C) A preempção é o pacto adjeto à compra e venda em que o comprador de coisa móvel ou imóvel fica com a obrigação de oferecê-la a quem lha vendeu, para que este use do seu direito de prelação em igualdade de condições, no caso de pretender vendê-la ou dá-la em pagamento.
- D) O pacto comissório é a cláusula inserida na compra e venda pela qual os contraentes anuem que a venda não se desfaça.
- E) A reserva de domínio é estipulada em contrato de compra e venda de coisa móvel fungível.

10 O contrato de custódia de ações ou valores mobiliários, identificáveis por número, não havendo estipulação de que o depositário os pode consumir, é um depósito

- A) irregular
- B) legal
- C) judicial
- D) miserável
- E) regular

RESOSTAS

1 - B

2 - C

3 - B

4 - E

5 - E

6 - D

7 - A

8 - A

9 - C

10 - E

Direito Civil 02

01 Assinale a opção falsa.

- A) A Lei de Introdução ao Código Civil é parte componente do Código Civil, sendo suas normas aplicáveis apenas ao Direito Civil.
- B) A Lei de Introdução ao Código Civil é uma *lex legum*, ou seja, um conjunto de normas sobre normas.
- C) A Lei de Introdução ao Código Civil é também o Estatuto do Direito Internacional Privado.
- D) A Lei de Introdução ao Código Civil disciplina o direito intertemporal, para assegurar a certeza, segurança e estabilidade do ordenamento jurídico-positivo, preservando as situações consolidadas em que o interesse individual prevalece.
- E) A Lei de Introdução ao Código Civil contém critérios de hermenêutica jurídica.

02 A faz seguro de vida, omitindo moléstia grave, e falece poucos meses depois. A seguradora pleiteia a anulação do negócio por estar configurado o dolo

- A) Acidental
- B) Negativo
- C) Bonus
- D) Positivo
- E) incidens

03 A partilha amigável, sendo os herdeiros maiores e capazes, pode ser efetuada por escritura pública, termo nos autos do inventário ou instrumento particular, homologado pelo magistrado, porque sua forma é a

- A) Genérica
- B) Livre
- C) Única
- D) Plural
- E) Geral

04 Se ausentes do Brasil, em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios, retornarem ao país, a prescrição que, contra eles não corria, volta a correr, computando-se o tempo decorrido antes de sua ausência, porque tal ausência era

- A) Causa interruptiva da prescrição
- B) Caso de prescrição ordinária interrompida
- C) Causa suspensiva da prescrição
- D) Caso de prescrição longi temporis
- E) Causa impeditiva da prescrição

05 O prêmio a que tem direito o inventor, acrescido da indenização a que faz jus pelas despesas efetuadas com a conservação e transporte da coisa, denomina-se

- A) Achádego
- B) Acessão
- C) Invenção
- D) Especificação
- E) Adjunção

06 Quando o proprietário A concede, mediante ato inter vivos, o usufruto de um imóvel a B, conservando a sua propriedade, configurado está o usufruto

- A) Convencional por retenção
- B) Legal

- C) Universal
- D) Convencional por alienação
- E) Impróprio

07 A hipoteca conferida àqueles que não tenham a administração de seus bens, sobre os imóveis de seus tutores ou curadores, é a

- A) Hipoteca judicial
- B) Hipoteca legal
- C) Hipoteca censual
- D) Perempção legal
- E) Hipoteca convencional

08 Assinale a opção falsa.

- A) Não tem validade a datio in solutum efetuada por ascendente a descendente, sem o consenso dos demais descendentes.
- B) A novação subjetiva passiva pode dar-se pela delegação ou pela expromissão.
- C) A compensação legal pode ser declarada ex officio.
- D) A transação possui dupla natureza jurídica: a de negócio jurídico bilateral e a de pagamento indireto.
- E) A remissão parcial se dá quando o credor reduzir o débito, que subsistirá em parte e em parte será remitido.

09 A cláusula penal só pode ser reduzida pelo juiz quando o valor de sua cominação exceder ao do contrato principal e quando houver cumprimento parcial da obrigação, em razão de seu caráter específico de

- A) Acessoriedade
- B) Condicionabilidade
- C) Compulsoriedade
- D) Subsidiariedade
- E) Imutabilidade relativa

10 A venda, sob condição resolutive, que só se aperfeiçoa se, no prazo estipulado, o comprador pagar o preço ou se, no prazo de dez dias seguintes ao vencimento daquele prazo, o vendedor demandar o preço, contém a cláusula especial designada

- A) Preempção
- B) Pacto comissório
- C) Reserva de domínio
- D) ad gustum
- E) Retrovenda

Direito Civil 02

1 - A

2 - B

3 - D

4 - C

5 - A

6 - D

7 - B

8 - C

9 - E

10 - B

Direito Civil 03

01 O prédio onde está instalada a Academia de Polícia Civil do Estado é considerado bem público

- A) de uso comum.
- B) de uso especial.
- C) dominical.
- D) dominical próprio.

02 Aquele que, casualmente, achar depósito antigo de moedas enterrado em prédio alheio, de cujo dono não haja memória,

- A) deverá dividi-lo por igual com o proprietário do prédio.
- B) deverá entregar dois terços ao proprietário do prédio.
- C) adquirir-lhe-á a propriedade plena.
- D) deverá entregar um terço ao proprietário do prédio.

03 O comodato e o mútuo distinguem-se, respectivamente, entre si em razão

- A) de a coisa não ser e ser fungível.
- B) de o primeiro caracterizar depósito e o segundo, empréstimo.
- C) de o primeiro caracterizar empréstimo e o segundo, gestão de negócio.
- D) de a coisa ser e não ser fungível.

04 A condição resolutiva da obrigação pode ser

- A) intermitente ou contínua.
- B) expressa ou tácita.
- C) suspensiva ou a termo.
- D) suposta ou pressuposta.

05 O bem imóvel pertencente a menor sob tutela só pode ser vendido com autorização do juiz

- A) e anuência do Promotor da Infância e da Juventude.
- B) desde que se adquira outro de igual valor em seu nome.
- C) quando houver manifesta vantagem e sempre em hasta pública.
- D) quando sua conservação não lhe convier.

06 Os descendentes do herdeiro excluído

- A) não sucedem.
- B) sucedem à proporção da metade do quinhão.
- C) sucedem se houver renúncia dos demais herdeiros.
- D) sucedem como se ele morto fosse.

07 João é pai de Antônio. Mário é pai de Sílvio. João e Mário são irmãos. Antônio e Sílvio, entre si, são parentes

- A) em linha reta de terceiro grau.
- B) em linha colateral de quarto grau.
- C) por afinidade sangüínea.
- D) em linha colateral de segundo grau.

08 Pródigo é aquele que

- A) gasta imoderadamente, dissipando o patrimônio.
- B) aufere vantagem, incorporando ao patrimônio.
- C) se entrega à ociosidade.
- D) não possui patrimônio.

09 É correto afirmar que

- A) sempre existirá esbulho sem posse.
- B) o esbulho e a turbação não guardam relação com a posse.
- C) a turbação pressupõe a posse, o esbulho não.
- D) não existe esbulho ou turbação sem posse.

10 O fato de novo devedor suceder ao antigo, ficando este quite com o credor, caracteriza

- A) compensação.
- B) imputação de pagamento.
- C) novação.
- D) sub-rogação.

RESOSTAS

1 - B

2 - A

3 - A

4 - B

5 - C

6 - D

7 - B

8 - A

9 - D

10 - C

Direito Civil 04

01 O testador institui seus herdeiros "A", por 1/6 da herança, "B" por 2/6 e "C" por 3/6, dispondo que, na falta de um deles por preterição, indignidade ou renúncia, nomeia "D" como herdeiro, juntamente com os demais. Dessa maneira, se "A" falecer, o seu quinhão será dividido em partes iguais por todos os outros herdeiros, inclusive "D". Ter-se-á, no caso em tela, substituição

A) ordinária singular.

B) compediosa.

C) recíproca.

D) ordinária plural.

02 Assinale a alternativa falsa.

A) Os impedimentos dirimentes privados, estatuídos no interesse de um dos nubentes, visam à preservação da incolumidade do consentimento livre.

B) O direito à prestação alimentícia é insuscetível de transação, mas o quantum das prestações vencidas ou vincendas o é.

C) A presunção de paternidade não é juris et de jure, mas juris tantum, no que concerne ao pai, que pode elidi-la provando o contrário.

D) Pode-se nomear tutor a menor cujo pai ou mãe não foram suspensos ou destituídos do pátrio poder.

03 Determinada pessoa, maior e capaz, outorga procuração a um irmão e anos depois, por força de sentença judicial, a interdição do mandante é declarada. Nesse caso,

A) com a decretação da interdição, extingue-se automaticamente o mandato.

B) como a procuração foi outorgada quando o mandante era pessoa capaz, tem ela plena validade até que ocorra um dos motivos arrolados no Código Civil para sua extinção, dentre os quais não se encontra a interdição do mandante, podendo o curador nomeado, se quiser, revogá-la a qualquer tempo, ou mantê-la em plena vigência.

C) os atos praticados pelo mandatário em nome do mandante, no período de dois anos antes da declaração da interdição, são abrangidos pela sentença e devem ser revistos pelo curador nomeado judicialmente, que poderá ratificá-los ou revogá-los, hipótese em que o desfazimento do negócio será resolvido em perdas e danos.

D) sendo o mandato um contrato e a interdição um instituto relativo ao estado das pessoas, não há relação alguma entre a interdição e o mandato, cabendo ao curador nomeado, ou aos interessados que se julgarem prejudicados, propor as respectivas ações para anular atos que entendam eivados de vício de consentimento.

04 De acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8. 078/90), "consumidor" é toda a pessoa física

A) que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final e "fornecedor" é toda a pessoa jurídica privada, nacional, que desenvolve atividades de produção e fornecimento de bens em sentido amplo e de prestação de serviços.

B) brasileira que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final e "fornecedor" é toda a pessoa física ou jurídica privada, nacional, que desenvolve atividades de produção e fornecimento de bens em sentido amplo e de prestação de serviços.

C) ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final e "fornecedor" é toda a pessoa física ou jurídica, nacional ou estrangeira, de direito público ou privado, que desenvolve atividades de produção e fornecimento de bens em sentido amplo e de prestação de serviços.

D) brasileira ou naturalizada, ou jurídica nacional, de direito privado, com seus atos constitutivos devidamente registrados e "fornecedor" é toda a pessoa jurídica, nacional ou estrangeira, de direito privado, que desenvolve atividades de produção e fornecimento de bens em sentido amplo e de prestação de serviços.

05 O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8. 069/90)

A) distingue criança e adolescente por faixa etária, considerando criança o menor com até dezesseis anos de idade e adolescente o menor entre dezesseis e vinte e um anos de idade.

B) distingue criança e adolescente por faixa etária e por grau de instrução, considerando criança o menor com até dez anos de idade, qualquer que seja a sua escolaridade, ou até dezesseis anos, desde que ainda não tenha completado o primeiro grau, e adolescente o menor que não seja qualificado como criança, com teto de idade de vinte e um anos.

C) distingue criança e adolescente por faixa etária, considerando criança o menor com até doze anos de idade e adolescente o menor entre doze e dezoito anos de idade.

D) não distingue criança e adolescente a não ser para efeitos de colocação em família substituta, quando essa distinção se dá em função da faixa etária, considerando-se criança o menor impúbere e adolescente o menor púbere.

06 Constitui ofensa aos direitos autorais a

A) paródia ou a paráfrase.

B) citação, em livros, jornais e revistas, de passagens de obra para fins de polêmica, mesmo que citando os autores da obra.

C) reprodução de obra fonográfica em estabelecimento comercial cuja atividade seja comercializar aparelhos destinados à reprodução desse tipo de obra, para demonstração à clientela.

D) reprodução de obra fonográfica em hotéis, bares, restaurantes e espetáculos musicais realizados em recinto fechado, para convidados, sem venda de ingressos ao público.

07 Durante a vigência do prazo determinado de uma locação residencial, o locador

A) não poderá reaver o imóvel locado e o locatário não poderá devolvê-lo.

B) somente poderá reaver o imóvel locado se demonstrar que necessita do mesmo para uso próprio e o locatário somente poderá devolvê-lo se for transferido de emprego para fora da Comarca onde se situa o imóvel.

C) somente poderá reaver o imóvel locado se demonstrar que necessita do mesmo para uso próprio, de ascendente ou descendente, e o locatário não poderá devolvê-lo, a não ser que notifique o locador de seu intento com antecedência mínima de seis meses e pague integralmente a multa prevista no contrato.

D) não poderá reaver o imóvel locado e o locatário poderá devolvê-lo, pagando proporcionalmente a multa pactuada no contrato.

08 Com relação à cessão civil de créditos, é correto afirmar que

A) o cedente responde pela existência do débito e pela solvência do devedor.

B) depende, via de regra, da anuência do devedor.

C) pode ser realizada antes ou após o vencimento do crédito.

D) depende de instrumento público para ter eficácia perante terceiros.

09 Nas locações entre lojistas e empreendedores de shopping centers, a estipulação de pagamento pelo locatário da chamada res sperata é

- A) anulável, pois implica em forma oblíqua de cobrança antecipada de aluguéis.
- B) lícita, à medida que tem por escopo remunerar os projetos de estruturação e divulgação do empreendimento.
- C) ilícita, porque as despesas de padronização das instalações do empreendimento devem ser custeadas pelo empreendedor.
- D) nula, porque constitui excesso de garantia do pagamento dos aluguéis.

10 No contrato de compra e venda a prazo, é considerada nula a estipulação no sentido de

- A) fixar o preço de acordo com a cotação do bem em determinada bolsa, na data do vencimento.
- B) delegar a fixação do preço ao arbítrio de terceiro, reputando-se desfeito o contrato no caso de este não aceitar a incumbência.
- C) reservar ao vendedor a prerrogativa de suspender a entrega da coisa, no caso de o comprador tornar-se insolvente antes da tradição, a despeito do prazo ajustado para pagamento.
- D) reservar exclusivamente ao vendedor a prerrogativa de fixação do preço, na data do vencimento.

RESOSTAS

1 - C

2 - D

3 - A

4 - C

5 - C

6 - D

7 - D

8 - C

9 - B

10 - D

Direito Civil 05

01 Assinale a alternativa CORRETA:

- A) A prescrição atinge a pretensão que tem por objeto uma prestação e a decadência o direito dirigido a uma sujeição.
- B) A decadência não guarda relação com os chamados direitos potestativos.

- C) É decadencial o prazo para a ação reparatória-indenizatória de dano ambiental.
- D) É prescricional o prazo para a ação de anulação de casamento.
- E) Trata-se de causa preclusiva suspensiva da prescrição a regra que dispõe que não corre prazo prescricional contra os absolutamente incapazes.

02 "A" e "B", após namorarem durante cinco meses, resolvem contrair casamento, fazendo-o perante autoridade competente. Passados seis meses da cerimônia, "A" começa a apresentar um desvio de comportamento, revelando-se portador de esquizofrenia. Diante disso, "B", provando que contraiu o casamento sem o conhecimento prévio da doença, deduz em face de "A" pretensão de direito material buscando invalidar o matrimônio. Isso posto, é correto afirmar-se que:

- A) o casamento é nulo por erro essencial quanto à pessoa.
- B) o casamento é existente e eficaz, porque celebrado perante autoridade competente e por pessoas capazes que manifestaram livre consentimento ao ensejo da celebração e, portanto, não pode ser invalidado, restando somente possibilidade de dedução de pretensão de direito material à dissolução da sociedade conjugal por violação a dever do matrimônio.
- C) o casamento é anulável.
- D) o casamento não é passível de ser invalidado, porque aquele que aceita contrair matrimônio após tão somente cinco meses de namoro é imprudente, estando inibido de promover pedido fundado em erro essencial quanto à pessoa,
- E) nenhuma das alternativas anteriores está correta.

03 Assinale a alternativa CORRETA:

- A) É lícito aos nubentes a estipulação de pacto antenupcial, podendo ser estipulado por escritura pública ou no próprio termo do casamento.
- B) É eficaz a cláusula de pacto antenupcial que estipula a comunhão universal de bens como regime de casamento entre um homem com 61 anos e uma mulher com 55 anos de idade.
- C) É livre a estipulação do pacto antenupcial quanto ao regime de bens no casamento de pessoa viúva, que tenha tido filho com o cônjuge falecido, enquanto não inventariados e partilhados bens dos casal.
- D) Tratando-se de matrimônio celebrado sob o regime da separação obrigatória de bens, comunicam-se os bens adquiridos na constância do casamento pelo esforço comum dos cônjuges.
- E) Tratando-se de casamento celebrado sob o regime da comunhão universal de bens, incluem-se na comunhão, mesmo antes de se realizar a condição suspensiva, os bens gravados de fideicomisso e o direito do herdeiro fideicomissário.

04 Assinale a alternativa CORRETA:

- A) Os direitos difusos e os direitos coletivos stricto sensu são acidentalmente coletivos e de natureza divisível.
- B) Os direitos individuais homogêneos são os decorrentes de origem comum e de natureza indivisível.
- C) Os direitos difusos e os direitos coletivos stricto sensu são metaindividuais, de natureza divisível e pressupõem uma relação jurídica base.
- D) Os direitos difusos são transindividuais, de natureza indivisível e não pressupõem uma relação jurídica base, sendo titulados por pessoas indeterminadas, ligadas por circunstâncias de fato.
- E) Os direitos coletivos stricto sensu são transindividuais, de natureza divisível, de que sejam titulares grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.

05 "A" celebrou contrato em conta de participação com o Centro Médico Hospitalar "B" Ltda., no qual este se comprometia a construir um hospital, oferecer participação nos lucros da sociedade e atendimento médico hospitalar gratuito ao cotista e sua família mediante o pagamento de quotas mensais. Após um ano, "A" resolveu verificar o andamento das obras, constatando, contudo, que nada havia sido feito e sequer havido sido adquirido o terreno para construção do estabelecimento hospitalar. "A" estava pagando regularmente as mensalidades a que se obrigara, restando cinco meses para termo final à construção e funcionamento do estabelecimento hospitalar.

Em se tratando de adimplemento, inadimplemento e resolução, considerando-se também a mais recente doutrina e jurisprudência a respeito dos contratos, é correto afirmar-se que:

- A) a quebra positiva do contrato decorre da prática de atos omissivos ou comissivos que evidenciam perturbações prestacionais, implicando inadimplemento antecipado, cuja consequência jurídica é a resolução do contrato.
- B) não há falar em inadimplemento antecipado do contrato, inviabilizando-se pretensão resolutória, enquanto não alcançado o termo à exigibilidade da prestação devida.
- C) o direito a perdas e danos decorre diretamente da eficácia do mecanismo resolutório.
- D) o adimplemento substancial não impede a resolução do contrato.
- E) é prescricional o prazo para demandar pretensão à resolução do contrato por inadimplemento.

06 "A" compra de "B" uma pequena loja de vestuário, incluindo instalações e mercadorias existentes, obrigando-se "B", verbalmente, a auxiliar o comprador nos primeiros dias de funcionamento do estabelecimento comercial, permitindo a utilização de seu CGC para pedidos de novas mercadorias até se regularizasse a situação junto aos fisco, tudo com fins de garantir condições para a normal comercialização dos produtos. Posteriormente, sem motivo razoável, "B" cancela todos os pedidos de mercadorias ainda não recebidas, inviabilizando a continuidade, normal do negócio e a percepção dos frutos esperados. Isso considerado, dizendo-se que:

I - "A" não é titular de direito subjetivo à prestação de indenização em face de "B", porque o contrato de compra e venda compreendia apenas as instalações e mercadorias existentes na loja à época do negócio.

II - "A" não é titular de direito subjetivo à prestação de indenização em face de "B", porque se tratando de contrato comutativo, restou concluído com o pagamento do preço e entrega das instalações e mercadorias existentes na loja à época do negócio, não subsistindo para "B" quaisquer outros deveres acessórios, anexos, secundários ou laterais.

III - "A" é titular de direito subjetivo à prestação de indenização em face de "B", porque a relação obrigacional é um processo dinâmico, não se exaurindo com a entrega das instalações e mercadorias existentes na loja à época do negócio.

IV - "A" é titular de direito subjetivo à prestação de indenização em face de "B", por infração aos deveres anexos ou secundários de conduta que são informados pelo princípio da boa-fé objetiva.

Está correto afirmar-se que:

- A) somente a assertiva I está correta.
- B) somente as assertivas I e II estão corretas.
- C) somente as assertivas III e IV estão corretas.
- D) somente a assertiva III está correta.
- E) somente a assertiva IV está correta.

07 Uma empresa de vendas de eletrodomésticos publicou em jornal de grande circulação local um anúncio contendo oferta de fornos microondas por preço proporcional e convidativo, sem, contudo, indicar o número de unidades disponíveis. Inúmeros consumidores acorreram a loja, mas o estabelecimento comercial, alegando que a publicidade foi veiculada com erro no preço e que não dispunha de aparelhos para atender à demanda, recusou-se à venda pelo preço anunciado. Cedendo aos pedidos dos consumidores e do Procon, a empresa vendeu os aparelhos pelo preço da oferta, mas, posteriormente, propôs ação de anulação das vendas. Isso posto, é correto afirmar-se que:

- A) o negócio jurídico é anulável, porque houve erro-obstáculo.
- B) o negócio jurídico é anulável, porque houve erro-vício.
- C) aplica-se à publicidade a disciplina própria dos atos jurídicos, inclusive a do erro, porque o fato publicitário depende da vontade para produzir efeitos, sendo relevantes os vícios que possam afetar a vontade de sua produção.
- D) o negócio jurídico é válido e eficaz, porque a publicidade, contato social de consumo, produziu vinculação jurídica negocial e obrigações, mesmo antes de celebrado contrato de compra e venda dos eletrodomésticos.
- E) lícita a recusa da empresa a vender os eletrodomésticos anunciados, porque não há falar em responsabilidade pré-negocial no direito brasileiro.

08 Assinale a alternativa CORRETA:

- A) O serviço de estacionamento em supermercado não pode ser objeto de acidente de consumo.
- B) A pessoa jurídica que adquire um produto ou serviço como insumo necessário à cadeia produtiva de sua atividade final é considerada consumidor stricto sensu no conceito "standard", independentemente da vulnerabilidade econômica.
- C) A pessoa jurídica não pode ser considerada consumidor stricto sensu.
- D) Somente pessoa física pode ser considerada consumidor stricto sensu face ao princípio da vulnerabilidade econômica.
- E) Uma empresa que adquire alimentos preparados para fornecimento aos seus empregados o faz na condição de consumidor stricto sensu, pois destinatária final econômica.

09 Assinale a alternativa CORRETA:

- A) O ato-fato jurídico imprescinde da manifestação livre e consciente da vontade humana.
- B) Pratica ato-fato jurídico indenizativo, lícito, aquele que causa destruição de coisa alheia a fim de remover perigo iminente contra si, respondendo pelo dano se o dono da coisa não for culpado pelo perigo.
- C) Pratica fato jurídico stricto sensu aquele que estabelece residência com ânimo definitivo.
- D) É negócio jurídico o reconhecimento da filiação não resultante do casamento.
- E) O testamento é ato jurídico stricto sensu mortis causa.

10 À solução de questões que envolvem danos decorrentes de erro médico, nas cirurgias plásticas de correção de defeito físico e embelezamento, quanto à relação paciente-médico e à relação paciente-hospital, é correto afirmar-se que:

- A) a relação paciente-hospital é regulada pela responsabilidade civil subjetiva.
- B) a relação paciente-médico não é contratual.
- C) a obrigação resultante da relação paciente-médico é de resultado, salvo prova de intervenção de fator imprevisível, força maior ou caso fortuito.
- D) a obrigação resultante da relação paciente-médico é sempre de meio.
- E) nenhuma das alternativas anteriores está correta.

RESOSTAS

1 - A

2 - C

3 - D

4 - D

5 - A

6 - C

7 - D

8 - E

9 - B

10 - C

Direito Civil 06

01 Assinale a alternativa correta:

- A) A lei faz distinção entre nacionais e estrangeiros quanto à aquisição e gozo dos direitos civis;
- B) A personalidade civil do homem começa com o nascimento com vida; mas a lei põe a salvo desde a concepção os direitos do nascituro;
- C) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 18 (dezoito) anos, os loucos de todo o gênero, os surdos-mudos e os ausentes;
- D) Na proteção que o Código Civil confere aos incapazes compreende-se o benefício da restituição.

02 Quanto aos atos jurídicos, assinale a alternativa correta;

- A) São nulos de pleno direito os atos jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial;
- B) O dolo acidental não obriga à satisfação de perdas e danos;
- C) A coação exercida por terceiro não vicia o ato;
- D) A validade do ato jurídico requer agente capaz, objeto lícito e forma prescrita ou não defesa em lei.

03 Quanto à prescrição é correto afirmar:

- A) A prescrição pode ser alegada, em qualquer instância, pela parte a quem aproveita;
- B) As pessoas jurídicas não estão sujeitas aos efeitos da prescrição;
- C) O juiz pode conhecer da prescrição de direitos patrimoniais mesmo se não foi invocada pelas partes;
- D) A prescrição iniciada contra uma pessoa não corre contra o seu herdeiro.

04 Quanto ao casamento, pode-se afirmar que:

- A) É nulo e de nenhum efeito, quanto aos contraentes e aos filhos, o casamento contraído com infração de qualquer dos impedimentos absolutamente dirimentes;
- B) É também nulo o casamento contraído perante autoridade incompetente, podendo ser sanada tal nulidade se não alegada dentro em 2 (dois) anos da celebração;
- C) Qualquer interessado e o Ministério Público, podem requerer a declaração de nulidade do casamento contraído perante autoridade incompetente, antes de vencido o prazo para alegação;
- D) Todas as alternativas estão corretas.

05 Assinale a alternativa correta no tocante à curatela:

- A) Estão sujeitos à curatela: os loucos de todo o gênero, os pródigos e os ausentes;
- B) A interdição só pode ser promovida pelo pai, mãe ou tutor, pelo cônjuge ou por algum parente próximo;
- C) O Ministério Público poderá promover a interdição no caso de loucura furiosa, no caso de não existir, ou não promovê-la alguma das pessoas autorizadas ou, no caso de existirem tais pessoas, serem elas menores ou incapazes;
- D) Em nenhuma hipótese pode o Ministério Público promover a interdição, a ele cabendo funcionar apenas como defensor do suposto incapaz.

06 Quanto às obrigações, assinale a alternativa incorreta:

- A) Nas obrigações alternativas, a escolha da prestação cabe ao devedor se outra coisa não se estipulou;
- B) A cláusula penal pode ser estipulada conjuntamente com a obrigação ou em ato posterior;
- C) A solidariedade não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes;
- D) Se, havendo dois ou mais devedores, a prestação for divisível, cada um responderá pela dívida toda.

07 Assinale a alternativa incorreta:

- A) Dá-se o contrato de fiança quando uma pessoa se obriga por outra, para com seu credor, a satisfazer a obrigação, caso o devedor não a cumpra;
- B) O fiador demandado pelo pagamento da dívida não pode exigir que primeiro sejam executados os bens do devedor;
- C) A fiança dar-se-á por escrito, e não admite interpretação extensiva;
- D) Pode-se estipular a fiança, ainda que sem o consentimento do devedor.

08 A posse pode ser adquirida:

- A) pela própria pessoa que a pretende, por seu representante ou procurador, por terceiro sem mandato, dependendo de ratificação e pelo constituto possessório;
- B) pela própria pessoa que a pretende e pelo constituto possessório;
- C) pela própria pessoa que a pretende, por seu representante ou procurador e por terceiro sem mandato, dependendo de ratificação;
- D) pela própria pessoa que a pretende, por seu representante ou procurador e pelo constituto possessório.

09 São direitos reais de garantia:

- A) a enfiteuse, o penhor e a hipoteca;
- B) a hipoteca, o penhor, o usufruto e o uso;
- C) a anticrese, o penhor e a hipoteca;
- D) a anticrese, o usufruto, a hipoteca e a enfiteuse.

10 É correto afirmar, exceto:

- A) A aceitação da herança pode ser expressa ou tácita; a renúncia porém, deverá constar, expressamente, de escritura pública ou termo judicial;
- B) Aberta a sucessão, o domínio e a posse da herança transmitem-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários;
- C) A sucessão abre-se no lugar de qualquer dos domicílios do falecido, havendo mais de um;
- D) A capacidade para suceder é a do tempo da abertura da sucessão, que se regulará conforme a lei então em vigor.

RESOSTAS

2 - D

3 - A

4 - D

5 - C

6 - D

7 - B

8 - A

9 - C

10 - C

Direito Civil 07

01 Assinale a alternativa correta:

- A) - São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 18 anos, os pródigos e os loucos de todos os gêneros;
- B) - São capazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer os maiores de 14 e menores de 21 anos, os ausentes e os silvícolas;
- C) - Aos 18 anos completos acaba a menoridade, ficando habilitado o indivíduo para todos os atos da vida civil;
- D) - Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos.

02 Quanto aos atos jurídicos, assinale a alternativa correta:

- A) - Nas declarações de vontade se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que à sua intenção;
- B) - São nulos os atos jurídicos emanados de erro, dolo, coação, simulação ou fraude;
- C) - Considera-se condição a cláusula, que subordina o efeito do ato jurídico a evento futuro e incerto;
- D) - O ato anulável não pode ser ratificado pelas partes.

03 Em relação ao domicílio civil pode-se afirmar, exceto:

- A) - O domicílio civil da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo;

- B) - Os funcionários públicos reputam-se domiciliados onde exercem as suas funções, mesmo temporárias, periódicas ou de simples comissão;
- C) - Nos contratos escritos poderão os contraentes especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes;
- D) - Os incapazes têm por domicílio o dos seus representantes.

04 Quanto ao pátrio poder, assinale a opção incorreta:

- A) - Os filhos legítimos, legitimados, os legalmente reconhecidos e os adotivos estão sujeitos ao pátrio poder, enquanto menores, exercido em igualdade de condições por ambos os pais, de acordo com dispositivo constitucional;
- B) - São algumas causas de extinção do pátrio poder a emancipação, a maioridade, a adoção;
- C) - Sempre que no exercício do pátrio poder colidirem os interesses dos pais com os do filho, a requerimento deste ou do Ministério Público, o próprio juiz dará solução ao caso sem necessidade de curador especial;
- D) - Perderá por ato judicial o pátrio poder o pai ou a mãe que castigar imoderadamente o filho, o deixar em abandono ou praticar atos contrários à moral e aos bons costumes.

05 De acordo com a Lei nº 6.515 de 26 de dezembro de 1977, assinale a alternativa correta:

- A) - Dar-se-á a separação judicial por mútuo consentimento dos cônjuges, se forem casados há 2 (dois) anos, manifestado perante o juiz e devidamente homologado;
- B) - A separação judicial põe termo aos deveres de coabitação, fidelidade recíproca e ao regime matrimonial de bens, como se o casamento fosse dissolvido;
- C) - A separação judicial pode ser pedida por um só dos cônjuges quando imputar ao outro conduta desonrosa ou qualquer ato que importe em grave violação dos deveres do casamento e torne insuportável a vida em comum;
- D) - Todas as alternativas estão corretas.

06 Assinale a alternativa incorreta:

- A) - Constitui-se o penhor pela tradição efetiva, que, em garantia do débito, ao credor, ou a quem o represente, faz o devedor, ou alguém por ele, de um objeto móvel, suscetível de alienação;
- B) - A lei da hipoteca é a civil, e civil a sua jurisdição, ainda que a dívida seja comercial, e comerciantes as partes;

C) - O credor pignoratício não pode, paga a dívida, recusar a entrega da coisa a quem a empenhou, podendo retê-la, porém, até que o indenizem das despesas justificadas que tiver feito, não sendo ocasionadas por culpa sua;

D) - O dono do imóvel hipotecado em nenhum caso pode constituir sobre ele nova hipoteca.

07 Assinale a alternativa correta:

A) - A posse é justa quando precária, não o sendo quando for clandestina ou violenta;

B) - O possuidor tem direito a ser mantido na posse, em caso de turbação, e restituído, no de esbulho;

C) - O possuidor turbado ou esbulhado não pode, em nenhum caso, utilizar-se de força própria para manter-se ou restituir-se na posse;

D) - A posse não transmite-se com os mesmos caracteres aos herdeiros e legatários do possuidor.

08 Assinale a alternativa correta:

A) - O devedor que paga tem direito a quitação regular e pode reter o pagamento, enquanto não lhe for dada;

B) - A obrigação, não sendo personalíssima, só opera entre as partes;

C) - Em nenhuma hipótese será assistido ao credor o direito de cobrar a dívida antes de vencido o prazo estipulado no contrato;

D) - Efetuar-se-á o pagamento no domicílio do devedor, salvo se as partes convencionarem diversamente e, sendo dois ou mais lugares designados, cabe ao devedor a escolha entre eles.

09 Assinale a alternativa correta:

A) - Na compra e venda, as despesas da escritura ficarão a cargo do comprador, e as da tradição a cargo do vendedor, salvo cláusula em contrário;

B) - O contrato de compra e venda, quando se deixa a taxaço do preço ao arbítrio exclusivo de uma das partes, não é passível de nulidade;

C) - Nas coisas vendidas conjuntamente, o defeito oculto de uma autoriza a rejeição de todas;

D) - Os ascendentes podem vender aos descendentes, sem que os outros descendentes expressamente consintam.

10 Assinale a alternativa incorreta:

- A) - Aberta a sucessão, o domínio e a posse da herança transmitem-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários;
- B) - Havendo herdeiros necessários, o testador só poderá dispor da metade da herança;
- C) - A capacidade para suceder é a do tempo da abertura da sucessão, que se regulará conforme a lei então em vigor;
- D) - A sucessão legítima defere-se na seguinte ordem: descendentes, cônjuge, ascendentes, colaterais, Municípios, Distrito Federal ou União.

RESOSTAS

- 1 - D
- 2 - C
- 3 - B
- 4 - C
- 5 - D
- 6 - D
- 7 - B
- 8 - A
- 9 - A
- 10 - D

Direito Civil 08

01 Reinaldo compromete-se com Joaquim a construir-lhe uma piscina ou a pagar-lhe quantia equivalente ao seu valor, liberando-se do vínculo obrigacional se realizar uma dessas prestações. Trata-se de obrigação

- A) cumulativa.
- B) facultativa.
- C) alternativa.
- D) conjuntiva.

02 Se Maria doar uma casa a seu sobrinho Alberto, estipulando que esse imóvel doado retorne ao seu patrimônio, se sobreviver ao donatário, configurada está a doação

- A) inoficiosa.

- B) com a cláusula de reversão.
- C) com encargo.
- D) sob forma de subvenção periódica.

03 O dolo que conduz a vítima a realizar um negócio em condições mais onerosas ou menos vantajosas, não afetando sua declaração de vontade, nem influenciando, diretamente, na realização daquele ato negocial, que seria praticado independentemente do emprego do artifício astucioso, designa-se

- A) dolo principal.
- B) dolus bonus.
- C) dolus malus.
- D) dolo accidental.

04 A relação obrigacional que contém duas ou mais prestações de dar, de fazer ou de não fazer, decorrentes da mesma causa ou do mesmo título, que deverão realizar-se totalmente, de modo que o inadimplemento de uma envolve o seu descumprimento total, visto que o credor não está obrigado a receber uma sem a outra, denomina-se obrigação

- A) simples.
- B) alternativa ou disjuntiva.
- C) cumulativa ou conjuntiva.
- D) com faculdade alternativa.

05 "A" se compromete a comprar de "B" a obra de arte "X", se ela for aceita numa exposição internacional. Cuida-se de ato negocial, continente de condição

- A) suspensiva.
- B) necessária.
- C) puramente potestativa.
- D) simplesmente potestativa.

06 O consumidor tem o direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação

- A) em cinco dias, no caso de produtos não duráveis, e em trinta dias, no caso de produtos duráveis.

- B) em trinta dias, no caso de produtos não duráveis, e em noventa dias, em caso de produtos duráveis.
- C) em dez dias, no caso de produtos não duráveis, e no prazo fixado no termo de garantia, no caso de produtos duráveis.
- D) não há prazo fixado no Código de Defesa do Consumidor, no caso de produtos não duráveis, e um ano, ou o prazo fixado no termo de garantia - o que for mais benéfico para o consumidor - no caso de produtos duráveis.

07 Não corre a prescrição entre

- A) cônjuges, ainda que divorciados, contra os que se acharem servindo no exército nacional, em favor do mandante, contra o mandatário.
- B) cônjuges, apenas na constância do matrimônio, contra os ausentes do Brasil, quando em serviço público, se pendente ação de evicção.
- C) tutelado e tutor, enquanto durar a tutela, contra os silvícolas, se pendente ação declaratória negativa ou constitutiva de direitos.
- D) ascendentes e descendentes, entre o credor pignoratício e o depositante, contra os incapazes, sejam eles de forma absoluta ou relativa.

08 O dono do imóvel hipotecado

- A) não poderá sobre ele constituir nova hipoteca, a não ser que a primeira venha a ser quitada.
- B) não poderá vendê-lo, salvo quitando a dívida e cancelando a hipoteca que a garante.
- C) poderá vendê-lo ou sobre ele constituir nova hipoteca, ainda que não quitada a dívida e cancelada a garantia existente.
- D) poderá vendê-lo parcialmente, se a hipoteca for de valor inferior ao do imóvel e a parte remanescente bastar para responder pela garantia, assim como, pelo mesmo critério, poderá constituir nova hipoteca, limitada à diferença entre o valor do imóvel e o da primeira garantia.

09 A estipulação pela qual o proprietário atribui a outrem, em caráter perpétuo, o domínio útil do imóvel, pagando a pessoa que o adquire uma pensão ou foro anual, denomina-se

- A) usufruto.
- B) servidão.
- C) anticrese.
- D) enfiteuse.

10 A impenhorabilidade do bem de família não é oponível nas execuções de créditos decorrentes de

- A) planos de saúde estipulados em prol de toda a família.
- B) fiança concedida em contrato de locação.
- C) empréstimos bancários contraídos por um dos cônjuges para incremento de suas atividades profissionais.
- D) indenização por ato ilícito cometido por um dos membros da família.

RESOSTAS

1 - C

2 - B

3 - D

4 - C

5 - A

6 - B

7 - B

8 - C

9 - D

10 - B

Direito Civil 09

01 A regra do artigo 1º, caput, da Lei de Introdução ao Código Civil, que estabelece a vacatio legis de quarenta e cinco dias, salvo disposição contrária,

- A) aplica-se, apenas, às leis ordinárias federais.
- B) não se aplica aos decretos.
- C) não foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988.
- D) aplica-se, também, nos Estados estrangeiros, quando admitida a obrigatoriedade da lei brasileira.
- E) foi revogada tacitamente por lei superveniente.

02 Segundo o artigo 526 do Código Civil, "a propriedade do solo abrange a do que lhe está superior e inferior em toda a altura e em toda a profundidade, úteis ao seu exercício". Este direito

- A) não mais compreende a livre exploração dos recursos minerais encontrados no subsolo, porque estes pertencem à União.
- B) só prevalece caso não prejudique o direito de quem é proprietário do imóvel vizinho, há mais de vinte anos, de continuar com vistas para as paisagens naturais.
- C) equivale a um usufruto, podendo ser destacado da propriedade imóvel.
- D) tem apenas a natureza de uma servidão aparente, que pode ser alienada para exploração mineral ou do potencial turístico.
- E) se harmoniza com a Constituição Federal, que assegura ao proprietário todas as faculdades inerentes ao domínio, salvo no caso de desapropriação.

03 Os direitos patrimoniais do autor

- A) não admitem sucessão hereditária.
- B) perduram por vinte anos, contados da data do óbito do autor.
- C) perduram por sessenta anos contados de 1o de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento, obedecida a ordem sucessória.
- D) perduram por setenta anos contados de 1o de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento, obedecida a ordem sucessória.
- E) perduram a partir do óbito do autor por trinta anos se não tiver herdeiros necessários e por sessenta anos se tiver herdeiros necessários

04 Os atos entre vivos, sem prazo, são exequíveis desde logo, salvo se a execução tiver de ser feita em lugar diverso ou depender de tempo (art. 127 do Código Civil),

- A) e desde a assinatura do contrato encontra-se o devedor em mora.
- B) todavia, a mora só começa com a citação válida em ação de cobrança.
- C) mas não se admite a mora do credor.
- D) contudo, não se admite a mora do devedor.
- E) porém, a mora começa desde a interpelação, notificação, ou protesto.

05 A prescrição a favor da Fazenda Pública está sujeita à seguinte regra:

- A) não admite suspensão nem interrupção.

- B) interrompe-se durante a demora no estudo feito pelos funcionários do pedido que formular o particular.
- C) somente pode ser interrompida uma vez, e recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu.
- D) interrompida, recomeça a correr, pelo prazo de cinco anos, a partir da data do ato que a interrompeu.
- E) suspensão, recomeça a correr pela metade do prazo faltante na data do pedido administrativo formulado pelo particular.

06 O benefício de ordem no contrato de fiança significa que

- A) prestada conjuntamente a um só débito por mais de uma pessoa, importa o compromisso de solidariedade.
- B) havendo mais de um fiador, o credor só pode cobrar uma cota parte de cada um.
- C) o fiador demandado pelo pagamento da dívida tem direito a exigir, até a contestação da lide, que sejam primeiro excutidos os bens do devedor.
- D) o fiador e o devedor são sempre solidariamente responsáveis pelo pagamento da dívida, salvo se declararem que a obrigação é conjunta.
- E) o fiador, mesmo que tenha se obrigado como devedor solidário, não poderá ser demandado pelo credor do afiançado, se este não for insolvente.

07 Na responsabilidade civil, a indenização por dano moral

- A) é sempre dependente da comprovação do dano material.
- B) pode ser cumulada com a indenização por dano material.
- C) prescinde da comprovação do dano material, mas com este é inacumulável.
- D) exige prévia condenação do causador do dano em processo criminal.
- E) não pode ser superior à indenização por dano material.

08 Têm personalidade jurídica privada

- A) as sociedades de economia mista e os partidos políticos.
- B) o condomínio em edificações e a sociedade de fato.
- C) as autarquias e as fundações.
- D) as empresas públicas e as autarquias.

E) o condomínio regulado pelo Código Civil e as fundações instituídas por pessoa física mediante escritura pública.

09 O itinerante tem por domicílio

- A) o Distrito Federal.
- B) sua última residência conhecida.
- C) a Capital do Estado em que por último tenha residido.
- D) o lugar em que for encontrado.
- E) a Capital do Estado em que tiver de ser demandado.

10 No tocante à obrigação natural é correto afirmar que

- A) pode ser exigida judicialmente caso não a cumpra o devedor e não está sujeita a decadência ou prescrição.
- B) não encontra previsão no direito brasileiro.
- C) se trata de uma consequência dos contratos bilaterais válidos.
- D) é sempre nula por ilicitude do objeto.
- E) é inexigível, entretanto, depois de validamente cumprida não enseja repetição.

RESOSTAS

1 - B

2 - A

3 - D

4 - E

5 - C

6 - C

7 - B

8 - A

9 - D

10 - E

Direito Civil 10

01 Decai do direito de ação para o interessado pleitear a exclusão do herdeiro ou provar a causa de sua deserdação em

- A) 2 anos, contado o prazo da abertura da sucessão.
- B) 4 anos, contado o prazo da abertura da sucessão.
- C) 2 anos, contado o prazo a partir do trânsito em julgado da decisão homologatória da partilha.
- D) 4 anos, contado o prazo a partir do trânsito em julgado da decisão homologatória da partilha.
- E) 3 anos, contado o prazo da data da apresentação das primeiras declarações prestadas no inventário.

02 Em relação ao grau de parentesco, considerando os mais próximos, tio, tio-avô e primo, estão nos seguintes graus, respectivamente:

- A) segundo, terceiro e primeiro.
- B) primeiro, segundo e terceiro.
- C) terceiro, quarto e quarto.
- D) quarto, quinto e quinto.
- E) terceiro, quarto e quinto.

03 Em qual ou quais hipótese(s) podem, o homem com mais de 60 anos e a mulher com mais de 50 anos, optar livremente pelo regime matrimonial de bens?

- A) Se existiu concubinato entre ambos, por prazo superior a três anos ininterruptos.
- B) Se existiu concubinato entre ambos, por prazo superior a cinco anos ininterruptos.
- C) Se existiu concubinato entre ambos, por prazo superior a oito anos ininterruptos.
- D) Se existiu concubinato entre ambos, por prazo superior a dez anos ininterruptos e/ou da união adveio prole.
- E) Desde que o filho do casal tenha mais de 10 anos.

04 Maria, brasileira, casou-se em Paris com Pierre, francês, tendo dele se divorciado nesta última cidade após um mês da boda. Não houve separação judicial do casal na França. Questiona-se: o reconhecimento do seu divórcio no Brasil somente ocorrerá depois de

- A) um ano da data da sentença.

- B) dois anos da data da sentença.
- C) três anos da data da sentença.
- D) quatro anos da data da sentença.
- E) cinco anos da data da sentença.

05 O penhor de títulos de bolsa (ao portador) será averbado

- A) na Junta Comercial.
- B) na Bolsa de Valores.
- C) no Cartório de Registro Civil.
- D) no Cartório de Registro de Imóveis.
- E) no Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

06 Entre outras causas, extingue-se o usufruto

- A) pela morte do nu-proprietário, pelo termo de sua duração, pela cessação da causa de que se origina.
- B) pela consolidação, pela prescrição, pela morte do cônjuge do nu-proprietário.
- C) pelo termo de sua duração, pela prescrição, pela morte dos descendentes do nu-proprietário.
- D) pela morte do usufrutuário, pela prescrição, pela morte do nu-proprietário e seu cônjuge.
- E) pela morte do usufrutuário, pela consolidação, pela prescrição.

07 Gaia, brasileira, residente na capital paulista e Tício, italiano, que se encontra no Brasil com o visto de turista, pretendem contrair matrimônio. A habilitação para esse casamento civil, no Estado de São Paulo, deverá ser feita perante

- A) o Juiz Federal do domicílio de Gaia.
- B) o Juiz de Direito do domicílio de Gaia.
- C) o Juiz de Paz do domicílio de Gaia.
- D) o Oficial do Registro de Títulos e Documentos do domicílio de Gaia.
- E) o Oficial do Registro Civil do domicílio de Gaia.

08 Simphronio casou-se com Gaia adotando o regime de comunhão universal de bens. Com a morte de seus genitores, ele renunciou à herança deixada por ambos, sem anuência da esposa. O ato praticado por Simphronio é

- A) nulo.
- B) anulável.
- C) nulo e anulável.
- D) inexistente.
- E) juridicamente válido.

09 Podem escusar-se da tutela, entre outros,

- A) as mulheres, os maiores de cinqüenta anos e os impossibilitados por enfermidade grave.
- B) as mulheres casadas, com filhos, os maiores de sessenta anos e os impossibilitados por enfermidade gravíssima.
- C) os que já exercem a curatela, as mulheres separadas ou divorciadas com mais de dois filhos sob sua guarda, os que tiverem em seu poder mais de seis filhos.
- D) as mulheres, os que tiverem em seu poder mais de cinco filhos, os militares em serviço.
- E) os que habitarem longe do lugar onde se haja de exercer a tutela, os maiores de setenta anos, as mulheres casadas, com mais de cinco filhos.

10 O Ministério Público intervém na(s) seguinte(s) hipótese(s):

- A) conversão da união estável em casamento.
- B) recusa de proceder ao registro de nascimento quando se tratar de nome possível de expor a pessoa ao ridículo.
- C) separação consensual, não tendo os separando filhos menores.
- D) averbação de reconhecimento de filhos maiores.
- E) todas as alternativas estão corretas.

RESOSTAS

1 - B

2 - C

3 - D

4 - A

5 - E

6 - E

7 - E

8 - B

9 - D

10 - E

Direito Civil 11

01 Um escritor pode ceder seus direitos autorais sem outorga uxória porque tais direitos são considerados bens

- A) móveis por antecipação
- B) imóveis por acessão física artificial
- C) imóveis por acessão intelectual
- D) móveis por determinação legal
- E) móveis por natureza

02 Podem, se o quiserem, escusar-se à tutela testamentária, legítima ou dativa,

- A) os maiores de 50 anos
- B) os administradores de empresa
- C) os que, completando 21 anos, adquirirem plena capacidade civil
- D) os que já tiverem em seu poder dois filhos
- E) os que já estiverem no exercício da tutela ou curatela

03 O pátrio-poder é:

- A) compatível com a tutela
- B) disponível

- C) renunciável
- D) direito-função e poder-dever
- E) prescritível

04 Nula será a cláusula do pacto antenupcial que

- A) prive um dos consortes do pátrio-poder, liberando-o do dever de mútua assistência
- B) escolha um dos regimes de bens entre marido e mulher, previstos no Código Civil
- C) contenha disposição atinente às relações econômicas dos cônjuges
- D) estipule na hipótese de superveniência de filhos a conversão do regime de separação em casamento com comunhão parcial
- E) nomeie, em caso de regime de separação de bens, um dos cônjuges como procurador para administrar os bens do outro

05 Entre tio-avô e sobrinho-neto há parentesco

- A) colateral em terceiro grau
- B) na linha transversal igual
- C) dúplice na linha colateral
- D) transversal em quarto grau
- E) colateral em segundo grau

06 O parentesco na linha transversal será igual, quando

- A) houver vínculo de ascendência e descendência entre os parentes
- B) houver vínculo de afinidade além do terceiro grau
- C) entre o antepassado comum e os parentes considerados, a distância em gerações for a mesma
- D) entre o antepassado comum e os parentes considerados, a distância em gerações não for a mesma
- E) se estabelece entre os parentes do adotante com os do adotado

07 Assinale a opção correta.

- A) As entidades que mantiverem programas de abrigo não poderão, em caráter excepcional e de urgência, abrigar crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente.
- B) A municipalização do atendimento aos direitos do menor e a manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos Conselhos dos direitos da criança e do adolescente são algumas das diretrizes da política de atendimento aos direitos do menor.
- C) Estão dispensados da inscrição junto ao Conselho Municipal dos direitos da criança e do adolescente não só os programas de assistência sócioeducativa destinados a crianças e adolescentes em regime de liberdade assistida ou de orientação e apoio sócio-familiar e os programas de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos e opressão, bem como os programas de serviços de identificação e localização de menores e de pais ou responsáveis desaparecidos.
- D) As entidades que mantiverem programas de abrigo a crianças e adolescentes não precisarão ocupar-se da integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem.
- E) As entidades que desenvolverem programas de internação de crianças e adolescentes não deverão comunicar à autoridade judiciária, periodicamente, os casos em que se mostre inviável ou impossível o reatamento dos vínculos familiares.

08 A sucessão no direito real de habitação do imóvel destinado à residência da família opera-se em favor do

- A) convivente sobrevivente, apenas enquanto não se casar
- B) cônjuge ou do convivente sobrevivente, enquanto viver ou não constituir nova união ou casamento, ou, ainda, do filho portador de deficiência, impossibilitado para o exercício de uma profissão
- C) descendente do de cujus em concorrência com o cônjuge sobrevivente
- D) consorte supérstite na falta de descendente e ascendente do falecido
- E) ascendente em concorrência com o cônjuge ou convivente supérstite

09 Assinale a opção falsa.

- A) Com a sentença declaratória da vacância, os herdeiros poderão reclamar os bens vagos, habilitando-se legalmente durante o prazo de 5 anos da abertura da sucessão, findo o qual o acervo hereditário incorporar-se-á ao patrimônio público definitivamente.
- B) O cessionário sucede inter vivos um bem ou uma universalidade de coisas sendo sucessor a título singular e por isso só responde pelas dívidas intra vires hereditatis.
- C) Havendo cessão da herança, o cedente sempre responde pela evicção, por ter a cessão caráter aleatório.
- D) Não pode haver repúdio parcial da herança, por ser esta uma unidade indivisível até a partilha.
- E) O indigno recebe a posse e o domínio da herança por ocasião da abertura da sucessão, vindo a perder os bens hereditários somente com o trânsito em julgado da sentença declaratória de sua indignidade.

10 Se o dono das sementes e materiais de construção plantar ou construir em terreno alheio,

- A) adquirirá a propriedade das sementes e dos materiais, mas fica obrigado a pagar o seu valor, além de responder por perdas e danos, se agiu de má-fé.
- B) perderá em proveito do proprietário do imóvel a plantação e a construção, podendo, se comprovada a sua má-fé, ser compelido a repor as coisas no estado anterior, pagando todos os prejuízos causados; mas se estava de boa-fé terá direito a uma indenização, embora perca sua construção ou plantação.
- C) ficará com a plantação e a construção, pagando uma indenização ao proprietário do imóvel.
- D) cobrará do proprietário do solo a indenização devida.
- E) adquirirá a propriedade da construção e da plantação, por haver presunção de que houve consenso tácito do dono da terra.

RESOSTAS

1 - D

2 - E

3 - D

4 - A

5 - D

6 - C

7 - B

8 - B

9 - C

10 - B

Direito Civil 12

01 Quando a remuneração do empreiteiro for estipulada para a obra inteira, sem que se considere o fracionamento de sua atividade, mas admitindo sua variação em decorrência do preço de algum dos componentes da obra, configurada está a empreitada

- A) por medida.

- B) a preço fixo relativo.
- C) por preço máximo.
- D) por preço de custo.

02 A proibição do Código Civil do casamento de viúvo ou viúva que tiver filho do cônjuge falecido, enquanto não fizer o inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros, constitui

- A) impedimento dirimente privado.
- B) impedimento dirimente relativo.
- C) impedimento dirimente absoluto.
- D) impedimento impediante.

03 A posse resultante do abuso de confiança por parte de quem recebe a coisa com o dever de devolvê-la, designa-se:

- A) precária.
- B) oculta.
- C) clandestina.
- D) indireta.

04 A obrigação que subordinou a ineficácia do ato negocial a um evento futuro e incerto é:

- A) obrigação condicional suspensiva.
- B) obrigação modal.
- C) obrigação condicional resolutiva.
- D) obrigação a termo final.

05 A cláusula inserida no contrato pela qual os contratantes anuem que a venda se desfaça, caso o comprador deixe de cumprir suas obrigações no prazo estipulado, designa-se

- A) retrovenda.
- B) perempção.
- C) reserva de domínio

D) pacto comissório.

06 Quando uma das partes oculta alguma coisa que o co-contratante deveria saber e, se sabedor, não teria realizado o negócio, ter-se-á

A) erro accidental.

B) dolo negativo.

C) simulação maliciosa.

D) simulação absoluta.

07 A aluvião imprópria é

A) acessão natural por abandono de álveo por um rio.

B) acessão natural que se dá quando o acréscimo de terras as margens de um rio se forma em razão do afastamento das águas que descobrem parte do álveo.

C) acessão natural que se opera pelo repentino deslocamento de uma porção de terra por força natural violenta, desprendendo-se de um prédio para se juntar a outro.

D) acessão artificial porque as terras se acrescentam à margem do rio por meio de intervenção humana.

08 Assinale a alternativa correta.

A) A tutela pode ser oriunda de provimento voluntário, enquanto a curatela é sempre deferida, em processo de interdição, pelo magistrado.

B) O pátrio poder é compatível com a tutela.

C) Os alimentos indenizadores são os exigidos, apenas, em decorrência de vínculo familiar.

D) Não pode ser dispensado da tutela testamentária, legítima ou dativa, aquele que já estiver no exercício de tutela ou curatela.

09 O usufruto instituído para beneficiar várias pessoas, extinguindo-se, gradativamente, em relação a cada uma das que falecerem, denomina-se

A) quase-usufruto.

B) sucessivo.

C) temporário.

D) simultâneo.

10 Assinale a opção falsa.

A) Sonegação é a ocultação dolosa de bens que devam ser inventariados ou levados à colação.

B) O dotador ou doador pode dispensar da colação o dote ou doação, desde que saia de sua meação disponível, não a exceda e o faça constar expressamente do título constitutivo da liberalidade.

C) Com o julgamento da partilha, o direito de cada herdeiro circunscrever-se à aos bens de seu quinhão, pois os co-herdeiros, antes dela, já tinham divisibilidade de seu direito à posse e ao domínio dos bens da massa partível.

D) Não estão adstritas à colação as doações remuneratórias de serviços feitos ao ascendente.

RESOSTAS

1 - B

2 - D

3 - A

4 - C

5 - D

6 - B

7 - B

8 - A

9 - D

10 - C

Direito Civil 13

01 Relativamente aos modos de apreciação da culpa do agente no caso em julgamento, ter-se-á culpa in abstracto, quando se:

A) verifica que a lesão de direito adveio de uma abstenção.

B) examina a imprudência do agente.

C) considera a questão da negligência do agente.

D) analisa comparativamente a conduta do agente com a do homem normal.

02 A hipoteca conferida aos descendentes sobre os imóveis do ascendente, que lhes administra os bens, é hipoteca:

- A) legal.
- B) cedular.
- C) judicial.
- D) convencional.

03 Se, numa locação de obra, se estabelecer um limite de valor que não poderá ser ultrapassado pelo empreiteiro, configurada está a empreitada por preço:

- A) de custo.
- B) fixo absoluto.
- C) fixo relativo.
- D) máximo.

04 Se vários forem os procuradores, podendo um agir na falta do outro pela ordem de nomeação, ter-se-á mandato plural:

- A) fracionário.
- B) substituto ou sucessivo.
- C) solidário.
- D) conjunto.

05 A emissão de títulos de crédito, que não representam qualquer negócio, feita pelo marido antes da separação judicial, para prejudicar a mulher na partilha de bens, é suscetível de anulação por haver simulação:

- A) absoluta.
- B) relativa subjetiva.
- C) relativa objetiva.
- D) maliciosa.

06 "A" deve a "B" R\$ 50.000,00. "C", amigo de "A", sabendo do débito, pede ao credor que libere "A", pois ele, "C", passará a ser o novo devedor. A hipótese configura novação:

- A) subjetiva passiva por delegação.
- B) objetiva.
- C) subjetiva passiva por expromissão.
- D) subjetiva ativa.

07 Se o testador, ao instituir uma pluralidade de herdeiros ou legatários, os declara substitutos uns dos outros, para o caso de qualquer deles não querer ou não poder aceitar a liberalidade, tipificada está a substituição:

- A) ordinária singular.
- B) compendiosa.
- C) recíproca.
- D) ordinária plural.

08 A pessoa obrigada, por dois ou mais débitos da mesma natureza, a um só credor, tem o direito de indicar a qual deles oferece pagamento, se todos forem líquidos e vencidos. Essa forma de extinção das obrigações é conhecida por:

- A) dação em pagamento.
- B) remissão de dívida.
- C) transação.
- D) imputação do pagamento.

09 O pacto comissório é:

- A) cláusula contratual pela qual um dos contratantes nomeia pessoa para representá-lo na assinatura de escrituras ou atos de transferência de domínio.
- B) cláusula contratual pela qual, não se pagando o preço até certo dia, fica facultado ao vendedor desfazer o contrato ou pedir o pagamento do preço.
- C) forma de extinção das obrigações, pela qual o credor cede o seu crédito a terceiros, transferindo-lhes os direitos dele decorrentes, com a anuência do devedor.
- D) acordo entre os diversos credores de comerciante em concordata, pelo qual o comissário assume a direção da concordatária e pactua o pagamento proporcional dos créditos privilegiados e dos quirografários.

10 Na área rural de um determinado município, existe um armazém alugado para uma pessoa física, com a finalidade específica de ali explorar o ramo de venda, a varejo, de alimentos e de bebidas. Essa locação:

- A) tem natureza rural, sendo, pois, regulada pelo Estatuto da Terra e pela legislação correlata.
- B) tem natureza não residencial, sendo, pois, regulada pela atual Lei do Inquilinato (Lei no 8.245/91).
- C) tem natureza não residencial, mas a ela não se aplicam as disposições do Estatuto da Terra nem as da Lei do Inquilinato, sendo regida, pois, pelo Código Civil.
- D) não é tratada como locação, mas sim como posse, estando sujeita às medidas possessórias específicas previstas no Código Civil e no Estatuto da Terra.

RESOSTAS

- 1 - D
- 2 - A
- 3 - D
- 4 - B
- 5 - A
- 6 - C
- 7 - C
- 8 - D
- 9 - B
- 10 - B

Direito Civil 14

01 Assinale a opção falsa

- A) A novação subjetiva passiva pode dar-se de dois modos: pela delegação e pela expromissão.
- B) A especialidade consiste no fato de o registro assentar uma perfeita e minuciosa identificação do imóvel registrando, com o escopo de impedir que sua transmissão seja feita irregularmente.
- C) A Lei de Introdução ao Código Civil é uma lex legum, ou seja, um conjunto de normas sobre normas.
- D) A presunção juris et de jure de domínio é o efeito primordial do registro imobiliário comum.

02 Se Carlos, ao instituir Roberto e Cláudio seus procuradores, delimitar, no instrumento do mandato, a ação de cada um deles, ter-se-á mandato plural

- A) conjunto.
- B) solidário.
- C) fracionário.
- D) sucessivo.

03 Se o credor, num título de crédito, for nomeado com a possibilidade de sua transferência ser efetuada mediante mera oposição de assinatura no seu verso, tal título é designado

- A) título que se dirige a credor anônimo.
- B) título à ordem.
- C) debênture.
- D) título nominativo.

04 Assinale a alternativa correta

- A) A empreitada de valor reajustável é a que contém cláusula permissiva de variação do preço em consequência de aumento ou diminuição valorativa da mão-de-obra e dos materiais.
- B) A venda, sob condição resolutiva, que só se aperfeiçoa se, no prazo estipulado, o comprador pagar o preço ou se, no prazo de dez dias seguintes ao vencimento daquele prazo, o vendedor demandar o preço, contém a cláusula especial designada preempção.
- C) A apólice será plúrima se o risco se desenvolver ao longo da atividade segurada, determinando a individualização e a especificação dos objetos segurados por meio de averbações realizadas dentro do período de sua vigência, como sucede no seguro de transporte.
- D) O benefício de ordem é o direito assegurado ao devedor principal de exigir do credor que acione, em primeiro lugar, o fiador, isto é, que os bens deste sejam excutidos antes dos seus.

05 Na arbitragem, cláusula compromissória é

- A) a cláusula pela qual o árbitro indicado pelas partes se compromete a observar todas as normas éticas e procedimentais inerentes ao seu ofício, vinculando-se à remuneração previamente estabelecida e ao prazo fixado para a entrega de seu laudo.
- B) a cláusula pela qual uma das partes compromete-se a pagar todos os custos da arbitragem, caso o laudo seja favorável à outra.

C) a convenção contratual pela qual as partes renunciam expressamente ao direito de ir a juízo para discutir a conclusão pericial, vinculando-se ao laudo arbitral, qualquer que seja o resultado deste.

D) a convenção através da qual as partes em um contrato comprometem-se a submeter à arbitragem os litígios que possam vir a surgir, relativamente a tal contrato.

06 Nas relações de consumo, é considerada cláusula abusiva a que

A) determina a utilização compulsória de arbitragem.

B) identifica o consumidor como sendo de "qualificação ignorada".

C) dá ao locador o direito de vistoriar o imóvel locado.

D) prevê a renúncia, pelo fiador, ao benefício de ordem.

07 De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90),

A) todas as pessoas maiores e casadas ou viúvas, pelo menos dez anos mais velhas do que o adotando, podem adotar.

B) qualquer pessoa, ainda que solteira, separada ou viúva, desde que seja maior, capaz, e, pelo menos, dezesseis anos mais velha do que o adotando, pode adotar.

C) os adotantes não podem ser irmãos do adotando e devem ser, pelo menos, cinco anos mais velhos do que ele.

D) os ascendentes e os irmãos do adotando, desde que casados e que sejam, no mínimo, dez anos mais velhos do que o adotando, podem adotar.

08 De acordo com a Lei Inquilinária (Lei nº 8.245/91), é vedado, sob pena de nulidade da cláusula contratual, exigir

A) no mesmo contrato, dois ou mais casais de fiadores.

B) quando não há garantia de espécie alguma, o pagamento antecipado do aluguel.

C) no mesmo contrato, seguro fiança e fiança bancária.

D) nos contratos de locação para temporada, garantia fidejussória.

09 Antônio e Maria são casados pelo regime da separação total de bens e têm dois filhos, maiores e capazes. Antônio falece sem deixar testamento ou disposição de última vontade. A Maria, na sucessão de Antônio, caberá

A) apenas o direito de usufruto da quarta parte dos bens de Antônio.

- B) absolutamente nada, uma vez que os filhos são herdeiros universais de Antônio.
- C) a meação de todos os bens, pois o casamento pelo regime da separação total de bens foi equiparado ao concubinato.
- D) somente o direito de uso do imóvel que servia de residência ao casal.

10 Extingue-se a servidão predial

- A) pelo falecimento do dono do prédio dominante ou do prédio serviente.
- B) apenas pelo óbito do dono do prédio dominante, pois a obrigação, no caso de morte do dono do prédio serviente, transmite-se aos herdeiros.
- C) pela confusão.
- D) pela constituição de hipoteca sobre o prédio serviente.

RESOSTAS

- 1 - D
- 2 - C
- 3 - B
- 4 - A
- 5 - D
- 6 - A
- 7 - B
- 8 - C
- 9 - A
- 10 - C

Direito Civil 15

01 NÃO é causa interruptiva da prescrição

- A) a apresentação do título representativo da dívida em processo de execução contra devedor insolvente.
- B) o protesto do título de crédito representativo da dívida.
- C) a notificação judicial que constitua o devedor em mora.

D) a prática, pelo devedor, de ato que importe reconhecimento inequívoco da dívida.

02 Ainda que tenha sido praticado mediante dolo, o ato jurídico NÃO é anulável quando

- A) o vício consistir na indução deliberada da parte contrária a erro substancial.
- B) o vício consistir na omissão intencional de fato, cujo conhecimento implicaria a não celebração do ato.
- C) for celebrado de qualquer maneira, a despeito do vício de vontade.
- D) a sua celebração teve como causa exclusiva e imediata a indução da parte contrária a erro.

03 Reputa-se ocorrida a condição quando

- A) seu implemento for intencionalmente obstado pela parte a quem desfavorecer.
- B) seu implemento se tornar impossível por motivo alheio à vontade das partes.
- C) transcorrido o lapso de tempo inicialmente previsto para a sua ocorrência.
- D) seu implemento for maliciosamente levado a efeito pela parte a quem favorecer.

04 Assinale a alternativa falsa.

- A) Ato material consiste na atuação da vontade que lhe dá existência imediata, porque não se destina ao conhecimento de determinada pessoa, não tendo, portanto, destinatário.
- B) O evicto terá o direito de convocar o alienante à integração da lide se proposta uma ação para evencer o bem adquirido, para que responda pelas conseqüências, assumindo a defesa, pois só assim poderá exercer o direito que da evicção lhe resulta.
- C) Anticrese é o direito real de perceber os frutos em desconto da dívida, seguindo as regras gerais de imputação em pagamento.
- D) O efeito primordial da cláusula penal é o de sua inexigibilidade pleno iure, pois dependerá de alegação de prejuízo por parte do credor que deverá provar que foi lesado pela inexecução culposa da obrigação ou pela mora.

05 A apólice que se ocupa de risco a verificar-se ao longo da atividade, determinando a individualização e a especificação dos objetos segurados por meio de averbações realizadas dentro do período de sua vigência, designa-se apólice

- A) plúrima.
- B) específica.

- C) aberta.
- D) flutuante.

06 Assinale a alternativa correta.

- A) A cláusula penal possui o caráter específico da condicionalidade, pois o dever de pagá-la está subordinado a um evento futuro e incerto: o inadimplemento total ou parcial da prestação principal ou o cumprimento tardio da obrigação, por força de fato imputável ao devedor.
- B) A aquisição da propriedade imóvel pelo acréscimo formado em razão do afastamento das águas que descobrem parte do álveo, dá-se por aluvião própria.
- C) A remição hipotecária é o direito concedido a certas pessoas de liberar o imóvel onerado, mediante pagamento da quantia devida, desde que haja o consentimento do credor.
- D) Não está consagrado no direito brasileiro o princípio da correspondência entre a unitariedade da matrícula e a unidade do imóvel, relacionado com o da especialidade.

07 É nulo o casamento quando contraído

- A) entre o filho adotado e a filha superveniente dos adotantes.
- B) pelo tutor com a tutelada, enquanto durar a tutela.
- C) por mulheres menores de 16 anos e homens menores de 18 anos.
- D) por pessoa incapaz de manifestar de modo inequívoco o seu consentimento.

08 O pátrio poder compete

- A) ao pai, estando a ele submetidos os filhos enquanto com ele residirem ou dele dependerem financeiramente.
- B) ao pai e à mãe, estando a ele submetidos os filhos enquanto menores.
- C) ao pai e, na sua ausência, à mãe, estando a ele submetidos os filhos legítimos e os adotados, enquanto absolutamente incapazes.
- D) ao pai e à mãe, estando a ele submetidos os filhos legítimos, enquanto absolutamente incapazes, e os adotados até completarem a maioridade.

09 De acordo com a Lei nº 4.591/64 (que dispõe sobre condomínio e incorporações), é defeso ao condômino

- A) votar, na assembléia condominial, sobre matéria que diz respeito a despesas ordinárias de condomínio, quando o imóvel estiver locado.
- B) alugar, ceder, dar em usufruto ou em comodato, vaga de garagem a outro condômino, se esta não for unidade autônoma com matrícula em separado do apartamento, no competente Cartório de Registro de Imóveis.
- C) utilizar funcionário do edifício, mesmo em horário de descanso, para realizar tarefa em benefício do próprio condômino ou de sua unidade autônoma.
- D) decorar esquadrias externas com tonalidade diferente da empregada no conjunto.

10 Determinado produto não durável apresenta vício de qualidade que o torna inadequado para o consumo. O vício não foi sanado pelo fornecedor no prazo de 30 dias. Ao consumidor, nesse caso, caberá

- A) somente o abatimento proporcional do preço, mediante acordo ou execução específica.
- B) alternativamente, a seu critério, o abatimento proporcional do preço ou a substituição do produto por outro, da mesma espécie, em perfeitas condições, ou ainda a restituição da quantia paga.
- C) como primeira alternativa, a substituição da mercadoria; caso o fornecedor não queira substituí-la, a devolução da quantia paga; caso o fornecedor se negue a devolvê-la, o abatimento proporcional do preço; e caso o fornecedor se negue a abater o preço, ação de perdas e danos comprovadamente sofridos.
- D) iniciar o procedimento junto aos órgãos de defesa e proteção do consumidor, para que estes obtenham junto ao Poder Judiciário as penalidades cíveis e criminais visando à devolução integral da quantia paga, monetariamente corrigida e acrescida de juros legais.

RESOSTAS

1 - B

2 - C

3 - A

4 - D

5 - C

6 - A

7 - A

8 - B

9 - D

10 - B

Direito Civil 16

01 A validade do ato jurídico requer agente capaz, objeto lícito e forma prescrita ou não defesa em lei. Assim, o ato praticado pelo absolutamente incapaz, sem a devida representação, é nulo ou anulável? Quem poderá argüir o vício?

- A) Nulo. Poderá ser alegada somente pelo MP.
- B) Anulável. Poderá ser alegada somente pelo MP.
- C) Nulo. Poderá ser alegada por qualquer interessado ou pelo MP, ou pelo Juiz, de ofício.
- D) Anulável. Poderá ser alegada por qualquer interessado ou pelo MP.

02 Assinale a alternativa que indica, correta e respectivamente, na prática de um negócio, quais são as pessoas relativamente incapazes e por quem é representado o relativamente incapaz.

- A) São incapazes, relativamente, os maiores de 16 e os menores de 21. São representados pelas pessoas a quem a lei determinar.
- B) São incapazes, relativamente, os menores de 16 e os pródigos. São representados pelos pais, tutores ou curadores.
- C) São incapazes, relativamente, os menores de 16 e os pródigos. São representados só pelos pais.
- D) São incapazes, relativamente, os maiores de 16 e os menores de 21, os pródigos e os silvícolas. São assistidos pelas pessoas a quem a lei determinar.

03 Não podem casar as mulheres menores de 16 anos e os homens menores de 18. Por quê? Há exceção a essa regra? Qual?

- A) Porque a puberdade sempre foi exigida como condição de casamento, bem como um certo grau de desenvolvimento intelectual. Há exceções. Para evitar a imposição ou o cumprimento de pena criminal e quando grávida a menor.
- B) Porque o impedimento é absoluto. Não há exceção.
- C) Porque o impedimento é previsto na lei de registros públicos. Não há exceção.
- D) Porque a puberdade sempre foi exigida como condição do casamento. Há exceção única, para evitar a imposição de pena criminal.

04 O casamento "nuncupativo" é

- A) uma forma especial de celebração do ato nupcial em que, devido à urgência do caso e por falta de tempo, não se cumprirão todas as formalidades previstas no art. 192 do Código Civil.
- B) quando, em atenção à boa fé de um ou de ambos os consortes, o matrimônio anulável produz efeitos civis válidos em relação aos conjuges e à prole.
- C) uma forma especial de celebração do ato nupcial, denominado casamento morganático, também chamado de "mão esquerda".
- D) uma forma especial de celebração do ato nupcial, denominado casamento oculto, também chamado de clandestino.

05 Assinale a alternativa que indica a correta seqüência dos atos judiciais no procedimento inicial da separação judicial.

- A) O juiz deverá ouvir as partes, em conjunto e na presença obrigatória dos advogados, na tentativa de reconciliação.
- B) O juiz deverá ouvir pessoal e separadamente cada uma das partes, presentes obrigatoriamente os advogados respectivos, na busca de reconciliação.
- C) O Juiz poderá ouvir as partes, ou seus representantes com a presença facultativa dos advogados.
- D) O Juiz deverá ouvir pessoal e separadamente cada uma das partes e, a seguir, reuni-las em sua presença, se assim considerar necessário, na busca da reconciliação, sem a presença dos advogados. Após essa fase, os advogados poderão participar dos entendimentos.

06 Quais são as hipóteses de separação judicial e no que consistem?

- A) Separação-sanção. Nela as partes discutem culpa, imputada por um cônjuge a outro, em virtude de grave violação dos deveres do casamento e que tornou insuportável a vida em comum. Separação-falência. Nela basta provar a ruptura da vida em comum há mais de um ano consecutivo e a impossibilidade de sua reconstituição. Separação-remédio. Ocorre quando o outro estiver acometido de grave doença mental, manifestada após o casamento, que torne impossível a continuação da vida comum, desde que após uma duração de cinco anos, a enfermidade tenha sido reconhecida de cura improvável.
- B) Separação-sanção. Nela as partes discutem culpa, imputada por um cônjuge a outro, em virtude de violação dos deveres do casamento. Separação-falência. Nela basta provar a ruptura da vida em comum há mais de cinco anos consecutivos. Separação-remédio. Ocorre quando o outro estiver acometido de doença mental de cura improvável.
- C) Separação-sanção. Nela as partes discutem culpa, imputada por um cônjuge a outro, em virtude de violação dos deveres do casamento e que tornou insuportável a vida em comum. Separação-falência. Nela basta provar a ruptura da vida em comum há mais de cinco anos consecutivos. Separação-remédio. Ocorre quando o outro estiver acometido de grave doença mental, manifestada antes do casamento e que torne impossível a continuação da vida em comum.

D) Separação-sanção. Nela as partes discutem a culpa, imputada por um cônjuge a outro, em virtude de grave violação dos deveres do casamento. Separação-falência. Nela basta provar a ruptura da vida em comum há mais de um ano consecutivo.

07 Estabelece a Constituição Federal, em seu art. 226, § 3º, que, "para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento". Seguiram-se as leis nºs 8.971, de 29.12.94, e 9.278, de 10.05.96. Do que passaram a cuidar?

A) A lei 8.971 veio regulamentar, unicamente, o direito dos companheiros a alimentos. A lei 9.278 veio instituir a chamada união estável entre conviventes, mantendo a matéria no âmbito da responsabilidade civil.

B) Igual acima, com a diferença de que a lei 9.278 levou a matéria para o campo do direito de família.

C) A lei 8.971 veio regulamentar o direito dos companheiros a alimentos e à sucessão. A lei 9.278 veio instituir a chamada união estável entre conviventes, ingressando a matéria no campo do direito de família.

D) Ambas as leis estão com a vigência suspensa, por decisão do Supremo Tribunal Federal.

08 Diz o art. 485, do Código Civil, que "considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício pleno ou não de algum dos poderes inerentes ao domínio ou propriedade". O Código Civil adotou teoria de quem? Como se define?

A) De Ihering, com sua teoria objetiva. A posse é conduta de dono. É, então, a exteriorização da propriedade, a visibilidade do domínio, o uso econômico da coisa.

B) De Ihering, com sua teoria subjetiva. A posse caracteriza-se pela conjugação de dois elementos: o corpus e o animus.

C) De Savigny, com sua teoria objetiva. A posse consiste na detenção física da coisa.

D) De Savigny, com sua teoria subjetiva. A posse consiste na intenção de exercer sobre a coisa um poder no interesse próprio.

09 O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança? Por quê?

A) Não. Porque se trata de obrigação personalíssima.

B) Sim. Respondendo os herdeiros, no entanto, desde que a indenização fixada, mesmo se situando fora das forças da herança, seja proveniente de reparação decorrente de homicídio.

C) Sim. Respondendo os herdeiros pela indenização total, em qualquer situação e sem limite.

D) Sim. Porque a obrigação, não sendo personalíssima, opera entre os seus herdeiros que, no entanto, não respondem por encargos superiores às forças de herança.

10 Quem são os herdeiros necessários? Em havendo, de que parte da herança o testador poderá dispor?

- A) São apenas os descendentes e ascendentes do falecido. Poderá dispor só da metade da herança.
- B) São apenas os descendentes do falecido. Poderá dispor só da metade da herança.
- C) São os descendentes por jus sanguinis. Poderá dispor da legítima.
- D) São apenas os descendentes até os filhos e os ascendentes até os pais. Poderá dispor só de um quarto da herança.

RESOSTAS

1 - C

2 - D

3 - A

4 - A

5 - D

6 - A

7 - C

8 - A

9 - D

10 - A

Direito Civil 17

01 O artigo 185 do Código Civil dispõe: "Para o casamento dos menores de 21 (vinte e um) anos, sendo filhos legítimos, é mister o consentimento de ambos os pais". Supondo-se tratar-se de filho concebido e nascido fora do matrimônio

- A) dispensa-se o consentimento dos pais, bastando a assistência do Ministério Público.
- B) necessário se torna o consentimento da mãe, apenas.
- C) o consentimento do pai é suficiente.
- D) os dois genitores devem consentir.

02 A mulher casada legalmente passa a sofrer de incapacidade mental de caráter absoluto, que resultou em sua interdição. Se seu marido cometer ato grave, que importe em causa para separação judicial, poderá(ão) requerer a ação respectiva,

- A) a própria mulher, representada pelo seu Curador.
- B) a mulher, acompanhada pelo Ministério Público, como representante de incapazes.
- C) o Ministério Público, apenas, ao tomar conhecimento do fato.
- D) os filhos maiores da interditada.

03 Se os cônjuges divorciados pretenderem restabelecer a união conjugal, poderão fazê-lo

- A) por petição conjunta endereçada ao juízo que decretou o divórcio.
- B) por petição conjunta endereçada ao juízo do divórcio, desde que não tenham partilhado os bens e permaneçam no mesmo domicílio conjugal.
- C) por novo casamento.
- D) por novo casamento precedido de alvará judicial.

04 O contrato de compromisso de compra e venda de bem imóvel não loteado, para assegurar à parte direito real deverá conter, além das assinaturas do vendedor e do comprador,

- A) ausência de cláusula de arrependimento e registro no Cartório do Registro de Imóveis.
- B) cláusula de arrependimento e registro no Cartório Imobiliário.
- C) celebração por escritura pública, mesmo com pagamento em prestações.
- D) celebração por compromisso particular, porém com pagamento à vista.

05 Em um contrato de compromisso de compra e venda de bem imóvel, celebrado em 1988, com pagamento do preço em prestações, as partes estabelecem que a falta de pagamento de qualquer delas, desde que constituído em mora o comprador, implicará em sua rescisão com a perda, em benefício do vendedor, do total das prestações anteriormente pagas. Leia os itens abaixo, referentes à situação exposta:

- I. será possível entender-se como antijurídica, a afirmação;
- II . encontra-se parcialmente correta, a afirmação;
- III . a rescisão do contrato não se mostrará possível, em face do Código de Proteção ao Consumidor;
- IV. o juiz poderá decretar a perda parcial das prestações pagas.

A conclusão é no sentido de que

- A) mostra-se correta apenas a afirmação do item IV.
- B) são corretas apenas as afirmações dos itens I, II e III.
- C) são corretas todas as afirmações.
- D) são corretas todas as afirmações, à exceção do item III.

06 A idéia de personalidade exprime a aptidão genérica para adquirir direitos e contrair obrigações. Assim sendo, face ao direito positivo,

- A) apenas o ser humano é dotado de personalidade.
- B) todos os seres humanos e os entes morais (sociedades, associações e fundações) são dotados de personalidade.
- C) apenas o ser humano com capacidade plena é dotado de personalidade.
- D) os órgãos públicos, o espólio, a massa falida e a herança jacente também são dotados de personalidade.

07 Num acidente automobilístico, morre o casal João e Maria. Eles não possuem descendentes nem ascendentes vivos. João tinha como parente vivo apenas um tio e Maria, apenas uma filha viva de uma prima falecida. É correto dizer que

- A) somente no caso de Maria ter morrido antes de João, a filha viva da prima falecida de Maria seria a única herdeira.
- B) a filha viva da prima falecida de Maria será beneficiada se João tiver falecido primeiro.
- C) se ocorreu a premoriência de Maria, o tio de João receberá a herança.
- D) no caso de comoriência, a herança de João beneficia seu tio e a herança de Maria caberá à filha viva de sua falecida prima.

08 Editada uma lei que não seja orçamentária ou tributária, que possui normatização específica,

- A) ela entra em vigor, no estrangeiro, quando admitida, três meses depois da publicação, e no país, quarenta e cinco dias depois de publicada, se não contiver disposição expressa referente ao início de sua vigência.
- B) ela começa a existir com a promulgação, entrando em vigor com a publicação oficial.
- C) a "vacatio legis" é o intervalo entre a aprovação da lei e a sua entrada em vigor.
- D) no silêncio da lei editada, ela entra em vigor sessenta dias da data de sua publicação oficial.

09 Fatos jurídicos são acontecimentos em virtude dos quais começam, se modificam ou se extinguem as relações jurídicas. Assim sendo, para que os fatos produzam efeitos na ordem jurídica, é preciso que

- A) simplesmente aconteça um fato.
- B) aconteça um fato para o qual a ordem jurídica tenha estabelecido conseqüências jurídicas.
- C) ocorra um acontecimento natural involuntário.
- D) o fato decorra de uma atividade voluntária do homem.

10 O artigo 82 do Código Civil exige, para a validade do ato jurídico, que o agente seja capaz. Tal disposição legal configura a exigência de que o agente

- A) tenha a capacidade de gozo, a capacidade de direito, a capacidade de aquisição.
- B) tenha a capacidade de fato, a capacidade de ação, a capacidade de exercício.
- C) pessoa física, seja dotado de personalidade jurídica.
- D) tenha sempre mais de vinte e um anos de idade.

RESOSTAS

1 - D

2 - A

3 - C

4 - A

5 - D

6 - B

7 - C

8 - A

9 - B

10 - B

01 A proteção dos direitos relativos à propriedade industrial, considerado o seu interesse social e o desenvolvimento econômico do País, efetua-se mediante concessão de patentes de invenção e de modelo de utilidade,

- A) de registro de desenho industrial, de registro de marca, de repressão às falsas indicações geográficas e de repressão à concorrência desleal.
- B) de registro de desenho industrial e de registro de marca.
- C) de registro de desenho industrial, de registro de marca e de repressão à concorrência desleal.
- D) de registro de desenho industrial, de registro de marca e de repressão à concorrência desleal, somente em relação aos nacionais ou pessoas domiciliadas no Brasil.

02 Pertencem ao domínio público

- A) as obras em relação às quais tenha decorrido o prazo de setenta anos de proteção aos direitos patrimoniais.
- B) as obras em relação às quais tenha decorrido o prazo de proteção aos direitos patrimoniais, as de autores falecidos sem sucessores e as de autor desconhecido.
- C) as obras em relação às quais tenha decorrido o prazo de proteção aos direitos patrimoniais, as de autores falecidos sem sucessores e as de autor desconhecido, salvo proteção legal aos conhecimentos étnicos e tradicionais.
- D) as obras em relação às quais tenha decorrido o prazo de proteção aos direitos patrimoniais e as de autores falecidos sem sucessores.

03 O casamento válido somente se dissolve

- A) pela morte de um dos cônjuges, pela separação judicial litigiosa ou pelo divórcio.
- B) pela morte de um dos cônjuges, pela nulidade do casamento ou pelo divórcio.
- C) pela morte de um dos cônjuges, pela nulidade ou anulação do casamento ou pelo divórcio.
- D) pela morte de um dos cônjuges ou pelo divórcio.

04 Para requerer separação judicial, é indispensável o prazo de 2 (dois) anos do casamento

- A) se um dos cônjuges estiver acometido de grave doença mental.
- B) se o pedido for de separação judicial consensual.
- C) se houver filhos desse casamento.
- D) se houver ação de nulidade do casamento, pendente de julgamento.

05 Falecendo pessoa que vivia em união estável, sem deixar descendentes, ascendentes ou cônjuge, mas deixando irmãos, sua herança será transmitida

- A) ao companheiro/à companheira.
- B) ao Município.
- C) aos irmãos.
- D) à União.

06 Homem casado, sem filhos desse matrimônio e sem ascendentes, manteve concubinato com outra mulher, com a qual teve um filho. Em acidente, falecem, simultaneamente, pai e filho. A herança será recolhida

- A) pela viúva e pela companheira.
- B) pela companheira, mãe do filho falecido.
- C) pela viúva.
- D) pela viúva, cabendo à companheira apenas sua meação.

07 Homem casado apenas no religioso e que enviuvou, pretende contrair matrimônio com a sogra. Esse casamento

- A) é proibido porque o casamento religioso, mesmo não registrado, só produz efeitos como impedimento impediante.
- B) é permitido porque o casamento religioso não produziu efeitos civis por falta de registro.
- C) é permitido, pois a natureza do primeiro casamento equivale a concubinato, não constituindo impedimento dirimente.
- D) é proibido porque o código civil veda casamento entre afins em linha reta, seja o vínculo legítimo ou ilegítimo.

08 Compromissário comprador de imóvel, por contrato celebrado na vigência do Código do Consumidor, em dia com os pagamentos, pago mais de 25% do preço, ingressa em juízo dizendo não poder mais pagar e pedindo a rescisão do contrato e devolução das parcelas pagas, com abatimento de perdas e danos se forem provados pela vendedora. A ré, em reconvenção, pede a rescisão do contrato e a perda total das parcelas, sem comprovar perdas e danos. Neste caso, a sentença declara rescindido o contrato,

- A) com perda total das parcelas pagas.

- B) com perda parcial das parcelas, segundo o art. 53 do Código de Defesa do Consumidor.
- C) com perda total das parcelas, como compensação presumida de perdas e danos.
- D) com devolução das parcelas a título de perdas e danos que forem provados em liquidação.

09 Casal institui, por escritura pública, registrada, o imóvel em que reside, como bem de família. Esse casal presta fiança em um contrato de locação. Descumprido o contrato pelo locatário, o locador executa o seu crédito e pede a penhora do imóvel em que residem os fiadores. Neste caso,

- A) o imóvel será penhorado por não incidir a regra da impenhorabilidade sobre o bem de família.
- B) o imóvel não será penhorado porque a obrigação é posterior à sua instituição como bem de família.
- C) o imóvel será penhorado porque os fiadores agiram de má-fé.
- D) o imóvel não será penhorado, pois o credor deveria ter adotado precauções, obtendo certidões negativas, antes da aceitação da fiança.

10 Em contrato oneroso, convencionam as partes excluir a garantia da evicção. Verificada a evicção, e apesar da cláusula excludente, o evicto

- A) pode cobrar apenas despesas de conservação da coisa.
- B) pode recobrar apenas as despesas dos contratos e dos prejuízos que foi obrigado a indenizar.
- C) pode cobrar apenas as custas e despesas.
- D) pode recobrar o preço que pagou pela coisa, provando que não soube do risco, ou, se dele informado, não o assumiu.

RESOSTAS

- 1 - A
- 2 - C
- 3 - D
- 4 - B
- 5 - A
- 6 - A
- 7 - D
- 8 - B

9 - B

10 - D

Direito Civil 19

01 Assinale a alternativa correta.

Casamento putativo.

- A) O casamento putativo, realizado a despeito de impedimento absoluto, portanto nulo e assim declarado judicialmente, acarreta a nulidade dos atos praticados até então e relacionados com essa situação.
- B) A ignorância, suscetível de invalidar a relação matrimonial, pode decorrer só de erro de fato e não de direito.
- C) O juiz, ao proclamar a putatividade do casamento, profere sentença com eficácia "ex nunc", não afetando os direitos já consumados.
- D) A anulação do casamento faz cessar a emancipação do nubente, então relativamente incapaz pela idade, ainda que tenha agido de boa-fé.

02 Assinale a alternativa correta.

Usucapião.

- A) O processo de arrecadação de herança jacente, a respeito do mesmo imóvel, impede o reconhecimento do usucapião.
- B) Área incluída em reserva florestal não poder ser objeto de usucapião.
- C) Nas ações de usucapião, de interesse de particular que apenas objetiva uma sentença favorável para regularização do domínio, a intervenção do Ministério Público não é necessária.
- D) O usucapião é forma originária de aquisição da propriedade e não apenas exercício de posse por um lapso de tempo estipulado em lei.

03 Assinale a alternativa correta.

Responsabilidade civil. Indenização.

- A) Morte da vítima, em acidente de trânsito, que estava sendo transportada a título de cortesia, transporte gratuito, ainda que o transportador não tenha atuado com dolo ou culpa grave. Indenização indevida.
- B) Acidente de trânsito. Evento causado por menor púbere, sem habilitação. Veículo de propriedade de terceiros. Responsabilidade solidária dos pais e dos titulares do bem.

C) Condomínio. Furto de veículo na garagem do edifício. Convenção condominial omissa a respeito. Indenização devida diante do vínculo obrigacional de guarda e vigilância.

D) Vítima atropelada em via férrea ao se utilizar de passagem clandestina comumente usada por pedestres. Local desprovido de sinalização, cancela ou guarda permanente, não obstante conhecimento da companhia. Existência de passarela em local distante. Culpa da ferrovia não caracterizada.

04 Nos termos do Código de Defesa do Consumidor (CDC), "as multas de mora decorrentes do inadimplemento de obrigações no seu termo não poderão ser superiores a dois por cento do valor da prestação" (art. 52, § 1o). Assinale a alternativa correta.

A) Essa limitação é válida só para o fornecimento de produtos ou serviços que envolva outorga de crédito ou cessão de financiamento ao consumidor.

B) Essa limitação incide nos contratos celebrados entre as escolas e seus alunos.

C) A cláusula penal moratória, aqui prevista, exclui a possibilidade de incidência de juros.

D) Essa limitação é inaplicável aos contratos bancários, financeiros, de crédito e de seguros.

05 Contempla o Código de Defesa do Consumidor (CDC), como norma de natureza processual, a inversão do ônus da prova. Esta pode ser determinada

A) a critério do juiz, segundo as regras ordinárias de experiência, situando-se no campo de sua prudente discricionariedade.

B) pelo juiz, só na hipótese de estar o consumidor no pólo ativo da demanda.

C) a critério do juiz, para aferição da veracidade e correção de informação ou comunicação publicitária.

D) a critério do juiz, desde que fundada no princípio da vulnerabilidade e da plausibilidade da alegação do consumidor.

06 Assinale a alternativa incorreta.

A) É preciso não olvidar que uma norma não mais vigente, por ter sido revogada, não poderá continuar vinculante, nem com vigor para os casos anteriores à sua revogação. A norma não poderá ser eficaz, porque revogada.

B) A irretroatividade da lei é um princípio constitucional, apesar de não ser absoluto, já que as normas poderão retroagir, desde que não ofendam coisa julgada, direito adquirido e ato jurídico perfeito.

C) A nova lei sobre prazo prescricional aplica-se desde logo se o aumentar, embora deva ser computado o lapso temporal já decorrido na vigência da norma revogada. Se o encurtar, o novo prazo de prescrição começará a correr por inteiro a partir da lei revogadora. Se o prazo prescricional já se ultimou, a nova lei que o alterar não o atingirá.

D) Quando o legislador derroga ou ab-roga uma lei que revogou a anterior, surge a questão de se saber se a norma que fora revogada fica restabelecida, recuperando sua vigência, independentemente de declaração expressa. Mas pela LICC, a lei revogadora de outra lei revogadora não terá efeito ripristinatório sobre a velha norma abolida, a não ser que haja pronunciamento expresso da lei a esse respeito.

07 Assinale a alternativa incorreta.

A) Separação judicial. Casamento sob regime de comunhão universal. Partilha. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Benefício que não integra o patrimônio comum e, por consequência, não está sujeito a partilha.

B) A natureza jurídica da sentença que decreta a separação do casal é declaratóriae seus efeitos se operam a partir da data do trânsito em julgado ou da data da decisão concessiva na separação cautelar de corpos.

C) São efeitos do divórcio direto: a dissolução do vínculo conjugal; a impossibilidade de sua reconstituição; os direitos e deveres relativos à prole; a partilha de bens; a cessação do impedimento matrimonial; a obrigação alimentar; o uso do nome.

D) Sociedade de fato. Reconhecimento. Partilha. Contrato de convivência com regra de comunhão de bens. Posterior casamento com regime de total separação de bens. Meação pretendida dos adquiridos na vigência do concubinato. Inadmissibilidade. Pacto nupcial que é soberano como regra jurídica disciplinadora da partilha de bens adquiridos antes e depois do casamento.

08 Assinale a alternativa incorreta.

A) A compensação é um modo de extinção de obrigação, até onde se equívalerem, entre pessoas que são, ao mesmo tempo, devedora e credora uma da outra, por dívidas líquidas, vencidas e infungíveis.

B) Quando o pagamento é efetuado em quotas periódicas, a quitação da última estabelece a presunção "juris tantum" de estarem solvidas as anteriores.

C) Chama-se evicção a perda da coisa, por força de sentença judicial que a atribui a outrem, por direito anterior ao contrato.

D) Tendo-se em consideração a autonomia de vontade e a liberdade contratual, ainda assim é inoperante a cláusula de não indenizar, estabelecida por empresa que explora estacionamento de veículos.

09 A abertura da sucessão hereditária ocorre com o falecimento do "de cujus", mas há que se considerar como incorreto

A) que a mulher casada, recebendo herança de sua família, não pode recusá-la sem autorização marital.

B) que a renúncia à herança não pode ser tácita ou presumida.

C) que a aceitação da herança não pode ser condicional, dependendo de termo ou de encargo.

D) que a aceitação da herança não pode ser presumida ou tácita.

10 Considerando-se que o Código de Defesa do Consumidor (CDC) introduziu no ordenamento jurídico normas de direito material e processuais, indique a alternativa incorreta.

A) O CDC é um microssistema, que regula a relação de consumo, dentro do macrosistema que é o CC.

B) Nada impede que, no contrato, as partes estabeleçam que a inversão do ônus da prova só ocorra na hipótese de a responsabilidade ser transferida a terceiros.

C) Se alguém adquire um imóvel diretamente da construtora, como destinatário final, caracterizada está a relação de consumo. Se essa venda é realizada entre a construtora, na condição de vendedora, e a empresa incorporadora, como compradora, tendo esta o intuito de revender esse bem, não está configurada a relação de consumo, visto que a incorporadora não se amolda à definição de consumidor.

D) O CDC consagra, em mais de uma hipótese nas relações de consumo, a responsabilidade sem culpa, mas a responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.

RESOSTAS

1 - C

2 - D

3 - B

4 - A

5 - D

6 - A

7 - B

8 - A

9 - D

10 - B

Direito Civil 20

01 Tem direito a curador especial:

A) o incapaz cujo representante legal foi nomeado pelo juiz nos trinta dias anteriores ao da citação;

B) o réu que foi citado por edital;

- C) o réu que, embora citado com hora certa, é revel;
- D) o réu cuja citação foi feita pelo correio, porém sem indicação do prazo para a resposta;
- E) nenhuma das alternativas acima.

02 De acordo com a lei vigente, o reconhecimento, por parte do pai, de um filho, havido fora da sociedade conjugal instaurada pelo casamento:

- A) não pode ser feito, enquanto o casamento perdurar;
- B) pode ser feito pelo pai somente em testamento público;
- C) pode ser feito pelo pai ainda na constância do casamento;
- D) pode ser feito pelo pai somente se estiver separado de fato;
- E) pode ser feito pelo pai, somente mediante documento escrito registrado no Registro de Títulos e Documentos, com eficácia posterior ao término do casamento;

03 Por força do princípio da saisine, acolhido pelo nosso Código Civil:

- A) desde a abertura da sucessão, o domínio e a posse da herança transmitem-se aos herdeiros;
- B) a posse da herança transmite-se aos herdeiros e legatários, desde a abertura da sucessão;
- C) o domínio e a posse da herança transmitem-se aos herdeiros capazes e legatários, desde a abertura da sucessão;
- D) o domínio e a posse da herança transmitem-se somente após o registro do formal de partilha no Registro de Imóveis;
- E) apenas o domínio da herança transmite-se aos herdeiros, desde a abertura da sucessão;

04 Ainda em vida da pessoa, sua herança:

- A) pode ser objeto de cessão de direitos;
- B) pode ser objeto de cessão condicionada ao falecimento do de cujus;
- C) pode ser objeto de cessão, desde que a isso não se oponha tal pessoa;
- D) não pode ser objeto de cessão;
- E) pode ser objeto de cessão para satisfação dos atuais credores.

05 Assinale a alternativa incorreta:

- A) o jus possidendi confunde-se, na prática, com o jus possessionis, porque ambos encontram-se no âmbito de uma situação jurídica que dá direito ao possuidor;
- B) o jus possessionis é a posse sem título de direito que o justifique;
- C) o jus possidendi é uma consequência do domínio, pois existe aí uma situação jurídica que serve de alicerce;
- D) a pessoa que utiliza um imóvel abandonado, que não é ocupado por outrem, é titular do jus possessionis, porque não tem título de direito;
- E) quem tem título de domínio (escritura de compra e venda registrada, formal de partilha, escritura de doação registrada) tem o jus possidendi.

06 Assinale a alternativa correta:

- A) o defeito oculto de uma coisa autoriza a rejeição de todas, se vendidas conjuntamente;
- B) a ação para anular a venda de ascendente para descendente, sem consentimento dos demais descendentes, prescreve em vinte anos, contados da data do ato;
- C) o direito de preferência pode passar aos herdeiros;
- D) revogada a doação, por ingratidão, ficam prejudicados os direitos eventualmente adquiridos por terceiros;
- E) a hipoteca legal perime em completando trinta anos.

07 A mulher, ao se casar, pode acrescentar ao seu nome os apelidos da família do marido. É incorreto afirmar que:

- A) será compelida a retomar seu nome de solteira, quando postular a separação judicial por ruptura da vida em comum, há mais de um ano consecutivo, sendo impossível a reconstituição;
- B) será compelida a retomar seu nome de solteira, quando vencida na separação judicial-sanção;
- C) retomará sempre seu nome de solteira, ao requerer a transformação de sua separação em divórcio;
- D) poderá conservar o nome de casada, se a separação for consensual;
- E) poderá conservar o nome de casada, ao requerer a transformação judicial em divórcio, se houver evidente prejuízo para sua identificação.

08 A propósito da exclusão da penhorabilidade de bens, em razão de sua característica de bem de família, é incorreto afirmar que:

- A) o bem de família pode ser penhorado pelo credor de alimentos;

- B) o bem de família pode ser penhorado pelo credor hipotecário, quando oferecido como garantia pelo casal ou pela entidade familiar;
- C) a expressão bem de família abrange os bens móveis quitados que guarneçam a residência do locatário, sendo de propriedade deste;
- D) os veículos de transporte não são considerados bem de família;
- E) quando os cônjuges possuírem vários imóveis utilizados como residência permanente, será considerado bem de família, em qualquer hipótese, o de maior valor.

09 Joãozinho está sob tutela de seu tio Arthur. A propósito deste instituto, é incorreto afirmar:

- A) a tutela só pode alcançar os menores de 21 anos;
- B) a tutela implica, necessariamente, o dever de guarda;
- C) a tutela só será deferida após decretação prévia da perda ou suspensão do pátrio poder;
- D) a tutela pode alcançar os maiores, desde que absolutamente incapazes e interditados;
- E) o Juiz pode dispensar a especialização de hipoteca, por motivo relevante.

10 O Código de Defesa do Consumidor consagra os princípios abaixo, exceto:

- A) todas as vítimas de um evento são equiparadas ao consumidor, quando se tratar de responsabilidade pelo fato do produto e do serviço;
- B) responsabilidade objetiva dos profissionais liberais;
- C) o contrato não pode conter cláusula que exonere a obrigação de indenizar do fornecedor, quando se tratar de responsabilidade por vício do produto ou do serviço;
- D) para efeito de desconsideração da personalidade jurídica, as sociedades coligadas só responderão por culpa;
- E) quando houver mais de um responsável pelo dano, todos são solidariamente responsáveis, na hipótese de vício do produto.

RESOSTAS

1 - C

2 - C

3 - A

4 - D

5 - A

6 - B

7 - C

8 - E

9 - D

10 - B

Direito Civil 21

01 A norma do parágrafo único do art. 1092 do Código Civil aqui transcrita - "Parágrafo único - A parte lesada pelo inadimplemento pode requerer a rescisão do contrato com perdas e danos" - tem a natureza de:

- A) pacto comissório;
- B) cláusula resolutiva tácita;
- C) exceção do contrato não cumprido;
- D) direito de retenção;
- E) pacto de preempção.

02 No contrato de compra e venda, a fixação do preço ao arbítrio exclusivo de uma das partes configura:

- A) condição resolutiva;
- B) condição suspensiva;
- C) condição potestativa simples;
- D) condição causal;
- E) condição puramente potestativa.

03 No constituto possessório:

- A) transfere-se a posse direta da coisa;
- B) transfere-se o domínio da coisa;
- C) transfere-se a posse indireta da coisa;
- D) consolida-se em uma mesma pessoa a qualidade de possuidor direto e proprietário da coisa;

E) caracteriza-se a imediata posse injusta da coisa.

04 O testamento escrito e assinado pelo testador e entregue ao oficial público é:

- A) cerrado;
- B) público;
- C) militar;
- D) marítimo;
- E) particular.

05 O instrumento de aprovação é requisito essencial do testamento:

- A) cerrado;
- B) público;
- C) militar;
- D) marítimo;
- E) particular.

06 O registro da hipoteca convencional prorroga-se sem necessidade de novo título, pelo prazo máximo de até:

- A) dez anos;
- B) vinte anos;
- C) trinta anos;
- D) quarenta anos;
- E) cinqüenta anos.

07 A evicção é elemento:

- A) essencial do contrato oneroso;
- B) natural do contrato oneroso;
- C) acidental do contrato oneroso;

- D) accidental do contrato gratuito;
- E) essencial do contrato gratuito.

08 A construtora A, em 01/03/1997, vendeu imóvel à pessoa física B pelo preço de R\$ 100.000,00 , para ser pago em cinquenta prestações mensais e sucessivas de R\$ 2.000,00. Estipulou-se, como cláusula penal, que a rescisão do contrato por mora de B ensejaria a perda de todas as prestações pagas. Como B só pagou as prestações devidas até 01/10/98, rescindiu-se o contrato e devolveu-se o imóvel a A. Essa cláusula penal é:

- A) válida e eficaz;
- B) válida e ineficaz;
- C) inválida e eficaz;
- D) inválida e ineficaz;
- E) írrita, mas obriga os contratantes.

09 A inclui em testamento público disposição no sentido de que a sociedade anônima da qual é acionista majoritário pague a B, com quem é casado pelo regime da separação de bens, uma pensão mensal correspondente a trinta salários-mínimos em substituição ao usufruto viual que reputa indevido por ter sua mulher patrimônio próprio. Essa cláusula é:

- A) válida, porque o usufruto é direito renunciável;
- B) parcialmente nula no que diz respeito à obrigação imposta à sociedade mercantil;
- C) parcialmente nula no que diz respeito à exclusão do direito da viúva ao usufruto;
- D) válida porque as disposições de última vontade têm valor absoluto;
- E) inteiramente nula pois não pode o testador instituir disposição contrária à lei.

10 São documentos necessários à habilitação para casamento:

- A) certidão de idade ou prova equivalente, título de eleitor, declaração de duas testemunhas afirmando a inexistência de impedimento que iniba o casamento;
- B) certidão de idade ou prova equivalente, CPF, declaração de duas testemunhas afirmando a inexistência de impedimento que iniba o casamento;
- C) certidão de idade ou prova equivalente, declaração de estado, domicílio e residência atual dos nubentes e de seus pais, declaração de duas testemunhas afirmando a inexistência de impedimento que iniba o casamento;

D) certidão de idade ou prova equivalente, certificado de reservista, declaração de duas testemunhas afirmando a inexistência de impedimento que iniba o casamento;

E) certidão de idade ou prova equivalente, carteira de trabalho, declaração de estado, domicílio e residência atual dos nubentes e de seus pais, se conhecidos.

RESPOSTAS

1 - B

2 - E

3 - C

4 - A

5 - A

6 - C

7 - B

8 - D

9 - E

10 - C

Direito Civil 22

01 Cabe ao Ministério Público argüir a nulidade do ato jurídico na seguinte circunstância:

- A) quando não for sanada a tempo
- B) quando houver que intervir na causa
- C) somente nos casos de preterição da forma
- D) em virtude de desídia das partes que não a invocaram

02 De acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, e a capacidade de regência das pessoas naturais, a disposição de órgãos e partes do corpo humano é possível, desde que seja:

- A) gratuita, admissível apenas após a morte
- B) onerosa, mas somente após a morte
- C) gratuita, em vida ou após a morte
- D) onerosa, em vida ou após a morte

03 Uma fundação só pode ser criada através de:

- A) lei específica, ainda que de caráter privado, especificando o modo de administrá-la
- B) contrato firmado pelos interessados, conjugando seus esforços e recursos na obtenção de fim comum
- C) ato constitutivo ou contrato, no qual os fundadores especifiquem a parte do capital a cargo de cada um, declarando quem será o representante
- D) escritura pública ou por ato de última vontade, devendo o instituidor especificar o fim a que se destina, e, se quiser, declarar a maneira de administrá-la

04 O contrato de compra e venda, na sua modalidade pura, reputa-se perfeito e constituído, gerando efeitos quando os contratantes estiverem de pleno acordo quanto a:

- A) preço e objeto
- B) objeto, preço e prazo de entrega
- C) condições de pagamento e preço
- D) condições de pagamento e forma do contrato

05 Roberto e Joana, por instrumento público, doaram, com reserva de usufruto, um imóvel a Pedro e Carlos, com expressa referência a que "caso ocorra o falecimento de qualquer um dos doadores, o usufruto subsistirá na totalidade ao cônjuge sobrevivente". Com o falecimento de Joana, os proprietários atuais ingressam com a ação, objetivando seja declarado extinto o usufruto na parte correspondente à da falecida, o que é contestado por Roberto. Nesse caso assiste razão a:

- A) cônjuge sobrevivente, levando em conta a indivisibilidade jurídica do usufruto
- B) donatários, diante da regra da divisibilidade do usufruto, de ordem pública
- C) donatários, se comprovarem que o usufruto não era de natureza familiar
- D) cônjuge sobrevivente, diante da ressalva a respeito do usufruto

06 Caio se compromete a arcar com as despesas integrais de viagem internacional, de duração de 3 (três) meses, a quem vencer o certame de obras literárias sobre a "História da Grécia". Posteriormente, Caio se arrepende da promessa, cancelando o concurso mediante anúncios. O prazo para o término das inscrições ainda não havia terminado, com a retratação, e, desse modo, três concorrentes apresentam as obras tempestivamente. A comissão julgadora considera empatados os três concorrentes. Nesse caso, a revogação da promessa de Caio é:

- A) válida, isentando-o de qualquer obrigação

- B) eficaz, mas não exonera o premitente das despesas arcadas pelos concorrentes
- C) ineficaz, diante da obrigação decorrer de ato unilateral vinculado ao prazo fixado
- D) irrelevante, pois a declaração unilateral de vontade por si só não gera obrigação, no direito brasileiro

07 Na vigência de contrato escrito de locação de imóvel residencial, com prazo de quarenta e oito meses de vigência, o locador resolve ocupar o bem, aproveitando-se da circunstancial viagem do locatário no décimo terceiro mês do contrato. Ao retornar de viagem, o locatário ingressa com ação possessória em face do locador, além de cumular pedido de perdas e danos. As pretensões formuladas terão o seguinte resultado:

- A) improcedência dos pedidos, já que o locador não responde por perdas e danos, nem pode ser desapossado do bem
- B) procedência dos pedidos, pois o locador descumpriu obrigação contratual, esbulhando a posse do locatário
- C) procedência parcial, apenas da reparação, pois o locador apenas pode ser responsabilizado por perdas e danos
- D) improcedência dos pedidos, já que o locador pode promover ação de despejo por denúncia vazia caso o locatário não utilize o imóvel

08 Sendo indivisível o direito de uso, na hipótese de dois co-legatários sobre tal direito é possível a incidência do direito de acrescer, nas conjunções do seguinte tipo:

- A) real
- B) somente verbal
- C) verbal ou mista
- D) verbal, real ou mista

09 O casal de noivos, no pacto antenupcial, convencionou que o marido estaria dispensado da outorga uxória para conceder fiança. Tal disposição é considerada:

- A) válida, devendo ser interpretada ampliativamente
- B) inválida, porque contraria norma de ordem pública
- C) válida, em observância à autonomia de vontades dos nubentes
- D) inválida, pois afronta o princípio da igualdade entre os cônjuges

10 Marcelo, casado há dez anos com Sílvia, mantém relação extraconjugal com Lígia, daí resultando o nascimento de uma criança, único filho de Marcelo. O reconhecimento da paternidade é:

- A) impossível, diante da necessidade de preservação do casamento
- B) possível somente após a dissolução da sociedade conjugal
- C) cabível somente por testamento cerrado
- D) cabível, sem qualquer restrição

RESOSTAS

1 - B

2 - C

3 - D

4 - A

5 - D

6 - C

7 - B

8 - C

9 - B

10 - D

Direito Civil 23

01 Possuindo uma pessoa duas residências regulares, considera-se seu domicílio

- A) aquela onde reside mais tempo.
- B) aquela que por último passou a ocupar.
- C) qualquer delas .
- D) aquela que for de sua propriedade.

02 A execução, no Brasil, de sentença proferida no estrangeiro dependerá, entre outras condições, de

- A) homologação pelo Superior Tribunal de Justiça.

- B) homologação pelo Supremo Tribunal Federal.
- C) "exequatur" do Ministério da Justiça.
- D) averbação no Ministério das Relações Exteriores.

03 As ações pessoais prescrevem, ordinariamente, em

- A) vinte anos.
- B) quinze anos.
- C) dez anos.
- D) cinco anos.

04 Quando o objeto do ato jurídico for impossível, diz-se que o ato é

- A) nulo.
- B) anulável.
- C) ratificável.
- D) discricionário.

05 Casamento "in articulo mortis" é o mesmo que casamento

- A) putativo.
- B) simulado.
- C) presumido.
- D) nuncupativo.

06 São representados e assistidos, respectivamente, os menores de

- A) 14 anos e os entre 14 e 18 anos.
- B) 16 anos e os entre 16 e 18 anos.
- C) 16 anos e os entre 16 e 21 anos.
- D) 18 anos e os entre 18 e 21 anos.

07 O direito de usar, gozar, dispor e reivindicar caracteriza a propriedade

- A) resolúvel.
- B) plena.
- C) limitada.
- D) usufrutuária.

08 A relação que liga uma pessoa aos parentes de seu cônjuge denomina-se

- A) colateralidade.
- B) afinidade.
- C) lateralidade.
- D) legitimação conjugal.

09 Diz-se "velha" a posse após

- A) cinco anos.
- B) dois anos e dia.
- C) dez anos.
- D) ano e dia.

10 Quando o devedor cede ao credor um imóvel para que este, em compensação de dívida, exerça o direito de perceber seus frutos e rendimentos, temos um caso de

- A) anticrese.
- B) aforamento.
- C) servidão.
- D) acessão.

RESOSTAS

1 - C

2 - B

3 - A

4 - A

5 - D

6 - C

7 - B

8 - B

9 - D

10 - A

Direito Civil 24

01 Valdir recebeu o prêmio acumulado de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) num jogo de loteria. Adquiriu um caminhão por R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), com o qual iria trabalhar para se manter. O restante do prêmio foi empregado na instituição de uma Fundação de amparo aos idosos. Posteriormente, o caminhão de Valdir incendiou-se, ficando ele sem seu instrumento de trabalho e sem meios de adquirir outro caminhão. Diante do exposto, Valdir

- A) acha-se impossibilitado de exigir, legalmente, qualquer benefício por parte da Fundação.
- B) tem como exigir um emprego na Fundação, que lhe dê condições de sobrevivência.
- C) tem direito de que lhe seja devolvido o valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) pela Fundação.
- D) passa a ter direito de receber, mensalmente, da Fundação, uma pensão vitalícia de 10 (dez) salários mínimos.
- E) tem amparo legal para que sua doação seja anulada pela Justiça e o patrimônio da Fundação retorne a sua pessoa.

02 O ato jurídico válido para quem o pratica, que não gera efeitos para outras pessoas que dele não participaram, devido a algum impedimento externo extrínseco, é denominado

- A) nulo.
- B) ilícito.
- C) ineficaz.
- D) anulável.
- E) inexistente.

03 Julião cometeu contra Januário um crime de lesão corporal, causando-lhe deformidade permanente. Januário pretende receber indenização de Julião e ingressa na Justiça com a ação competente. O que poderia impedir a procedência da ação?

- A) Julião é beneficiado por um decreto de anistia.
- B) Julião morre logo após a sentença deixando espólio.
- C) A sentença criminal absolve Julião por falta de provas.
- D) A sentença proferida no processo criminal julga extinta a punibilidade.
- E) A sentença criminal reconhece que Julião agiu em sua legítima defesa.

04 A prescrição atinge as ações _____ que protegem os direitos _____.

Qual é a opção que completa corretamente o conceito acima?

- A) reais / potestativos.
- B) constitutivas / potestativos.
- C) pessoais / que a lei determina.
- D) condenatórias / a uma prestação.
- E) constitutivo-condenatórias / que a lei determina.

05 Juliana e Mateus, às vésperas do casamento, firmaram um documento particular, pelo qual optaram pelo regime de Separação de Bens. Viveram aparentemente bem durante 16 (dezesseis) anos e 4 (quatro) meses, e, a seguir, no início de 1999, Juliana requereu Separação Litigiosa, estribada em provas irrefutáveis, que foi julgada procedente. Como deve proceder o Juiz na fase da partilha de bens?

- A) Determinar a ratificação do pacto antenupcial.
- B) Determinar o cumprimento do pacto antenupcial.
- C) Aplicar as regras que tratam da Comunhão Universal de Bens.
- D) Declarar nulo o pacto particular e aplicar as regras da Comunhão Parcial de Bens.
- E) Decidir pela divisão do patrimônio comum, em partes iguais, independentemente de sua forma e da data de aquisição.

06 Com relação à Lei 5 478/68, que dispõe sobre ação de alimentos, somente pode o filho adulterino pleitear este direito

- A) se for órfão de mãe.
- B) depois de reconhecido.
- C) ao limite da maioridade.
- D) após o divórcio do adúltero.
- E) após a separação do adúltero.

07 Quanto à prescrição nas obrigações, NÃO é correto afirmar que a interrupção,

- A) aberta por um dos credores solidários, aproveita aos outros.
- B) efetuada contra um dos devedores solidários, envolve os demais.
- C) operada contra um dos herdeiros do devedor solidário, nunca prejudica os outros herdeiros.
- D) efetuada contra um dos devedores solidários, envolve os herdeiros de outro devedor solidário.
- E) operada contra um dos herdeiros do devedor solidário, só prejudica os outros devedores quando se tratar de obrigação divisível.

08 NÃO é admitida como extinta a parceria rural no caso de

- A) morte do parceiro outorgante.
- B) desapropriação total do imóvel.
- C) distrato ou rescisão de contrato.
- D) aquisição do imóvel pelo parceiro outorgado.
- E) impossibilidade de execução, em razão de força maior.

09 1. O posseiro não pode ser proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

2. A área usucapienda tem sua metragem máxima fixada em norma jurídica.

3. O tempo mínimo de uso da área usucapienda pelo posseiro é de 4 (quatro) anos.

4. É necessário que o posseiro tenha moradia na área usucapienda.

5. O usucapião somente será reconhecido uma única vez ao mesmo possuidor.

Pela análise do quadro acima, pode-se concluir que os requisitos comuns ao usucapião "pro moradia" e ao usucapião "pro labore" estão representados na seguinte seqüência:

- A) 2-3-4.

- B) 2-3-5.
- C) 2-4-5.
- D) 1-2-3.
- E) 1-2-4.

10 Com o falecimento de Antônio Carlos - viúvo, sem testamento - Patrícia e Pedro, seus filhos, abriram o Inventário, partilharam entre si os bens e registraram o formal. Cinco meses após encerrado o inventário, Raimundo - filho reconhecido pelo falecido, mas desconhecido de Patrícia e Pedro - entra em juízo pretendendo receber seu quinhão na herança do pai. Para postular os direitos de que se julga titular, Raimundo terá de propor uma ação

- A) rescisória.
- B) de alimentos.
- C) de petição de herança.
- D) anulatória de partilha.
- E) investigatória de paternidade.

RESOSTAS

- 1 - A
- 2 - C
- 3 - E
- 4 - D
- 5 - D
- 6 - B
- 7 - C
- 8 - A
- 9 - E
- 10 - D

01 Com relação às diferentes classes de bens, e de acordo com disposições expressas do Código Civil, pode-se afirmar que:

- A) Os direitos de autor, para os efeitos legais, são considerados bens imóveis.
- B) Os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele mesmo se reempregarem, são considerados bens móveis.
- C) Consideram-se imóveis para todos os efeitos legais as apólices da dívida pública oneradas com cláusula de inalienabilidade, o direito à sucessão aberta e os direitos reais sobre imóveis, inclusive o penhor agrícola, e as ações que os asseguram.
- D) São infungíveis os móveis que se podem substituir por outros da mesma espécie, quantidade e qualidade.

02 Quanto aos defeitos dos atos jurídicos e de acordo com disposições do Código Civil, é correto afirmar-se que:

- A) O erro na indicação da pessoa, ou coisa, a que se referir a declaração de vontade, viciará o ato, ainda que, por seu contexto e pelas circunstâncias, possam ambas ser identificadas.
- B) A coação, quando exercida por terceiro, não vicia o ato.
- C) A invalidade dos atos simulados poderá ser demandada pelos terceiros lesados pela simulação.
- D) O dolo de terceiro, embora dele tenha ciência uma das partes, não autoriza a anulação do ato.

03 Sobre a prescrição e a decadência, de acordo com disposições expressas do Código Civil, é correto afirmar-se:

- A) O herdeiro sofre os efeitos da prescrição iniciada contra o autor da herança.
- B) Pode o juiz, de ofício, conhecer da prescrição de direitos patrimoniais.
- C) A prescrição interrompe-se pela citação pessoal feita ao devedor, mesmo que nula por vício de forma.
- D) Prescreve em sessenta dias, contados da tradição, a ação para haver o abatimento do preço de coisa móvel, recebida com vício redibitório.

04 No exercício da tutela, de acordo com o Código Civil, são direitos e obrigações do tutor:

- A) Todas despesas justificadas e reconhecidamente proveitosas ao tutelado serão levadas a crédito do tutor.
- B) Representar o menor, até os dezesseis anos, nos atos da vida civil, e assisti-lo, após essa idade, nos atos em que for parte, não podendo, contudo, suprir-lhe o consentimento.
- C) Mediante autorização judicial, pode o tutor adquirir, por contrato particular, ou em hasta pública, bens móveis, ou de raiz, pertencentes ao tutelado.

D) Desde que expressamente dispensados pelos pais dos tutelados, os tutores ficam desobrigados de prestar contas da sua administração.

05 No que concerne à aquisição e efeitos da posse segundo o disposto no Código Civil, é correto afirmar-se que:

- A) A ninguém é dado adquirir a posse por meio de representante ou procurador.
- B) Ainda que seja qualificado como possuidor de má fé, o possuidor tem direito à retenção do imóvel até ser ressarcido pelas benfeitorias; necessárias nele introduzidas.
- C) Se não lhes deu causa, o possuidor de boa fé não responde pela perda ou deterioração da coisa.
- D) O constituto possessório não é modo de aquisição da posse.

06 De acordo com disposições do Código Civil e do Código de Águas no que se refere à aquisição da propriedade, é correto afirmar-se que:

- A) Para completar o tempo exigido pelo usucapião, o possuidor pode acrescentar a sua a posse do seu antecessor, desde que ambas sejam contínuas e pacíficas.
- B) O usucapião não é modo de aquisição da propriedade móvel.
- C) Avulsão são os acréscimos formados por depósitos e aterros naturais, ou pelo desvio das águas dos rios, ainda que estes sejam navegáveis.
- D) O álveo abandonado da corrente pública passa a pertencer aos proprietários ribeirinhos das duas margens, mas devem eles indenização ao dono do terreno por onde as águas abrigaram novo curso.

07 De acordo com o disposto no Código Civil, é correto dizer-se que:

- A) Para a validade das declarações de vontade não há necessidade de forma especial, ainda que assim o exija expressamente a lei.
- B) Ao titular do direito eventual, no caso de condição suspensiva, não é permitido exercer os atos destinados a conservá-lo.
- C) Todas as condições que a lei expressamente não vedar são lícitas, sendo defesas, porém, aquelas que privarem de todo efeito o ato, ou o sujeitem ao arbítrio de uma das partes.
- D) Embora o contrato contenha a cláusula de não valer sem instrumento público, poderá validamente ser celebrado por instrumento particular, se os contratantes forem capazes.

08 Sobre vícios redibitórios e evicção, de acordo com disposições do Código Civil, assinale a alternativa correta:

- A) As benfeitorias necessárias ou úteis, abonadas ao que sofreu a evicção, serão pagas pelo alienante.
- B) Se a coisa perecer por vício oculto, existente quando da tradição, a responsabilidade do alienante persiste, mesmo que o perecimento ocorra estando ela em poder do alienatário.
- C) Uma vez configurado o vício oculto da coisa, o adquirente pode somente rejeitá-la, redibindo o contrato, sendo-lhe defeso reclamar abatimento do preço.
- D) Não obstante haver cláusula que exclua a garantia contra a evicção, se esta se der, o evicto tem o direito de recobrar o preço que pagou, mesmo sabendo do risco da evicção.

09 Sobre os modos especiais de extinção das obrigações, de acordo com disposições do Código Civil, assinale a alternativa correta:

- A) A pessoa que se obrigar por terceiro tem o direito de compensar a dívida, a cujo pagamento se obrigou, com a que o credor dele lhe dever.
- B) A consignação tem lugar sempre que o credor se recusar a receber o pagamento.
- C) O credor pode receber coisa que não seja dinheiro, em substituição da prestação que lhe era devida.
- D) A novação por substituição do devedor não pode ser efetuada sem o consentimento deste.

10 De acordo com disposições do Código Civil, sobre comodato, mútuo, fiança e mandato, assinale a alternativa correta:

- A) O mandatário pode compensar os prejuízos a que deu causa com os proveitos, que, por outro lado, tenha granjeado ao seu constituinte.
- B) O comodatário pode recobrar do comodante as despesas feitas com o uso e gozo da coisa emprestada.
- C) Se não houver convenção expressa em contrário, o prazo do mútuo de dinheiro será de trinta dias, pelo menos, até prova em contrário.
- D) A fiança não pode ser estipulada sem consentimento do devedor.

RESOSTAS

1 - C

2 - C

3 - A

4 - A

5 - C

6 - A

7 - C

8 - B

9 - C

10 - C

Direito Civil 26

01 Os bens móveis, cujo uso importa a destruição imediata de sua própria substância, são denominados

- A) indivisíveis.
- B) consumíveis.
- C) fungíveis.
- D) singulares.

02 Assinale a frase juridicamente correta

- A) a afinidade, em linha reta, se extingue com a dissolução do casamento que a originou.
- B) são parentes, em linha transversal, até o quarto grau, as pessoas que provêm de um só tronco, sem descenderem umas das outras.
- C) contam-se, na linha colateral, os graus de parentesco pelo número de gerações, subindo de um dos parentes até o ascendente comum e descendo, depois, até encontrar o outro parente.
- D) são parentes, em linha reta, as pessoas aliadas pelo vínculo da consangüinidade.

03 Se a pessoa natural possuir diversas residências onde alternadamente viva, ou vários centros de ocupações habituais, considerar-se-á como seu domicílio

- A) o lugar onde for encontrada.
- B) qualquer destes ou daquelas.
- C) o lugar onde estiver estabelecida a sua família.
- D) o lugar onde maior freqüência onde for encontrado.

04 São pessoas jurídicas de direito público interno.

- A) as autarquias.
- B) as associações de utilidade pública.
- C) os partidos políticos.
- D) as sociedades religiosas.

05 O contrato pelo qual um dos contratantes transfere a propriedade de bem fungível ao outro, que se obriga a lhe restituir coisa do mesmo gênero, qualidade e quantidade, denomina-se

- A) comodato.
- B) mútuo.
- C) depósito.
- D) locação.

06 A filiação decorrente de uma união de pessoas que após o nascimento do filho vieram a convolar núpcias denomina-se

- A) espúria.
- B) incestuosa.
- C) ilegítima.
- D) legitimada.

07 A prerrogativa concedida ao titular do direito real de por em movimento o exercício de seu direito sobre a coisa a ele vinculada, contra a todo aquele que a possua injustamente, ou seja, seu detentor, denomina-se

- A) direito de seqüela.
- B) enfiteuse.
- C) direito de preferência.
- D) servidão.

08 O ato de última vontade pelo qual o disponente traça diretrizes sobre assuntos pouco importantes, despesas e dádivas de pequeno valor, denomina-se

- A) sobrepartilha.
- B) sonogados.

C) arrolamento.

D) codicilo.

09 A convenção, mediante a qual o credor, retendo um imóvel do devedor, percebe seus frutos para conseguir a soma em dinheiro emprestada, imputando na dívida e até seu resgate, as importâncias que for recebendo, denomina-se

A) penhor

B) hipoteca.

C) anticrese.

D) arras.

10 A modalidade de transferência convencional da posse, onde há conversão da posse mediata em direta ou desdobramento da posse, sem que nenhum ato exterior ateste qualquer mudança na relação entre a pessoa e a coisa, denomina-se

A) composses.

B) acessão.

C) constituto possessório.

D) comistão.

RESOSTAS

1 - B

2 - C

3 - C

4 - A

5 - B

6 - D

7 - A

8 - D

9 - C

10 - C

Direito Civil 27

01 Valdir recebeu o prêmio acumulado de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) num jogo de loteria. Adquiriu um caminhão por R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), com o qual iria trabalhar para se manter. O restante do prêmio foi empregado na instituição de uma Fundação de amparo aos idosos. Posteriormente, o caminhão de Valdir incendiou-se, ficando ele sem seu instrumento de trabalho e sem meios de adquirir outro caminhão. Diante do exposto, Valdir

- A) acha-se impossibilitado de exigir, legalmente, qualquer benefício por parte da Fundação.
- B) tem como exigir um emprego na Fundação, que lhe dê condições de sobrevivência.
- C) tem direito de que lhe seja devolvido o valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) pela Fundação.
- D) passa a ter direito de receber, mensalmente, da Fundação, uma pensão vitalícia de 10 (dez) salários mínimos.
- E) tem amparo legal para que sua doação seja anulada pela Justiça e o patrimônio da Fundação retorne a sua pessoa.

02 O ato jurídico válido para quem o pratica, que não gera efeitos para outras pessoas que dele não participaram, devido a algum impedimento externo extrínseco, é denominado

- A) nulo.
- B) ilícito.
- C) ineficaz.
- D) anulável.
- E) inexistente.

03 Julião cometeu contra Januário um crime de lesão corporal, causando-lhe deformidade permanente. Januário pretende receber indenização de Julião e ingressa na Justiça com a ação competente. O que poderia impedir a procedência da ação?

- A) Julião é beneficiado por um decreto de anistia.
- B) Julião morre logo após a sentença deixando espólio.
- C) A sentença criminal absolve Julião por falta de provas.
- D) A sentença proferida no processo criminal julga extinta a punibilidade.
- E) A sentença criminal reconhece que Julião agiu em sua legítima defesa.

04 A prescrição atinge as ações _____ que protegem os direitos _____ . Qual é a opção que completa corretamente o conceito acima?

- A) reais / potestativos.
- B) constitutivas / potestativos.
- C) pessoais / que a lei determina.
- D) condenatórias / a uma prestação.
- E) constitutivo-condenatórias / que a lei determina.

05 Juliana e Mateus, às vésperas do casamento, firmaram um documento particular, pelo qual optaram pelo regime de Separação de Bens. Viveram aparentemente bem durante 16 (dezesesseis) anos e 4 (quatro) meses, e, a seguir, no início de 1999, Juliana requereu Separação Litigiosa, estribada em provas irrefutáveis, que foi julgada procedente. Como deve proceder o Juiz na fase da partilha de bens?

- A) Determinar a ratificação do pacto antenupcial.
- B) Determinar o cumprimento do pacto antenupcial.
- C) Aplicar as regras que tratam da Comunhão Universal de Bens.
- D) Declarar nulo o pacto particular e aplicar as regras da Comunhão Parcial de Bens.
- E) Decidir pela divisão do patrimônio comum, em partes iguais, independentemente de sua forma e da data de aquisição.

06 Com relação à Lei 5 478/68, que dispõe sobre ação de alimentos, somente pode o filho adulterino pleitear este direito

- A) se for órfão de mãe.
- B) depois de reconhecido.
- C) ao limite da maioridade.
- D) após o divórcio do adúltero.
- E) após a separação do adúltero.

07 Quanto à prescrição nas obrigações, NÃO é correto afirmar que a interrupção,

- A) aberta por um dos credores solidários, aproveita aos outros.
- B) efetuada contra um dos devedores solidários, envolve os demais.

- C) operada contra um dos herdeiros do devedor solidário, nunca prejudica os outros herdeiros.
- D) efetuada contra um dos devedores solidários, envolve os herdeiros de outro devedor solidário.
- E) operada contra um dos herdeiros do devedor solidário, só prejudica os outros devedores quando se tratar de obrigação divisível.

08 NÃO é admitida como extinta a parceria rural no caso de

- A) morte do parceiro outorgante.
- B) desapropriação total do imóvel.
- C) distrato ou rescisão de contrato.
- D) aquisição do imóvel pelo parceiro outorgado.
- E) impossibilidade de execução, em razão de força maior.

09 1. O posseiro não pode ser proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

2. A área usucapienda tem sua metragem máxima fixada em norma jurídica.

3. O tempo mínimo de uso da área usucapienda pelo posseiro é de 4 (quatro) anos.

4. É necessário que o posseiro tenha moradia na área usucapienda.

5. O usucapião somente será reconhecido uma única vez ao mesmo possuidor.

Pela análise do quadro acima, pode-se concluir que os requisitos comuns ao usucapião "pro moradia" e ao usucapião "pro labore" estão representados na seguinte seqüência:

- A) 2-3-4.
- B) 2-3-5.
- C) 2-4-5.
- D) 1-2-3.
- E) 1-2-4.

10 Com o falecimento de Antônio Carlos - viúvo, sem testamento - Patrícia e Pedro, seus filhos, abriram o Inventário, partilharam entre si os bens e registraram o formal. Cinco meses após encerrado o inventário, Raimundo - filho reconhecido pelo falecido, mas desconhecido de Patrícia e Pedro - entra em juízo pretendendo receber seu quinhão na herança do pai. Para postular os direitos de que se julga titular, Raimundo terá de propor uma ação

- A) rescisória.
- B) de alimentos.
- C) de petição de herança.
- D) anulatória de partilha.
- E) investigatória de paternidade.

RESOSTAS

- 1 - A
- 2 - C
- 3 - E
- 4 - D
- 5 - D
- 6 - B
- 7 - C
- 8 - A
- 9 - E
- 10 - D

Direito Civil 28

01 A indenização por dano moral, segundo a jurisprudência:

- A) pode ser cumulada com a indenização por dano material, mas não beneficia pessoa jurídica;
- B) não pode ser cumulada com indenização por dano material, mas beneficia pessoa jurídica;
- C) não pode ser cumulada com a indenização por dano material e beneficia também pessoa jurídica;
- D) pode ser cumulada com a indenização por dano material e beneficia também pessoa jurídica;

02 A coação violenta é causa de:

- A) inexistência do ato;

- B) nulidade do ato;
- C) anulabilidade do ato;
- D) ineficácia do ato;

03 O ato anulável:

- A) deve ser ratificado de forma expressa, vigorando a ratificação ex nunc;
- B) pode ser ratificado de forma expressa, sendo desnecessária ratificação quando cumprida a obrigação, com ciência do vício que a inquinava;
- C) a ratificação expressa não importa renúncia das impugnações ou exceções de que poderia dispor o devedor contra o ato ratificado;
- D) a novação não é meio próprio para confirmação de obrigação anulável;

04 A prescrição:

- A) comporta renúncia tácita ou expressa, mas apenas depois de consumada;
- B) comporta renúncia tácita ou expressa, antes ou depois de consumada;
- C) comporta renúncia expressa, mas não tácita, e somente depois de consumada;
- D) comporta renúncia expressa, mas não tácita, antes ou depois de consumada;

05 Adquire-se a propriedade imóvel:

- A) pelo contrato de compra e venda, pelo usucapião e pelo dinheiro hereditário;
- B) pelo contrato de compra e venda, pela acessão e pelo usucapião;
- C) pela transcrição do título próprio do registro competente, pela acessão e por dinheiro hereditário;
- D) pela transcrição do título próprio no registro competente, por doação, pelo usucapião e por direito hereditário;

06 Cumprida parcialmente a obrigação, a pena estipulada para o caso de mora ou de inadimplemento:

- A) não pode ser reduzida pelo juiz, em respeito ao ato jurídico perfeito;
- B) só pode ser reduzida por novo acordo das partes, em respeito à força obrigatória do contrato;
- C) poderá ser reduzida proporcionalmente pelo juiz;

D) fica prejudicada, por ser exigível apenas no caso de inadimplemento integral;

07 Nas obrigações solidárias a transação:

A) concluída entre um dos credores e o devedor extingue a obrigação deste apenas para com o credor transigente;

B) concluída entre um dos credores e o devedor extingue a obrigação deste para como todos os credores;

C) só é válida se envolver todos os obrigados;

D) só é válida se envolver todos os obrigados;

08 O pagamento de indenização:

A) supõe a ilicitude do ato e a culpabilidade do agente;

B) pode ocorrer mesmo quando o ato praticado é considerado lícito pelo ordenamento jurídico;

C) tem em regra seu valor agravado quando o ato é praticado com dolo e não apenas com culpa;

D) não pode ser exigido quando o ato é praticado por pessoas incapazes;

09 A proposta de contrato:

A) não obriga o proponente, salvo se o contrário resultar dos termos dela;

B) não obriga o proponente antes de celebrado o contrato;

C) obriga, em regra, o proponente;

D) obriga sempre o proponente;

10 Na venda ad corpus, sendo o imóvel menor do que o afirmado pelo vendedor:

A) pode o comprador optar pela rescisão do contrato ou pelo abatimento do preço;

B) será nulo o contrato;

C) será nulo o contrato, se a diferença for igual ou superior a 1/20 da extensão total enunciada;

D) nada pode reclamar o comprador;

RESOSTAS

- 1 - D
- 2 - C
- 3 - B
- 4 - A
- 5 - C
- 6 - C
- 7 - B
- 8 - B
- 9 - C
- 10 - D

Direito Civil 29

01 Assinale a alternativa correta. Casamento putativo.

- A) O casamento putativo, realizado a despeito de impedimento absoluto, portanto nulo e assim declarado judicialmente, acarreta a nulidade dos atos praticados até então e relacionados com essa situação.
- B) A ignorância, suscetível de invalidar a relação matrimonial, pode decorrer só de erro de fato e não de direito.
- C) O juiz, ao proclamar a putatividade do casamento, profere sentença com eficácia "ex nunc", não afetando os direitos já consumados.
- D) A anulação do casamento faz cessar a emancipação do nubente, então relativamente incapaz pela idade, ainda que tenha agido de boa-fé.

02 Assinale a alternativa correta. Usucapião.

- A) O processo de arrecadação de herança jacente, a respeito do mesmo imóvel, impede o reconhecimento do usucapião.
- B) Área incluída em reserva florestal não poder ser objeto de usucapião.
- C) Nas ações de usucapião, de interesse de particular que apenas objetiva uma sentença favorável para regularização do domínio, a intervenção do Ministério Público não é necessária.
- D) O usucapião é forma originária de aquisição da propriedade e não apenas exercício de posse por um lapso de tempo estipulado em lei.

03 Assinale a alternativa correta. Responsabilidade civil. Indenização.

- A) Morte da vítima, em acidente de trânsito, que estava sendo transportada a título de cortesia, transporte gratuito, ainda que o transportador não tenha atuado com dolo ou culpa grave. Indenização indevida.
- B) Acidente de trânsito. Evento causado por menor púbere, sem habilitação. Veículo de propriedade de terceiros. Responsabilidade solidária dos pais e dos titulares do bem.
- C) Condomínio. Furto de veículo na garagem do edifício. Convenção condominial omissa a respeito. Indenização devida diante do vínculo obrigacional de guarda e vigilância.
- D) Vítima atropelada em via férrea ao se utilizar de passagem clandestina comumente usada por pedestres. Local desprovido de sinalização, cancela ou guarda permanente, não obstante conhecimento da companhia. Existência de passarela em local distante. Culpa da ferrovia não caracterizada.

04 Nos termos do Código de Defesa do Consumidor (CDC), "as multas de mora decorrentes do inadimplemento de obrigações no seu termo não poderão ser superiores a dois por cento do valor da prestação" (art. 52, § 1o). Assinale a alternativa correta.

- A) Essa limitação é válida só para o fornecimento de produtos ou serviços que envolva outorga de crédito ou cessão de financiamento ao consumidor.
- B) Essa limitação incide nos contratos celebrados entre as escolas e seus alunos.
- C) A cláusula penal moratória, aqui prevista, exclui a possibilidade de incidência de juros.
- D) Essa limitação é inaplicável aos contratos bancários, financeiros, de crédito e de seguros.

05 Contempla o Código de Defesa do Consumidor (CDC), como norma de natureza processual, a inversão do ônus da prova. Esta pode ser determinada

- A) a critério do juiz, segundo as regras ordinárias de experiência, situando-se no campo de sua prudente discricionariedade.
- B) pelo juiz, só na hipótese de estar o consumidor no pólo ativo da demanda.
- C) a critério do juiz, para aferição da veracidade e correção de informação ou comunicação publicitária.
- D) a critério do juiz, desde que fundada no princípio da vulnerabilidade e da plausibilidade da alegação do consumidor.

06 Assinale a alternativa incorreta.

- A) É preciso não olvidar que uma norma não mais vigente, por ter sido revogada, não poderá continuar vinculante, nem com vigor para os casos anteriores à sua revogação. A norma não poderá ser eficaz, porque revogada.

- B) A irretroatividade da lei é um princípio constitucional, apesar de não ser absoluto, já que as normas poderão retroagir, desde que não ofendam coisa julgada, direito adquirido e ato jurídico perfeito.
- C) A nova lei sobre prazo prescricional aplica-se desde logo se o aumentar, embora deva ser computado o lapso temporal já decorrido na vigência da norma revogada. Se o encurtar, o novo prazo de prescrição começará a correr por inteiro a partir da lei revogadora. Se o prazo prescricional já se ultimou, a nova lei que o alterar não o atingirá.
- D) Quando o legislador derroga ou ab-roga uma lei que revogou a anterior, surge a questão de se saber se a norma que fora revogada fica restabelecida, recuperando sua vigência, independentemente de declaração expressa. Mas pela LICC, a lei revogadora de outra lei revogadora não terá efeito repristinatório sobre a velha norma abolida, a não ser que haja pronunciamento expresso da lei a esse respeito.

07 Assinale a alternativa incorreta.

- A) Separação judicial. Casamento sob regime de comunhão universal. Partilha. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Benefício que não integra o patrimônio comum e, por consequência, não está sujeito a partilha.
- B) A natureza jurídica da sentença que decreta a separação do casal é declaratória e seus efeitos se operam a partir da data do trânsito em julgado ou da data da decisão concessiva na separação cautelar de corpos.
- C) São efeitos do divórcio direto: a dissolução do vínculo conjugal; a impossibilidade de sua reconstituição; os direitos e deveres relativos à prole; a partilha de bens; a cessação do impedimento matrimonial; a obrigação alimentar; o uso do nome.
- D) Sociedade de fato. Reconhecimento. Partilha. Contrato de convivência com regra de comunhão de bens. Posterior casamento com regime de total separação de bens. Meação pretendida dos adquiridos na vigência do concubinato. Inadmissibilidade. Pacto nupcial que é soberano como regra jurídica disciplinadora da partilha de bens adquiridos antes e depois do casamento.

08 Assinale a alternativa incorreta.

- A) A compensação é um modo de extinção de obrigação, até onde se equivalerem, entre pessoas que são, ao mesmo tempo, devedora e credora uma da outra, por dívidas líquidas, vencidas e infungíveis.
- B) Quando o pagamento é efetuado em quotas periódicas, a quitação da última estabelece a presunção "juris tantum" de estarem solvidas as anteriores.
- C) Chama-se evicção a perda da coisa, por força de sentença judicial que a atribui a outrem, por direito anterior ao contrato.
- D) Tendo-se em consideração a autonomia de vontade e a liberdade contratual, ainda assim é inoperante a cláusula de não indenizar, estabelecida por empresa que explora estacionamento de veículos.

09 A abertura da sucessão hereditária ocorre com o falecimento do "de cujus", mas há que se considerar como incorreto

- A) que a mulher casada, recebendo herança de sua família, não pode recusá-la sem autorização marital.
- B) que a renúncia à herança não pode ser tácita ou presumida.
- C) que a aceitação da herança não pode ser condicional, dependendo de termo ou de encargo.
- D) que a aceitação da herança não pode ser presumida ou tácita.

10 Considerando-se que o Código de Defesa do Consumidor (CDC) introduziu no ordenamento jurídico normas de direito material e processuais, indique a alternativa incorreta.

- A) O CDC é um microssistema, que regula a relação de consumo, dentro do macrossistema que é o CC.
- B) Nada impede que, no contrato, as partes estabeleçam que a inversão do ônus da prova só ocorra na hipótese de a responsabilidade ser transferida a terceiros.
- C) Se alguém adquire um imóvel diretamente da construtora, como destinatário final, caracterizada está a relação de consumo. Se essa venda é realizada entre a construtora, na condição de vendedora, e a empresa incorporadora, como compradora, tendo esta o intuito de revender esse bem, não está configurada a relação de consumo, visto que a incorporadora não se amolda à definição de consumidor.
- D) O CDC consagra, em mais de uma hipótese nas relações de consumo, a responsabilidade sem culpa, mas a responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.

RESOSTAS

1 - C

2 - D

3 - B

4 - A

5 - D

6 - A

7 - B

8 - A

9 - D

10 - B

Direito Civil 30

01 O prenome, como regra, é imutável. Afóra as hipóteses de alterações por sentença, assinale qual das opções abaixo encaixa as exceções à regra.

- A) Reabilitação criminal; no ato da conclusão d curso superior.
- B) Extinção da insolvência; reabilitação falimentar.
- C) No primeiro ano após ter atingido o interessado a maioridade civil; em caso de adoção a pedido do adotante; no ato do pedido de naturalização.
- D) Reabilitação criminal; reabilitação falimentar; extinção da insolvência civil.

02 O autor de uma herança faleceu no estado de viúvo, deixando herança de R\$1.000.000,00, e dois filhos, Tício e Caio; ao primeiro doara em vida R\$200.000,00 e, ao segundo, R\$100.000,00. Por testamento nomeou Benício, que não era seu parente, herdeiro, a quem destinou a totalidade da parte da herança disponível. As dívidas do de cujus, incluídas as despesas de funeral, somaram R\$100.000,00. Feita a partilha, couberam a Tício e Caio, respectivamente:

- A) R\$150.000,00 e R\$250.000,00
- B) R\$75.000,00 e R\$150.000,00
- C) R\$25.000,00 e R\$125.000,00
- D) R\$100.000,00 e R\$200.000,00

03 A ausência, declarada por sentença:

- A) produz ipso iure a dissolução da sociedade conjugal.
- B) produz ipso iure a dissolução do vínculo matrimonial.
- C) poderá produzir tanto a dissolução da sociedade conjugal com a dissolução do vínculo matrimonial, a critério do cônjuge do desaparecido, desde que inexistentes bens comuns.
- D) não produz ipso iure nem a dissolução da sociedade conjugal nem a do vínculo matrimonial.

04 A teoria adotada pelo Código Civil sobre o momento da conclusão do contrato por correspondência (ou similar), salvo algumas exceções é a:

- A) Teoria da expedição.
- B) Teoria da declaração.
- C) Teoria da recepção.

D) Teoria da cognição.

05 Sobre o conceito de posse as duas principais teorias são:

- A) Teoria objetiva de Planiol e Teoria subjetiva de Ripert.
- B) Teoria subjetiva de Savigny e Teoria objetiva de Ihering.
- C) Teoria subjetiva de Ihering e Teoria objetiva de Savigny.
- D) Teoria objetiva de Keisen e Teoria subjetiva de Ennecerus.

06 Art. 1.132 do Código Civil : "Os ascendentes não podem vender aos descendentes, sem que os outros descendentes expressamente consintam". O negócio com transgressão a esse dispositivo é:

- A) nulo, segundo entendimento pacífico.
- B) Anulável, segundo entendimento pacífico.
- C) Nulo para uns e anulável para outros; há dissenso na doutrina e na jurisprudência.
- D) Válido, possibilitando aos prejudicados a composição por perdas e danos.

07 A indenização por responsabilidade civil por acidente do trabalho ou moléstia profissional, fundada no Direito Comum, é devida ao empregado pelo empregador:

- A) por responsabilidade objetiva.
- B) Quando o empregador incorrer em dolo ou culpa grave.
- C) Quando o empregador infringir normas de Engenharia do Trabalho ou de Medicina do Trabalho.
- D) Quando o empregador incorrer em dolo ou culpa.

08 São atinentes ao registro da propriedade imóvel os seguintes princípios:

- A) da continuidade, da equivalência e da simetria.
- B) da continuidade, da especialidade e da presunção legal.
- C) da continuidade, da concentração e da verdade transcendental.
- D) da continuidade, da eventualidade e da presunção de hominis.

09 Reestabelecida a sociedade conjugal de casal legalmente separado, o regime de bens:

- A) poderá ser alterado.
- B) não poderá ser alterado.
- C) poderá ser alterado, desde que o anterior era o de comunhão universal.
- D) poderá ser alterado, desde que o anterior era o de comunhão parcial ou de separação total de bens.

10 Em matéria de direitos divisíveis, a interrupção da prescrição procedida contra um dos herdeiros do devedor solidário:

- A) prejudica os outros herdeiros ou devedores.
- B) é tida por inexistente para todos os devedores, incluído o destinatário da interrupção.
- C) prejudica apenas os outros herdeiros.
- D) não prejudica os outros herdeiros ou devedores.

RESOSTAS

- 1 - C
- 2 - D
- 3 - D
- 4 - A
- 5 - B
- 6 - C
- 7 - D
- 8 - B
- 9 - B
- 10 - D

Direito Civil 31

01 O artigo 185 do Código Civil dispõe: "Para o casamento dos menores de 21 (vinte e um) anos, sendo filhos legítimos, é mister o consentimento de ambos os pais". Supondo-se tratar-se de filho concebido e nascido fora do matrimônio

- A) dispensa-se o consentimento dos pais, bastando a assistência do Ministério Público.

- B) necessário se torna o consentimento da mãe, apenas.
- C) o consentimento do pai é suficiente.
- D) os dois genitores devem consentir.

02 A mulher casada legalmente passa a sofrer de incapacidade mental de caráter absoluto, que resultou em sua interdição. Se seu marido cometer ato grave, que importe em causa para separação judicial, poderá(ão) requerer a ação respectiva,

- A) a própria mulher, representada pelo seu Curador.
- B) a mulher, acompanhada pelo Ministério Público, como representante de incapazes.
- C) o Ministério Público, apenas, ao tomar conhecimento do fato.
- D) os filhos maiores da interdita.

03 Se os cônjuges divorciados pretenderem restabelecer a união conjugal, poderão fazê-lo

- A) por petição conjunta endereçada ao juízo que decretou o divórcio.
- B) por petição conjunta endereçada ao juízo do divórcio, desde que não tenham partilhado os bens e permaneçam no mesmo domicílio conjugal.
- C) por novo casamento.
- D) por novo casamento precedido de alvará judicial.

04 O contrato de compromisso de compra e venda de bem imóvel não loteado, para assegurar à parte direito real deverá conter, além das assinaturas do vendedor e do comprador,

- A) ausência de cláusula de arrependimento e registro no Cartório do Registro de Imóveis.
- B) cláusula de arrependimento e registro no Cartório Imobiliário.
- C) celebração por escritura pública, mesmo com pagamento em prestações.
- D) celebração por compromisso particular, porém com pagamento à vista.

05 Em um contrato de compromisso de compra e venda de bem imóvel, celebrado em 1988, com pagamento do preço em prestações, as partes estabelecem que a falta de pagamento de qualquer delas, desde que constituído em mora o comprador, implicará em sua rescisão com a perda, em benefício do vendedor, do total das prestações anteriormente pagas. Leia os itens abaixo, referentes à situação exposta:

- I. será possível entender-se como antijurídica, a afirmação;

II . encontra-se parcialmente correta, a afirmação;

III . a rescisão do contrato não se mostrará possível, em face do Código de Proteção ao Consumidor;

IV. o juiz poderá decretar a perda parcial das prestações pagas.

A conclusão é no sentido de que

A) mostra-se correta apenas a afirmação do item IV.

B) são corretas apenas as afirmações dos itens I, II e III.

C) são corretas todas as afirmações.

D) são corretas todas as afirmações, à exceção do item III.

06 A idéia de personalidade exprime a aptidão genérica para adquirir direitos e contrair obrigações. Assim sendo, face ao direito positivo,

A) apenas o ser humano é dotado de personalidade.

B) todos os seres humanos e os entes morais (sociedades, associações e fundações) são dotados de personalidade.

C) apenas o ser humano com capacidade plena é dotado de personalidade.

D) os órgãos públicos, o espólio, a massa falida e a herança jacente também são dotados de personalidade.

07 Num acidente automobilístico, morre o casal João e Maria. Eles não possuem descendentes nem ascendentes vivos. João tinha como parente vivo apenas um tio e Maria, apenas uma filha viva de uma prima falecida. É correto dizer que

A) somente no caso de Maria ter morrido antes de João, a filha viva da prima falecida de Maria seria a única herdeira.

B) a filha viva da prima falecida de Maria será beneficiada se João tiver falecido primeiro.

C) se ocorreu a premoriência de Maria, o tio de João receberá a herança.

D) no caso de comoriência, a herança de João beneficia seu tio e a herança de Maria caberá à filha viva de sua falecida prima.

08 Editada uma lei que não seja orçamentária ou tributária, que possui normatização específica,

A) ela entra em vigor, no estrangeiro, quando admitida, três meses depois da publicação, e no país, quarenta e cinco dias depois de publicada, se não contiver disposição expressa referente ao início de sua vigência.

- B) ela começa a existir com a promulgação, entrando em vigor com a publicação oficial.
- C) a "vacatio legis" é o intervalo entre a aprovação da lei e a sua entrada em vigor.
- D) no silêncio da lei editada, ela entra em vigor sessenta dias da data de sua publicação oficial.

09 Fatos jurídicos são acontecimentos em virtude dos quais começam, se modificam ou se extinguem as relações jurídicas. Assim sendo, para que os fatos produzam efeitos na ordem jurídica, é preciso que

- A) simplesmente aconteça um fato.
- B) aconteça um fato para o qual a ordem jurídica tenha estabelecido conseqüências jurídicas.
- C) ocorra um acontecimento natural involuntário.
- D) o fato decorra de uma atividade voluntária do homem.

10 O artigo 82 do Código Civil exige, para a validade do ato jurídico, que o agente seja capaz. Tal disposição legal configura a exigência de que o agente

- A) tenha a capacidade de gozo, a capacidade de direito, a capacidade de aquisição.
- B) tenha a capacidade de fato, a capacidade de ação, a capacidade de exercício.
- C) pessoa física, seja dotado de personalidade jurídica.
- D) tenha sempre mais de vinte e um anos de idade.

RESOSTAS

- 1 - D
- 2 - A
- 3 - C
- 4 - A
- 5 - D
- 6 - B
- 7 - C
- 8 - A
- 9 - B
- 10 - B

Direito Civil 32

01 A validade do ato jurídico requer agente capaz, objeto lícito e forma prescrita ou não defesa em lei. Assim, o ato praticado pelo absolutamente incapaz, sem a devida representação, é nulo ou anulável? Quem poderá argüir o vício?

- A) Nulo. Poderá ser alegada somente pelo MP.
- B) Anulável. Poderá ser alegada somente pelo MP.
- C) Nulo. Poderá ser alegada por qualquer interessado ou pelo MP, ou pelo Juiz, de ofício.
- D) Anulável. Poderá ser alegada por qualquer interessado ou pelo MP.

02 Assinale a alternativa que indica, correta e respectivamente, na prática de um negócio, quais são as pessoas relativamente incapazes e por quem é representado o relativamente incapaz.

- A) São incapazes, relativamente, os maiores de 16 e os menores de 21. São representados pelas pessoas a quem a lei determinar.
- B) São incapazes, relativamente, os menores de 16 e os pródigos. São representados pelos pais, tutores ou curadores.
- C) São incapazes, relativamente, os menores de 16 e os pródigos. São representados só pelos pais.
- D) São incapazes, relativamente, os maiores de 16 e os menores de 21, os pródigos e os silvícolas. São assistidos pelas pessoas a quem a lei determinar.

03 Não podem casar as mulheres menores de 16 anos e os homens menores de 18. Por quê? Há exceção a essa regra? Qual?

- A) Porque a puberdade sempre foi exigida como condição de casamento, bem como um certo grau de desenvolvimento intelectual. Há exceções. Para evitar a imposição ou o cumprimento de pena criminal e quando grávida a menor.
- B) Porque o impedimento é absoluto. Não há exceção.
- C) Porque o impedimento é previsto na lei de registros públicos. Não há exceção.
- D) Porque a puberdade sempre foi exigida como condição do casamento. Há exceção única, para evitar a imposição de pena criminal.

04 O casamento "nuncupativo" é

- A) uma forma especial de celebração do ato nupcial em que, devido à urgência do caso e por falta de tempo, não se cumprirão todas as formalidades previstas no art. 192 do Código Civil.

- B) quando, em atenção à boa fé de um ou de ambos os consortes, o matrimônio anulável produz efeitos civis válidos em relação aos conjuges e à prole.
- C) uma forma especial de celebração do ato nupcial, denominado casamento morganático, também chamado de "mão esquerda".
- D) uma forma especial de celebração do ato nupcial, denominado casamento oculto, também chamado de clandestino.

05 Assinale a alternativa que indica a correta seqüência dos atos judiciais no procedimento inicial da separação judicial.

- A) O juiz deverá ouvir as partes, em conjunto e na presença obrigatória dos advogados, na tentativa de reconciliação.
- B) O juiz deverá ouvir pessoal e separadamente cada uma das partes, presentes obrigatoriamente os advogados respectivos, na busca de reconciliação.
- C) O Juiz poderá ouvir as partes, ou seus representantes com a presença facultativa dos advogados.
- D) O Juiz deverá ouvir pessoal e separadamente cada uma das partes e, a seguir, reuni-las em sua presença, se assim considerar necessário, na busca da reconciliação, sem a presença dos advogados. Após essa fase, os advogados poderão participar dos entendimentos.

06 Quais são as hipóteses de separação judicial e no que consistem?

- A) Separação-sanção. Nela as partes discutem culpa, imputada por um cônjuge a outro, em virtude de grave violação dos deveres do casamento e que tornou insuportável a vida em comum. Separação-falência. Nela basta provar a ruptura da vida em comum há mais de um ano consecutivo e a impossibilidade de sua reconstituição. Separação-remédio. Ocorre quando o outro estiver acometido de grave doença mental, manifestada após o casamento, que torne impossível a continuação da vida comum, desde que após uma duração de cinco anos, a enfermidade tenha sido reconhecida de cura improvável.
- B) Separação-sanção. Nela as partes discutem culpa, imputada por um cônjuge a outro, em virtude de violação dos deveres do casamento. Separação-falência. Nela basta provar a ruptura da vida em comum há mais de cinco anos consecutivos. Separação-remédio. Ocorre quando o outro estiver acometido de doença mental de cura improvável.
- C) Separação-sanção. Nela as partes discutem culpa, imputada por um cônjuge a outro, em virtude de violação dos deveres do casamento e que tornou insuportável a vida em comum. Separação-falência. Nela basta provar a ruptura da vida em comum há mais de cinco anos consecutivos. Separação-remédio. Ocorre quando o outro estiver acometido de grave doença mental, manifestada antes do casamento e que torne impossível a continuação da vida em comum.
- D) Separação-sanção. Nela as partes discutem a culpa, imputada por um cônjuge a outro, em virtude de grave violação dos deveres do casamento. Separação-falência. Nela basta provar a ruptura da vida em comum há mais de um ano consecutivo.

07 Estabelece a Constituição Federal, em seu art. 226, § 3º, que, "para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento". Seguiram-se as leis nºs 8.971, de 29.12.94, e 9.278, de 10.05.96. Do que passaram a cuidar?

- A) A lei 8.971 veio regulamentar, unicamente, o direito dos companheiros a alimentos. A lei 9.278 veio instituir a chamada união estável entre conviventes, mantendo a matéria no âmbito da responsabilidade civil.
- B) Igual acima, com a diferença de que a lei 9.278 levou a matéria para o campo do direito de família.
- C) A lei 8.971 veio regulamentar o direito dos companheiros a alimentos e à sucessão. A lei 9.278 veio instituir a chamada união estável entre conviventes, ingressando a matéria no campo do direito de família.
- D) Ambas as leis estão com a vigência suspensa, por decisão do Supremo Tribunal Federal.

08 Diz o art. 485, do Código Civil, que "considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício pleno ou não de algum dos poderes inerentes ao domínio ou propriedade". O Código Civil adotou teoria de quem? Como se define?

- A) De Ihering, com sua teoria objetiva. A posse é conduta de dono. É, então, a exteriorização da propriedade, a visibilidade do domínio, o uso econômico da coisa.
- B) De Ihering, com sua teoria subjetiva. A posse caracteriza-se pela conjugação de dois elementos: o corpus e o animus.
- C) De Savigny, com sua teoria objetiva. A posse consiste na detenção física da coisa.
- D) De Savigny, com sua teoria subjetiva. A posse consiste na intenção de exercer sobre a coisa um poder no interesse próprio.

09 O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança? Por quê?

- A) Não. Porque se trata de obrigação personalíssima.
- B) Sim. Respondendo os herdeiros, no entanto, desde que a indenização fixada, mesmo se situando fora das forças da herança, seja proveniente de reparação decorrente de homicídio.
- C) Sim. Respondendo os herdeiros pela indenização total, em qualquer situação e sem limite.
- D) Sim. Porque a obrigação, não sendo personalíssima, opera entre os seus herdeiros que, no entanto, não respondem por encargos superiores às forças de herança.

10 Quem são os herdeiros necessários? Em havendo, de que parte da herança o testador poderá dispor?

- A) São apenas os descendentes e ascendentes do falecido. Poderá dispor só da metade da herança.
- B) São apenas os descendentes do falecido. Poderá dispor só da metade da herança.
- C) São os descendentes por jus sanguinis. Poderá dispor da legítima.
- D) São apenas os descendentes até os filhos e os ascendentes até os pais. Poderá dispor só de um quarto da herança.

RESOSTAS

- 1 - C
- 2 - D
- 3 - A
- 4 - A
- 5 - D
- 6 - A
- 7 - C
- 8 - A
- 9 - D
- 10 - A

Direito Civil 33

01 Assinale a alternativa correta. Casamento putativo.

- A) O casamento putativo, realizado a despeito de impedimento absoluto, portanto nulo e assim declarado judicialmente, acarreta a nulidade dos atos praticados até então e relacionados com essa situação.
- B) A ignorância, suscetível de invalidar a relação matrimonial, pode decorrer só de erro de fato e não de direito.
- C) O juiz, ao proclamar a putatividade do casamento, profere sentença com eficácia "ex nunc", não afetando os direitos já consumados.
- D) A anulação do casamento faz cessar a emancipação do nubente, então relativamente incapaz pela idade, ainda que tenha agido de boa-fé.

02 Assinale a alternativa correta. Usucapião.

- A) O processo de arrecadação de herança jacente, a respeito do mesmo imóvel, impede o reconhecimento do usucapião.
- B) Área incluída em reserva florestal não pode ser objeto de usucapião.
- C) Nas ações de usucapião, de interesse de particular que apenas objetiva uma sentença favorável para regularização do domínio, a intervenção do Ministério Público não é necessária.
- D) O usucapião é forma originária de aquisição da propriedade e não apenas exercício de posse por um lapso de tempo estipulado em lei.

03 Assinale a alternativa correta. Responsabilidade civil. Indenização.

- A) Morte da vítima, em acidente de trânsito, que estava sendo transportada a título de cortesia, transporte gratuito, ainda que o transportador não tenha atuado com dolo ou culpa grave. Indenização indevida.
- B) Acidente de trânsito. Evento causado por menor púbere, sem habilitação. Veículo de propriedade de terceiros. Responsabilidade solidária dos pais e dos titulares do bem.
- C) Condomínio. Furto de veículo na garagem do edifício. Convenção condominial omissa a respeito. Indenização devida diante do vínculo obrigacional de guarda e vigilância.
- D) Vítima atropelada em via férrea ao se utilizar de passagem clandestina comumente usada por pedestres. Local desprovido de sinalização, cancela ou guarda permanente, não obstante conhecimento da companhia. Existência de passarela em local distante. Culpa da ferrovia não caracterizada.

04 Nos termos do Código de Defesa do Consumidor (CDC), "as multas de mora decorrentes do inadimplemento de obrigações no seu termo não poderão ser superiores a dois por cento do valor da prestação" (art. 52, § 1o). Assinale a alternativa correta.

- A) Essa limitação é válida só para o fornecimento de produtos ou serviços que envolva outorga de crédito ou cessão de financiamento ao consumidor.
- B) Essa limitação incide nos contratos celebrados entre as escolas e seus alunos.
- C) A cláusula penal moratória, aqui prevista, exclui a possibilidade de incidência de juros.
- D) Essa limitação é inaplicável aos contratos bancários, financeiros, de crédito e de seguros.

05 Contempla o Código de Defesa do Consumidor (CDC), como norma de natureza processual, a inversão do ônus da prova. Esta pode ser determinada

- A) a critério do juiz, segundo as regras ordinárias de experiência, situando-se no campo de sua prudente discricionariedade.
- B) pelo juiz, só na hipótese de estar o consumidor no pólo ativo da demanda.

- C) a critério do juiz, para aferição da veracidade e correção de informação ou comunicação publicitária.
- D) a critério do juiz, desde que fundada no princípio da vulnerabilidade e da plausibilidade da alegação do consumidor.

06 Assinale a alternativa incorreta.

- A) É preciso não olvidar que uma norma não mais vigente, por ter sido revogada, não poderá continuar vinculante, nem com vigor para os casos anteriores à sua revogação. A norma não poderá ser eficaz, porque revogada.
- B) A irretroatividade da lei é um princípio constitucional, apesar de não ser absoluto, já que as normas poderão retroagir, desde que não ofendam coisa julgada, direito adquirido e ato jurídico perfeito.
- C) A nova lei sobre prazo prescricional aplica-se desde logo se o aumentar, embora deva ser computado o lapso temporal já decorrido na vigência da norma revogada. Se o encurtar, o novo prazo de prescrição começará a correr por inteiro a partir da lei revogadora. Se o prazo prescricional já se ultimou, a nova lei que o alterar não o atingirá.
- D) Quando o legislador derroga ou ab-roga uma lei que revogou a anterior, surge a questão de se saber se a norma que fora revogada fica restabelecida, recuperando sua vigência, independentemente de declaração expressa. Mas pela LICC, a lei revogadora de outra lei revogadora não terá efeito ripristinatório sobre a velha norma abolida, a não ser que haja pronunciamento expresso da lei a esse respeito.

07 Assinale a alternativa incorreta.

- A) Separação judicial. Casamento sob regime de comunhão universal. Partilha. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Benefício que não integra o patrimônio comum e, por consequência, não está sujeito a partilha.
- B) A natureza jurídica da sentença que decreta a separação do casal é declaratória e seus efeitos se operam a partir da data do trânsito em julgado ou da data da decisão concessiva na separação cautelar de corpos.
- C) São efeitos do divórcio direto: a dissolução do vínculo conjugal; a impossibilidade de sua reconstituição; os direitos e deveres relativos à prole; a partilha de bens; a cessação do impedimento matrimonial; a obrigação alimentar; o uso do nome.
- D) Sociedade de fato. Reconhecimento. Partilha. Contrato de convivência com regra de comunhão de bens. Posterior casamento com regime de total separação de bens. Meação pretendida dos adquiridos na vigência do concubinato. Inadmissibilidade. Pacto nupcial que é soberano como regra jurídica disciplinadora da partilha de bens adquiridos antes e depois do casamento.

08 Assinale a alternativa incorreta.

- A) A compensação é um modo de extinção de obrigação, até onde se equivalerem, entre pessoas que são, ao mesmo tempo, devedora e credora uma da outra, por dívidas líquidas, vencidas e infungíveis.
- B) Quando o pagamento é efetuado em quotas periódicas, a quitação da última estabelece a presunção "juris tantum" de estarem solvidas as anteriores.
- C) Chama-se evicção a perda da coisa, por força de sentença judicial que a atribui a outrem, por direito anterior ao contrato.
- D) Tendo-se em consideração a autonomia de vontade e a liberdade contratual, ainda assim é inoperante a cláusula de não indenizar, estabelecida por empresa que explora estacionamento de veículos.

09 A abertura da sucessão hereditária ocorre com o falecimento do "de cuius", mas há que se considerar como incorreto

- A) que a mulher casada, recebendo herança de sua família, não pode recusá-la sem autorização marital.
- B) que a renúncia à herança não pode ser tácita ou presumida.
- C) que a aceitação da herança não pode ser condicional, dependendo de termo ou de encargo.
- D) que a aceitação da herança não pode ser presumida ou tácita.

10 Considerando-se que o Código de Defesa do Consumidor (CDC) introduziu no ordenamento jurídico normas de direito material e processuais, indique a alternativa incorreta.

- A) O CDC é um microssistema, que regula a relação de consumo, dentro do macrossistema que é o CC.
- B) Nada impede que, no contrato, as partes estabeleçam que a inversão do ônus da prova só ocorra na hipótese de a responsabilidade ser transferida a terceiros.
- C) Se alguém adquire um imóvel diretamente da construtora, como destinatário final, caracterizada está a relação de consumo. Se essa venda é realizada entre a construtora, na condição de vendedora, e a empresa incorporadora, como compradora, tendo esta o intuito de revender esse bem, não está configurada a relação de consumo, visto que a incorporadora não se amolda à definição de consumidor.
- D) O CDC consagra, em mais de uma hipótese nas relações de consumo, a responsabilidade sem culpa, mas a responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.

RESOSTAS

1 - C

2 - D

3 - B

4 - A

5 - D

6 - A

7 - B

8 - A

9 - D

10 - B

Direito Civil 34

01 Se um negócio jurídico padece de vício de consentimento ou vício social, pode-se afirmar que uma das situações abaixo estará caracterizada, exceto:

A) o erro substancial é erro de fato por recair sobre circunstâncias de fato, isto é, qualidades essenciais da pessoa ou da coisa;

B) ocorre simulação relativa subjetiva se a parte contratante não for o indivíduo que tirar proveito do negócio;

C) o principal efeito da ação pauliana é revogar o negócio lesivo aos interesses dos credores, entregando a estes o bem que fraudulentamente saíra do patrimônio do devedor;

D) o dolo acidental é o que leva a vítima a realizar o negócio, porém em condições mais onerosas ou menos vantajosas;

E) a coação deve ser a causa determinante do negócio jurídico, pois deve haver um nexo causal entre o meio intimidativo e o ato realizado pela vítima.

02 Pedro, interditado em 1975, teve como Curador, seu irmão Alberto. A interdição foi levantada em 1998. A propósito desta interdição, é incorreto afirmar que:

A) se o cônjuge do interdito foi nomeado seu Curador e se o casamento foi celebrado sob o regime da comunhão parcial de bens, estará ele, Curador, dispensado da obrigação de apresentar balanços anuais, se os bens do incapaz se acharem descritos em instrumento público;

B) se a interdição foi decretada em razão da prodigalidade, será levantada quando o pródigo não mais tiver cônjuge, ascendente ou descendente;

C) se o cônjuge do interdito foi nomeado seu Curador e se o casamento foi celebrado sob o regime da comunhão universal de bens, estará ele, Curador, dispensado da obrigação de apresentar balanços anuais;

D) se a interdição foi decretada em razão da prodigalidade, os atos praticados pelo interdito, em 1995, podem ter, agora, sua nulidade postulada pelo Curador;

E) ao decretar a interdição do surdo-mudo, o Juiz fixará os limites da curatela, segundo o desenvolvimento mental do interdito.

03 Assinale a opção correta:

A) o usufruto de bens imóveis dependerá sempre de inscrição na matrícula respectiva;

B) o nu-proprietário é o proprietário do bem que, em razão do usufruto, perdeu o jus utendi e o fruendi, conservando, porém, o conteúdo do domínio, o jus disponendi;

C) o exercício do usufruto só pode ser cedido por título oneroso;

D) o direito real de uso conferido a uma pessoa transfere-se, por morte do usuário, aos seus sucessores, obedecida a ordem de vocação hereditária;

E) se o direito real de habitação é conferido a três pessoas conjuntamente e se apenas uma delas ocupa o imóvel, deverá pagar aos outros dois um aluguel, fixado na proporção do direito deles.

04 "Purgação da mora é um ato espontâneo do contratante moroso, que visa remediar a situação a que deu causa, evitando os efeitos dela decorrentes, reconduzindo a obrigação à normalidade". A propósito da mora, é incorreto afirmar que:

A) se a mora é do credor, este pode purgá-la, dispondo-se a receber o pagamento, acrescido da importância dos prejuízos que sofreu até o dia da quitação;

B) se a obrigação é positiva e líquida, contraída a termo certo, a mora decorrerá do simples vencimento do prazo;

C) se a obrigação é positiva e líquida, contraída sem prazo determinado, a mora só se verificará após decorrido o prazo fixado através de notificação, interpelação ou protesto;

D) se a obrigação é negativa, o devedor estará em mora desde o dia em que executar o ato a cuja abstenção se obrigara;

E) se a obrigação foi contraída por devedores solidários, todos eles são responsáveis pelos juros de mora, mesmo que a ação tenha sido proposta apenas contra um deles.

05 Tito, maior, capaz, aposentado, fez, através de testamento público, a distribuição dos bens de seu patrimônio. A propósito deste ato, é incorreto afirmar que:

A) poderá ocorrer jacência da herança na sucessão ab intestato;

B) se um dos herdeiros instituídos renunciar à herança e se esta renúncia prejudicar seus credores, estes poderão aceitá-la, mediante autorização judicial

- C) se à data do óbito do testador não mais existir qualquer herdeiro ou legatário instituído, a herança será considerada jacente, caso o testador não deixe descendentes, ascendentes, cônjuge, companheiro ou colateral sucessível;
- D) se à data do óbito do testador não mais existir qualquer herdeiro ou legatário instituído, a herança será considerada jacente, caso haja renúncia manifestada pelas pessoas sucessíveis;
- E) se, aberta a sucessão, um dos herdeiros instituídos falecer antes de declarar que aceita a herança, o direito de aceitação sempre poderá ser exercitado pelos sucessores dele.

06 São atos capazes de gerar a transferência de domínio, quando levados a registro na matrícula do bem, no Registro de Imóveis, exceto:

- A) a escritura pública de permuta de imóveis;
- B) a sentença que, em processo de separação judicial, autorizou a mulher a retomar seu nome de solteira;
- C) a escritura pública de compra e venda celebrada sob condição resolutiva;
- D) o contrato de promessa de compra e venda de lote, firmado por instrumento particular, quando haja prova da quitação do preço;
- E) a escritura de desapropriação amigável de bens imóveis.

07 A propósito do reconhecimento dos filhos, é incorreto afirmar que:

- A) o filho nascido antes de 180 dias da celebração do casamento goza da presunção de ter por pai o marido de sua mãe, se ele sabia da gravidez, antes das núpcias;
- B) o reconhecimento de filho nascido de duas pessoas desimpedidas para o casamento pode se efetivar por declaração conjunta dos pais;
- C) o reconhecimento de filho nascido fora do casamento pode ser feito após o falecimento dele, desde que tenha deixado descendentes;
- D) presume-se concebido na constância do casamento o filho nascido após 285 dias da dissolução do casamento de seus pais;
- E) a mãe pode fazer inserir o nome do pai da criança no assento de nascimento desta, sendo ou não casada com ele.

08 Uma nota promissória foi emitida por ALCIDES, em favor de Carlos, tendo sido o título endossado, sucessivamente, para Mário e Palmério, recebendo, ainda, a assinatura isolada de Pedro no anverso, sem qualquer declaração. O vencimento do título ocorreu em 12.7.99, uma segunda-feira, tendo sido o mesmo protestado em 14.7.99, atendendo ao que dispõe a alínea terceira do art. 44 da Lei Uniforme de Genebra.

Após o protesto, o título foi endossado para Lucas, que é seu atual portador. Lucas pode propor execução do título:

- A) apenas contra Mário e Palmério;
- B) apenas contra Palmério;
- C) apenas contra Mário;
- D) apenas contra Alcides ou Pedro, ou contra ambos;
- E) contra todos os signatários do título.

09 O termo legal da falência, designando a data em que se tenha caracterizado esse estado, é fixado pelo Juiz, ao proferir a sentença declarando a falência. No entanto, o Juiz não poderá retrotraí-lo:

- A) por mais de 60 (sessenta) dias, contados do primeiro protesto por falta de pagamento, ou do despacho ao requerimento inicial da falência ou da distribuição da concordata preventiva;
- B) por mais de 3 (três) anos, em razão do prazo de prescrição de créditos quirografários, decorrentes de notas promissórias ou letras de câmbio;
- C) por mais de 90 (noventa) dias anteriores à sentença declaratória de falência;
- D) por mais de 90 (noventa) dias anteriores ao da distribuição da concordata preventiva, quando for o caso, ou de 60 (sessenta) dias, se não existir concordata preventiva requerida anteriormente;
- E) por mais de 60 (sessenta) dias, contados do último protesto por falta de pagamento ou de aceite, ou do despacho ao requerimento da falência ou da distribuição da concordata preventiva.

10 Existem várias sociedades comerciais que diferem das sociedades civis em razão do objeto. No entanto, a sociedade por quotas de responsabilidade limitada difere de todas as outras sociedades em razão de:

- A) poder seu sócio-gerente utilizar-se de firma social;
- B) poder utilizar-se de denominação social;
- C) poder ser sócia dela própria;
- D) poder conferir a seus sócios responsabilidade ilimitada;
- E) não se permitir nela o direito de recesso.

RESOSTAS

1 - C

2 - D

3 - B

4 - A

5 - E

6 - B

7 - E

8 - D

9 - A

10 - C

Direito Civil 35

01 Um menor, cuja idade esteja situada entre 18 e 21 anos, sendo relativamente incapaz, necessita da intervenção do genitor, do tutor ou do curador, como assistente, quando o ato jurídico que pretender praticar consistir em:

- A) depoimento como testemunha;
- B) elaboração de testamento;
- C) alienação de bens imóveis;
- D) intervenção, como testemunha, em testamento;
- E) outorga de mandato para processos que tramitam perante os Juizados Especiais.

02 Pretendendo dispor de seus bens para após sua morte, Mário Jorge compareceu ao Cartório de Notas de sua cidade e ali realizou o ato. Os requisitos abaixo são imprescindíveis para a eficácia desta declaração unilateral de vontade, exceto:

- A) leitura do conteúdo do ato, pelo tabelião, ao testador e testemunhas, após a lavratura;
- B) emprego da língua melhor conhecida pelo testador, seja nacional ou estrangeira;
- C) menção, pelo tabelião, no corpo do testamento, da observância das formalidades legais;
- D) comparecimento de, no mínimo, 5 testemunhas;
- E) escrituração do ato, pelo tabelião, em livro de notas.

03 Os titulares de uma determinada relação jurídica de natureza patrimonial divergiam sobre o cumprimento da obrigação assumida, pois a redação do contrato permitia interpretações diversas. Para

evitar que a questão fosse levada à decisão do Poder Judiciário, os sujeitos resolveram transigir e, mediante novo acordo, estabeleceram a forma de cumprimento da obrigação. Todas as características abaixo estarão presentes neste acordo, exceto:

- A) negócio realizado por força da lei;
- B) concessões recíprocas;
- C) poderes especiais do mandatário, se este intervier em nome do mandante;
- D) autorização judicial prévia, se um dos transatores for menor ou incapaz;
- E) incerteza imperante no espírito dos transatores sobre a extensão do seu direito.

04 A noção " ...de condomínio compreende o exercício do direito dominial por mais de um dono, simultaneamente" (Caio Mário, Instituições, IV). Se o condomínio incide sobre um prédio de apartamentos, é incorreto afirmar que:

- A) o estranho que usa, com exclusividade e ânimo de dono, por mais de 20 anos, um cômodo situado em área de uso comum do edifício, adquiri-o por usucapião;
- B) a cada unidade autônoma corresponde uma fração ideal no condomínio sobre o terreno e as partes comuns do edifício;
- C) o proprietário de uma unidade autônoma pode aliená-la livremente, sem que ocorra direito de preferência dos demais condôminos;
- D) o condomínio horizontal só pode ser constituído pela vontade conjunta dos co-proprietários;
- E) o estranho que adquiriu, por usucapião, a unidade autônoma, torna-se condômino, por esta razão, nas partes de uso comum do edifício.

05 Ronaldo e Lídia viveram casados por mais de 30 anos. Rompida a vida em comum, pela morte de um deles, é incorreto afirmar que:

- A) o sobrevivente terá direito, enquanto durar a viuvez, ao usufruto da quarta parte dos bens do falecido, se este deixou filhos, caso o regime de bens fosse o da comunhão parcial;
- B) o sobrevivente será herdeiro do falecido, à falta de descendentes, ascendentes e testamento, se o regime do casamento for o da separação obrigatória;
- C) o sobrevivente nunca será herdeiro do falecido, caso o regime de bens seja o da separação total;
- D) o sobrevivente terá direito, enquanto durar a viuvez, ao usufruto da metade dos bens do falecido, se este não deixou filhos, mas deixou ascendentes, caso o regime de bens fosse o da separação total;
- E) o sobrevivente pode ser contemplado, por testamento, com a metade disponível dos bens do falecido, qualquer que seja o regime de bens.

06 Após longos anos de vida em comum, Edmundo e Roberta romperam sua união estável. Cada convivente ficou com a guarda de 2 dos 4 filhos comuns, ainda menores. Para disciplinar o direito de visitas e os alimentos devidos aos filhos, Edmundo e Roberta deverão observar alguns princípios. Estará corretamente formulada a cláusula que:

- A) atribuir a apenas um dos genitores a obrigação do sustento integral dos filhos, caso o outro disponha de rendimentos suficientes para contribuir para a manutenção dos menores;
- B) atribuir a ambos os genitores a obrigação do sustento dos 4 filhos, na medida das possibilidades de cada um daqueles;
- C) atribuir ao genitor-guardião o direito exclusivo de deliberar sobre todos os atos da vida civil de interesse dos filhos que estão sob sua guarda;
- D) atribuir ao genitor-guardião a representação dos filhos sob sua guarda, até que eles atinjam a maioridade;
- E) excluir os filhos do direito ao pensionamento, quando atingirem 18 anos.

07 O corpo humano pode ter partes, tecidos e órgãos removidos para fins de transplante e tratamento. Para que a remoção seja efetivada, alguns princípios devem ser observados. Os princípios abaixo devem ser atendidos, exceto:

- A) a remoção post mortem de tecidos, órgãos ou partes do corpo de pessoas não identificadas será judicialmente autorizada;
- B) o transplante só se fará com o consentimento expresso do receptor, após aconselhamento sobre a excepcionalidade e os riscos do procedimento;
- C) a doação de órgãos pode ser estimulada por campanhas empreendidas pelos órgãos do SUS;
- D) a pessoa juridicamente capaz, que emitiu declaração para permitir a doação de seus órgãos, pode revogar esta declaração, a qualquer momento, antes da concretização do ato;
- E) a gestante pode dispor de tecido para transplante de medula óssea, se o ato não acarretar risco para ela e para o feto.

08 A legislação consumerista veda a veiculação de publicidade enganosa ou abusiva. Estão alcançados pela proibição os atos de publicidade abaixo mencionados, exceto:

- A) atos que reflitam anúncio ambíguo, sendo um dos sentidos do anúncio de conteúdo enganoso;
- B) atos capazes de induzir ao erro consumidores particularmente vulneráveis (doentes, crianças, idosos, ignorantes, crédulos);
- C) atos que contêm uma informação positiva não correspondente à realidade do produto ou serviço;

- D) atos que omitem uma informação fundamental sobre o produto ou serviço;
- E) atos que contenham a publicidade comparativa, com o confronto de dados e características que não sejam de apreciação exclusivamente subjetiva.

09 O contrato de compra e venda não gera, por si mesmo, a transferência da propriedade. O bem, objeto da prestação, pode, assim, estar sujeito a riscos, antes da entrega. Em relação a tais riscos, é incorreto afirmar que:

- A) o risco do alienante continua a existir, se ele continua na posse do bem, em decorrência do constituto possessório;
- B) o alienante suporta os riscos da coisa, até o momento da tradição;
- C) o adquirente suporta os riscos da coisa que foi posta à sua disposição, no tempo, modo e local ajustados, se estiver em mora;
- D) o adquirente suporta os riscos da coisa entregue por sua ordem a quem haja de transportá-la;
- E) o alienante suporta os riscos da coisa, se entregá-la a pessoa diversa daquela a quem o adquirente indicara para transportá-la, ainda que busque meio mais eficiente de entrega.

10 Diante da impossibilidade de quitação das dívidas contraídas por Rivaldo, foi instituído o concurso entre seus credores. No desenrolar deste concurso, devem ser observados alguns princípios. Indicar o princípio incorreto:

- A) os títulos legais de preferência são os privilégios e os direitos reais;
- B) não havendo título legal à preferência, os credores terão igual direito sobre os bens do devedor;
- C) a discussão entre os credores pode versar sobre a nulidade, simulação, fraude ou falsidade das dívidas e contratos do devedor;
- D) o privilégio especial pode ser estabelecido pela lei ou pela vontade das partes;
- E) dois credores da mesma classe, especialmente privilegiados, que concorrerem aos mesmos bens, ratearão, proporcionalmente ao seu crédito, o valor dos bens, se o produto da alienação não bastar para integral quitação.

RESOSTAS

1 - C

2 - B

3 - A

4 - D

5 - C

6 - B

7 - A

8 - E

9 - A

10 - D

Direito Civil 36

01 Tem direito a curador especial:

- A) o incapaz cujo representante legal foi nomeado pelo juiz nos trinta dias anteriores ao da citação;
- B) o réu que foi citado por edital;
- C) o réu que, embora citado com hora certa, é revel;
- D) o réu cuja citação foi feita pelo correio, porém sem indicação do prazo para a resposta;
- E) nenhuma das alternativas acima.

02 De acordo com a lei vigente, o reconhecimento, por parte do pai, de um filho, havido fora da sociedade conjugal instaurada pelo casamento:

- A) não pode ser feito, enquanto o casamento perdurar;
- B) pode ser feito pelo pai somente em testamento público;
- C) pode ser feito pelo pai ainda na constância do casamento;
- D) pode ser feito pelo pai somente se estiver separado de fato;
- E) pode ser feito pelo pai, somente mediante documento escrito registrado no Registro de Títulos e Documentos, com eficácia posterior ao término do casamento;

03 Por força do princípio da saisine, acolhido pelo nosso Código Civil:

- A) desde a abertura da sucessão, o domínio e a posse da herança transmitem-se aos herdeiros;
- B) a posse da herança transmite-se aos herdeiros e legatários, desde a abertura da sucessão;

- C) o domínio e a posse da herança transmitem-se aos herdeiros capazes e legatários, desde a abertura da sucessão;
- D) o domínio e a posse da herança transmitem-se somente após o registro do formal de partilha no Registro de Imóveis;
- E) apenas o domínio da herança transmite-se aos herdeiros, desde a abertura da sucessão;

04 Ainda em vida da pessoa, sua herança:

- A) pode ser objeto de cessão de direitos;
- B) pode ser objeto de cessão condicionada ao falecimento do de cujus;
- C) pode ser objeto de cessão, desde que a isso não se oponha tal pessoa;
- D) não pode ser objeto de cessão;
- E) pode ser objeto de cessão para satisfação dos atuais credores.

05 Assinale a alternativa incorreta:

- A) o jus possidendi confunde-se, na prática, com o jus possessionis, porque ambos encontram-se no âmbito de uma situação jurídica que dá direito ao possuidor;
- B) o jus possessionis é a posse sem título de direito que o justifique;
- C) o jus possidendi é uma consequência do domínio, pois existe aí uma situação jurídica que serve de alicerce;
- D) a pessoa que utiliza um imóvel abandonado, que não é ocupado por outrem, é titular do jus possessionis, porque não tem título de direito;
- E) quem tem título de domínio (escritura de compra e venda registrada, formal de partilha, escritura de doação registrada) tem o jus possidendi.

06 Assinale a alternativa correta:

- A) o defeito oculto de uma coisa autoriza a rejeição de todas, se vendidas conjuntamente;
- B) a ação para anular a venda de ascendente para descendente, sem consentimento dos demais descendentes, prescreve em vinte anos, contados da data do ato;
- C) o direito de preferência pode passar aos herdeiros;
- D) revogada a doação, por ingratidão, ficam prejudicados os direitos eventualmente adquiridos por terceiros;

E) a hipoteca legal perime em completando trinta anos.

07 A mulher, ao se casar, pode acrescentar ao seu nome os apelidos da família do marido. É incorreto afirmar que:

- A) será compelida a retomar seu nome de solteira, quando postular a separação judicial por ruptura da vida em comum, há mais de um ano consecutivo, sendo impossível a reconstituição;
- B) será compelida a retomar seu nome de solteira, quando vencida na separação judicial-sanção;
- C) retomará sempre seu nome de solteira, ao requerer a transformação de sua separação em divórcio;
- D) poderá conservar o nome de casada, se a separação for consensual;
- E) poderá conservar o nome de casada, ao requerer a transformação judicial em divórcio, se houver evidente prejuízo para sua identificação.

08 A propósito da exclusão da penhorabilidade de bens, em razão de sua característica de bem de família, é incorreto afirmar que:

- A) o bem de família pode ser penhorado pelo credor de alimentos;
- B) o bem de família pode ser penhorado pelo credor hipotecário, quando oferecido como garantia pelo casal ou pela entidade familiar;
- C) a expressão bem de família abrange os bens móveis quitados que guarneçam a residência do locatário, sendo de propriedade deste;
- D) os veículos de transporte não são considerados bem de família;
- E) quando os cônjuges possuírem vários imóveis utilizados como residência permanente, será considerado bem de família, em qualquer hipótese, o de maior valor.

09 Joãozinho está sob tutela de seu tio Arthur. A propósito deste instituto, é incorreto afirmar:

- A) a tutela só pode alcançar os menores de 21 anos;
- B) a tutela implica, necessariamente, o dever de guarda;
- C) a tutela só será deferida após decretação prévia da perda ou suspensão do pátrio poder;
- D) a tutela pode alcançar os maiores, desde que absolutamente incapazes e interditados;
- E) o Juiz pode dispensar a especialização de hipoteca, por motivo relevante.

10 O Código de Defesa do Consumidor consagra os princípios abaixo, exceto:

- A) todas as vítimas de um evento são equiparadas ao consumidor, quando se tratar de responsabilidade pelo fato do produto e do serviço;
- B) responsabilidade objetiva dos profissionais liberais;
- C) o contrato não pode conter cláusula que exonere a obrigação de indenizar do fornecedor, quando se tratar de responsabilidade por vício do produto ou do serviço;
- D) para efeito de desconsideração da personalidade jurídica, as sociedades coligadas só responderão por culpa;
- E) quando houver mais de um responsável pelo dano, todos são solidariamente responsáveis, na hipótese de vício do produto.

RESOSTAS

- 1 - C
- 2 - C
- 3 - A
- 4 - D
- 5 - A
- 6 - B
- 7 - C
- 8 - E
- 9 - D
- 10 - B

Direito Civil 37

01 A superação do paradigma voluntarista do contrato encontra-se justificado pela:

- I - Utilidade social do contrato.
- II - Objetivação do vínculo contratual,
- III - Concepção da causa como função econômico-social do contrato.
- IV - Justiça da relação contratual no caso concreto.
- V - Expansão das hipóteses de vícios de consentimento.

Assinale a alternativa correta:

- A) somente as alternativas I, e III estão corretas.
- B) somente as alternativas II e III estão corretas.
- C) somente as alternativas I, II, III e IV estão corretas.
- D) somente as alternativas I, II, IV e V estão corretas.
- E) somente as alternativas I e IV estão corretas.

02 Quanto à eficácia dos direitos fundamentais no âmbito das relações privadas, é correto afirmar que:

I - A irradiação dos efeitos dos direitos fundamentais nas relações entre particulares vinculam à interpretação, à aplicação e à concretização das cláusulas gerais e outros conceitos indeterminados.

II - Não há qualquer irradiação de efeitos dos direitos fundamentais sobre as relações jurídico-privadas, pois os direitos fundamentais destinam-se à proteção do indivíduo em face do Estado.

III - No caso de conflito entre a autonomia privada e um direito fundamental, impõe-se uma análise tópicosistemática com base no exame das circunstâncias específicas do caso concreto, admitindo-se solução orientada pela concordância prática e ponderação de valores.

IV- Somente os direitos fundamentais de primeira dimensão produzem eficácia mediata nas relações privadas.

V- O reconhecimento da eficácia horizontal dos direitos fundamentais significa a irradiação da ordem jurídica constitucional dos direitos fundamentais para a ordem jurídica civil.

Assinale a alternativa correta:

- A) somente a assertiva II está correta.
- B) somente a assertiva IV está correta.
- C) somente as assertivas I, III e V estão corretas.
- D) somente as assertivas I e III estão corretas.
- E) somente as assertivas I e V estão corretas.

03 Quanto à exclusão da sucessão por indignidade, é correto afirmar que:

- A) É excluído da sucessão o herdeiro que praticou crime de lesão corporal seguida de morte contra àquele de cuja sucessão se tratar.
- B) A exclusão do herdeiro opera-se ipso iure.
- C) É admissível a reabilitação do indigno.
- D) Os descendentes do excluído ficam ir-,impedidos sucedê-lo por representação.

E) O herdeiro excluído não terá direito a reclamar indenização pelas despesas de conservação dos bens hereditários.

04 "A", aduzindo que está com problemas de depressão e sem condições para trabalhar, promove ação de alimentos contra "B", de quem se encontra divorciada há três anos. Na contestação, "B" sustenta que não tem dever jurídico de prestar alimentos para "A", pois, tanto ao ensejo da separação consensual como quando da conversão da separação judicial em divórcio, o cônjuge mulher renunciou expressamente aos alimentos na medida em que exercia atividade remunerada suficiente ao sustento próprio. Quanto ao conteúdo da contestação, "A" manifestou-se no sentido de que apenas dispensou o exercício do direito aos alimentos em atenção ao fato de que sua remuneração era suficiente à sua manutenção e que, ademais, os alimentos não podem ser renunciados. Acrescentou, ainda, que em decorrência dos problemas de saúde - depressão - viu-se pressionada a aderir ao PDV - plano de demissão voluntária - mas o dinheiro não foi suficiente para atender às suas necessidades ao longo dos últimos anos. Concluiu, por fim, que "B" foi promovido, tendo sido aumentada sua remuneração. Isso considerado, consoante o entendimento predominante na jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

- A) "A" não é titular do dever jurídico de prestar alimentos para "B" porque não há fundamento legal da obrigação alimentar.
- B) "A" não é titular do dever jurídico de prestar alimentos para "B" porque o dever de mútua assistência, ainda existente, está suspenso.
- C) "A" é titular do dever jurídico de prestar alimentos para "B" porque houve alteração nos elementos necessidade e possibilidade.
- D) "A" seria titular do dever jurídico de prestar alimentos para "B" caso, na petição da conversão da separação judicial em divórcio, nada constasse quanto aos Alimentos entre dos cônjuges.
- E) "A" é titular do dever jurídico de prestar alimentos para "B" porque os alimentos são irrenunciáveis, sendo admissível, apenas, a possibilidade de dispensa do exercício do direito.

05 Quanto à responsabilidade pelos acidentes de consumo, o produtor responde pelos danos causados aos consumidores:

- I - Pela adoção da teoria unitária da responsabilidade civil.
- II - Somente na hipótese em que for demonstrada a existência de culpa do produtor.
- III - Independentemente da culpa exclusiva do consumidor.
- IV - Independentemente da culpa concorrente do consumidor.
- V - Independentemente de culpa do produtor, salvo caso fortuito e força maior.

Assinale a alternativa correta:

- A) somente a assertiva I está correta.
- B) somente as assertivas II, III e IV estão corretas.
- C) somente as assertivas II e III estão corretas.
- D) somente as assertivas I, IV e V estão corretas.
- E) somente a assertiva V está correta.

06 Fato 1: As fábricas A, B e C, não observando as técnicas exigíveis quanto à adoção das medidas de proteção ambiental, adotam o procedimento de lançamento de seus resíduos químicos diretamente no leito de um rio, causando severa degradação ao meio ambiente. Fato 2: O fazendeiro D, numa época de poucas chuvas na sua fazenda, deixando de empregar a atenciosa necessária quanto ao lugar em que se encontrava e ao forte vento que soprava no momento, visando apenas à queima de alguns arbustos secos, ateou fogo no local, disso resultando a queima de uma significativa área de mata de preservação permanente. Esses dois, fatos considerados, diz-se:

- I - Somente as fábricas A, B e C devem responder pelo dever indenizar o dano ambiental causado, pois a responsabilidade do fazendeiro D fica excluída ante a ausência de culpa grave.
- II - As fábricas A, B e C respondem solidariamente pelo dano ambiental.
- III - As fábricas A, B e C respondem pelo dano ambiental, salvo se o lançamento dos resíduos químicos no leito do rio se deu pelo fato de vários raios terem atingido às suas instalações.
- IV - As fábricas A, B e C, bem como o fazendeiro D, considerada a teoria da responsabilidade civil objetiva, respondem pelo dever de indenizar os danos causados ao meio ambiente (poluição do rio e queimada de área de preservação permanente), independentemente da aplicação das sanções administrativas.
- V - As fábricas A, B e C respondem pelos danos patrimoniais e extrapatrimoniais causados ao meio ambiente.

Assinale a alternativa correta:

- A) somente a assertiva II está correta.
- B) somente as assertivas IV e V estão corretas.
- C) somente as assertivas II, IV e V estão corretas.
- D) somente as assertivas I, II e III estão corretas.
- E) somente as assertivas II e IV estão corretas

07 A concepção da relação obrigacional como processo pode ser associada com:

- I- O contato social.
- II- Os comportamentos sociais típicos,

III- A visão orgânica e total da obrigação.

IV- A existência de deveres secundários, anexos ou instrumentais, resultantes da incidência do princípio da boa-fé objetiva.

V- A existência de deveres de conduta, mesmo depois de cumprido o dever principal.

Assinale a alternativa correta:

- A) somente as assertivas I, III, IV e V estão corretas.
- B) somente as assertivas II, III, IV e V estão corretas.
- C) somente as assertivas I, II, III, IV estão corretas.
- D) somente as assertivas II, IV e V estão corretas.
- E) todas as assertivas estão corretas.

08 Ana Júlia, com 16 anos de idade, após três meses de seu casamento com Pedro José, ao tomar conhecimento da existência de relacionamento extraconjugal de Pedro José com Maria Joana, deixa o lar conjugal. Ana Júlia retorna à casa dos pais, onde passa a viver às custas destes de forma definitiva. Seis meses depois da separação de fato, Ana Júlia, ao encontrar Pedro José e Maria Joana juntos, no interior de um bar, usando de um revólver, pelas costas, desfere um tiro contra Maria Joana, matando-a. Maria Joana deixa uma filha, Maria Caria, com três anos de idade, havida de uma relação com outro homem. Considerando-se o acima narrado e a responsabilidade civil dos pais pelos atos dos filhos menores no nosso ordenamento jurídico, afirma-se que:

I - Os pais devem responder pelo ato ilícito praticado pela filha Ana Júlia pela presunção *in* litem de culpa *in* vigilando.

II - Os pais devem responder pelo ilícito, pois Ana Júlia está sob guarda, responsabilidade e sustento dos genitores.

III - Os pais e Ana Júlia devem ser considerados solidariamente responsáveis pelo ilícito.

IV - Ana Júlia deve responder pelo ilícito.

V- Os pais devem responder pelo ato ilícito praticado pela filha Ana Júlia em face da existência da culpa *in* vigilando.

Assinale a alternativa correta:

- A) somente as assertivas I, II, III e V estão corretas.
- B) somente as assertivas I e II estão corretas.
- C) somente as assertivas II e V estão corretas.
- D) somente a assertiva IV está correta.

E) somente as assertivas I, II e V estão corretas.

09 O reconhecimento da função social da propriedade privada significa:

I - O acolhimento do princípio de que a propriedade privada obriga.

II - A relativização do direito individual da propriedade privada.

III - A concretização do princípio da efetividade.

IV - A imposição de limites ao direito de usar, de gozar e de dispor da coisa.

V ~ O domínio útil

Assinale a alternativa correta:

A) somente as assertivas I e II estão corretas.

B) somente as assertivas II e III estão corretas.

C) somente as assertivas I, II, III e IV estão corretas.

D) somente as assertivas I, II e IV estão corretas.

E) todas as assertivas estão corretas.

10 "A", com 12 anos de idade completos, praticou inúmeros atos infracionais não graves. Acerca dessa situação, é correto afirmar que:

A) É cabível a imposição da medida sócio-educativa de internação, tão-só pelo fato da reiteração das infrações.

B) É cabível a imposição da medida sócio-educativa de internação, em qualquer hipótese, desde que necessária à recuperação do adolescente.

C) Somente é cabível a imposição da medida sócio-educativa de internação, caso tenha havido descumprimento reiterado e injustificável de medida anteriormente imposta e não haja outra medida adequada.

D) É obrigatória a imposição de medida sócio-educativa de liberdade assistida.

E) É impossível a aplicação de medida sócio-educativa por se tratar de atos infracionais praticados por criança.

RESPOSTAS

1 - C

2 - C

3 - C

4 - A

5 - D

6 - C

7 - E

8 - D

9 - D

10 - C

Direito Civil 38

01 Decai do direito de ação para o interessado pleitear a exclusão do herdeiro ou provar a causa de sua deserdação em

- A) 2 anos, contado o prazo da abertura da sucessão.
- B) 4 anos, contado o prazo da abertura da sucessão.
- C) 2 anos, contado o prazo a partir do trânsito em julgado da decisão homologatória da partilha.
- D) 4 anos, contado o prazo a partir do trânsito em julgado da decisão homologatória da partilha.
- E) 3 anos, contado o prazo da data da apresentação das primeiras declarações prestadas no inventário.

02 Em relação ao grau de parentesco, considerando os mais próximos, tio, tio-avô e primo, estão nos seguintes graus, respectivamente:

- A) segundo, terceiro e primeiro.
- B) primeiro, segundo e terceiro.
- C) terceiro, quarto e quarto.
- D) quarto, quinto e quinto.
- E) terceiro, quarto e quinto.

03 Em qual ou quais hipótese(s) podem, o homem com mais de 60 anos e a mulher com mais de 50 anos, optar livremente pelo regime matrimonial de bens?

- A) Se existiu concubinato entre ambos, por prazo superior a três anos ininterruptos.
- B) Se existiu concubinato entre ambos, por prazo superior a cinco anos ininterruptos.
- C) Se existiu concubinato entre ambos, por prazo superior a oito anos ininterruptos.
- D) Se existiu concubinato entre ambos, por prazo superior a dez anos ininterruptos e/ou da união adveio prole.
- E) Desde que o filho do casal tenha mais de 10 anos.

04 Maria, brasileira, casou-se em Paris com Pierre, francês, tendo dele se divorciado nesta última cidade após um mês da boda. Não houve separação judicial do casal na França. Questiona-se: o reconhecimento do seu divórcio no Brasil somente ocorrerá depois de

- A) um ano da data da sentença.
- B) dois anos da data da sentença.
- C) três anos da data da sentença.
- D) quatro anos da data da sentença.
- E) cinco anos da data da sentença.

05 O penhor de títulos de bolsa (ao portador) será averbado

- A) na Junta Comercial.
- B) na Bolsa de Valores.
- C) no Cartório de Registro Civil.
- D) no Cartório de Registro de Imóveis.
- E) no Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

06 Entre outras causas, extingue-se o usufruto

- A) pela morte do nu-proprietário, pelo termo de sua duração, pela cessação da causa de que se origina.
- B) pela consolidação, pela prescrição, pela morte do cônjuge do nu-proprietário.
- C) pelo termo de sua duração, pela prescrição, pela morte dos descendentes do nu-proprietário.
- D) pela morte do usufrutuário, pela prescrição, pela morte do nu-proprietário e seu cônjuge.
- E) pela morte do usufrutuário, pela consolidação, pela prescrição.

07 Gaia, brasileira, residente na capital paulista e Tício, italiano, que se encontra no Brasil com o visto de turista, pretendem contrair matrimônio. A habilitação para esse casamento civil, no Estado de São Paulo, deverá ser feita perante

- A) o Juiz Federal do domicílio de Gaia.
- B) o Juiz de Direito do domicílio de Gaia.
- C) o Juiz de Paz do domicílio de Gaia.
- D) o Oficial do Registro de Títulos e Documentos do domicílio de Gaia.
- E) o Oficial do Registro Civil do domicílio de Gaia.

08 Simphronio casou-se com Gaia adotando o regime de comunhão universal de bens. Com a morte de seus genitores, ele renunciou à herança deixada por ambos, sem anuência da esposa. O ato praticado por Simphronio é

- A) nulo.
- B) anulável.
- C) nulo e anulável.
- D) inexistente.
- E) juridicamente válido.

09 Podem escusar-se da tutela, entre outros,

- A) as mulheres, os maiores de cinquenta anos e os impossibilitados por enfermidade grave.
- B) as mulheres casadas, com filhos, os maiores de sessenta anos e os impossibilitados por enfermidade gravíssima.
- C) os que já exercem a curatela, as mulheres separadas ou divorciadas com mais de dois filhos sob sua guarda, os que tiverem em seu poder mais de seis filhos.
- D) as mulheres, os que tiverem em seu poder mais de cinco filhos, os militares em serviço.
- E) os que habitarem longe do lugar onde se haja de exercer a tutela, os maiores de setenta anos, as mulheres casadas, com mais de cinco filhos.

10 O Ministério Público intervém na(s) seguinte(s) hipótese(s):

- A) conversão da união estável em casamento.

- B) recusa de proceder ao registro de nascimento quando se tratar de nome possível de expor a pessoa ao ridículo.
- C) separação consensual, não tendo os separandos filhos menores.
- D) averbação de reconhecimento de filhos maiores.
- E) todas as alternativas estão corretas.

RESPOSTAS

1 - B

2 - C

3 - D

4 - A

5 - E

6 - E

7 - E

8 - B

9 - D

10 - E

Direito Civil 39

01 São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- A) os menores de 18 anos;
- B) os silvícolas;
- C) os pródigos;
- D) nenhuma das alternativas está correta.

02 Consideram-se bens imóveis para todos os efeitos legais:

- A) o direito à sucessão aberta;
- B) os direitos do autor;

- C) os direitos reais sobre objetos móveis e ações correspondentes;
- D) nenhuma das alternativas está correta.

03 A validade dos atos jurídicos requer:

- A) personalidade;
- B) agente capaz, objeto lícito e forma prescrita em lei;
- C) instrumento público firmado pelas partes;
- D) nenhuma das alternativas está correta;

04 Assinale a alternativa incorreta:

- A) no regime de comunhão parcial de bens excluem-se da comunhão os bens que cada cônjuge possuir antes do casamento;
- B) no regime de comunhão parcial de bens, entram na divisão os bens adquiridos na constância do casamento por título oneroso, ainda que adquiridos em nome de um só dos cônjuges;
- C) no regime de comunhão parcial de bens presumem-se adquiridos na constância do casamento os bens móveis, se não houver prova documental de que foram adquiridos antes do casamento;
- D) no regime de separação de bens, cada cônjuge poderá dispor de seus bens imóveis adquiridos antes do casamento independente de outorga do outro;

05 As ações relativas a direitos reais prescrevem em:

- A) vinte anos, contados da data em que poderiam ter sido propostas;
- B) trinta anos, quando as partes residirem em localidades diversas;
- C) dez anos, entre presentes e quinze entre ausentes, contados da data em que deveriam ter sido propostas;
- D) nenhuma das alternativas está correta;

06 No direito brasileiro adquire-se a propriedade de bens imóveis:

- A) pela compra e venda realizada através de escritura pública;
- B) pela transcrição do título de transferência no cartório do registro de imóveis;
- C) pelo instrumento particular ou público de promessa de compra e venda;

D) nenhuma das alternativas está correta;

07 A emancipação do menor de 21 e um anos e maior de 18 anos constitui forma de cessação de incapacidade civil, pela qual:

A) os pais conferem ao filho a outorga de capacidade civil por tempo determinado, que pode ser revogada enquanto não alcançada a maioridade civil;

B) os pais autorizam o filho a praticar atos da vida civil por eles assistidos;

C) os pais outorgam ao filho, no exercício do pátrio poder, capacidade civil mediante escritura pública irrevogável, inscrita no registro civil competente;

D) nenhuma das alternativas está correta;

08 O credor que demandar por dívida integralmente paga fica obrigado:

A) a pagar ao demandado o dobro do que foi cobrado;

B) a restituir o equivalente ao que exigiu;

C) a responder apenas pelas custas e honorários de advogado;

D) nenhuma das alternativas está correta;

09 O direito de propor a ação rescisória extingue-se:

A) em um ano, contado do trânsito em julgado da decisão;

B) em dois anos, contados do trânsito em julgado da decisão;

C) em cinco anos, contados do trânsito em julgado da decisão;

D) não há prazo para a propositura da ação rescisória.

10 O agravo de instrumento contra decisão interlocutória é interposto:

A) perante o juiz da causa, em petição fundamentada;

B) perante o Presidente do Tribunal competente, em petição contendo os requisitos do art. 524 do CPC;

C) em petição dirigida ao Presidente do Tribunal competente contendo as peças que o agravante entender necessárias;

D) nenhuma das alternativas está correta.

1 - D

2 - A

3 - B

4 - D

5 - C

6 - B

7 - C

8 - A

9 - B

10 - B

Direito Civil 40

01 Cabem embargos de declaração:

- A) quando houver na sentença obscuridade ou contradição;
- B) quando houver no acórdão obscuridade ou contradição;
- C) quando for omitido ponto sobre o qual deveria manifestar-se o juiz;
- D) todas as alternativas estão corretas.

02 Assinale a alternativa correta:

- A) cabem embargos infringentes quando a decisão proferida em apelação não for unânime;
- B) embora a divergência tenha sido apenas parcial, os embargos infringentes devolvem ao tribunal o exame de toda a matéria discutida no julgamento;
- C) os embargos infringentes são interpostos no prazo de dez dias, contados da intimação da decisão;
- D) nenhuma das alternativas está correta.

03 O conflito de competência ocorre quando:

- A) dois ou mais juízes se declaram competentes para julgar a causa;
- B) dois ou mais juízes se declaram incompetentes para julgar a causa;

- C) surge entre juízes controvérsia quanto a reunião de processos;
- D) todas as alternativas estão corretas.

04 Os embargos do devedor são ofertados no prazo de dez dias a contar:

- A) da data da intimação da penhora regularmente feita na pessoa do devedor;
- B) da juntada ao processo da prova da intimação da penhora;
- C) da juntada do mandado de penhora;
- D) nenhuma das alternativas está correta;

05 Qual o foro competente para a ação de reparação de danos:

- A) do domicílio do autor;
- B) do domicílio do réu;
- C) do lugar em que ocorreu o fato;
- D) nenhuma das alternativas está correta;

06 Considera-se proposta a ação:

- A) quando despachada pelo juiz ou distribuída, quando houver mais de uma Vara;
- B) com a expedição do mandado de citação;
- C) com a citação válida do réu;
- D) nenhuma das alternativas está correta.

07 Extingue-se o processo com julgamento do mérito:

- A) quando o autor desistir da ação;
- B) quando o juiz indeferir a petição inicial;
- C) quando o juiz acolher ou rejeitar o pedido do autor;
- D) nenhuma das alternativas está correta.

08 Concedida a liminar em medida cautelar preparatória, deverá a parte promover a ação principal em:

- A) trinta dias contados da data da distribuição da ação cautelar;
- B) trinta dias a contar da data da concessão da medida liminar;
- C) trinta dias a contar da data da efetivação da medida cautelar;
- D) não há prazo para propositura da ação principal.

09 Assinale a alternativa correta:

- A) à toda causa será obrigatoriamente atribuído um valor, mesmo que não tenha conteúdo econômico;
- B) é defeso à parte formular mais de um pedido no mesmo processo;
- C) o autor poderá aditar ou alterar o pedido enquanto não for proferida a sentença de mérito;
- D) a reconvenção será processada em apenso aos autos principais.

10 Quando existirem vários litisconsortes no processo o prazo para contestar, recorrer e falar nos autos conta-se:

- A) em dobro para todos os litisconsortes;
- B) a partir do momento em que for citado cada litisconsorte;
- C) da mesma forma que se conta no processo em que não há litisconsortes;
- D) nenhuma das alternativas está correta;

RESPOSTAS

1 - D

2 - A

3 - D

4 - B

5 - C

6 - A

7 - C

8 - C

9 - A

10 - C

Direito Civil 41

01 Estabeleça identidade, através da numeração correspondente:

1 - Um credor hipotecário e o titular de um direito autoral são possuidores

2 - Despedir um empregado é exemplo do exercício de um direito subjetivo

3 - A repristinação, no ordenamento jurídico brasileiro é admitida, caso condicionada pela lei que revogou a lei revogadora daquele aquela que se restaura

4 - A validade formal do Direito (vigência da lei) tem por requisitos a promulgação da lei e sua aplicação pelo Poder Judiciário

A) as afirmações 2 e 3 são incorretas

B) as afirmações 1 e 4 são corretas

C) a afirmação 3 é correta

D) a afirmação 4 é correta

02 É INCORRETO afirmar que:

A) a aceitação condicional equivalerá a uma nova proposta contratual, a não ser que o peticitante já tenha anuído sobre a condição estabelecida

B) o contrato de compra e venda de móvel fungível é o único negócio translativo do domínio, no sentido de operar, de per si, a sua transferência

C) a ação estimatória pressupõe, por parte do adquirente, o intuito de conservar a coisa, reclamando que seu preço seja reduzido proporcionalmente àquilo em que o vício oculto a depreciou

D) na doação remuneratória e na com encargo haverá responsabilidade do doador pela evicção, no que concerne à parte correspondente ao serviço prestado e à incumbência cometida

03 O desforço imediato é:

A) o meio de obter a posse pela via judicial

B) a proteção preventiva da posse ante a ameaça de turbação ou esbulho

C) o instrumento direto de defesa que a lei, excepcionalmente, concede ao possuidor para conservar em seu poder a coisa alheia, além do momento em que a deveria devolver, como garantia de pagamento das defesas feitas com o bem

D) a legítima defesa da posse em que o possuidor molestado, seja ele direto ou indireto, pode reagir pessoalmente, contra o turbador, desde que tal reação seja incontinenti e se dirija contra ato turbativo real e atual, mediante emprego de meios estritamente necessários para manter-se na posse

04 A afirmativa correta considerada pela doutrina é:

- A) a alienação fiduciária é um negócio jurídico subordinado a uma condição suspensiva
- B) a alienação fiduciária em garantia visa transferir a propriedade plena de bem fungível ao credor
- C) o fiduciário não poderá reivindicar bem alienado fiduciariamente se o fiduciante ou terceiro, injustamente, o detiver
- D) o devedor, pela alienação fiduciária em garantia, transfere ao credor a propriedade resolúvel e a posse indireta da coisa, como garantia da dívida, resolvendo-se o direito do adquirente com o pagamento de dívida garantida

05 A aquisição da propriedade mediante a transformação de coisa móvel em espécie nova, em virtude de trabalho ou de indústria, desde que não seja possível reduzi-la a sua forma primitiva, opera-se pela:

- A) especificação
- B) confusão
- C) comistão
- D) tradição

06 Na aplicação de Direito, o intérprete pode utilizar-se da analogia quando:

- A) existe lacuna na lei
- B) existe dúvida entre duas leis
- C) apresenta deficiência de redação na lei
- D) nenhuma das respostas anteriores

07 Juca, com setenta anos de idade, casou-se com Carla, à época com quarenta anos. O regime de bens do casamento foi:

- A) de livre escolha entre os nubentes
- B) de comunhão universal obrigatoriamente
- C) de comunhão universal, de separação total ou de comunhão parcial

D) de separação total, obrigatoriamente, comunicando-se, todavia, os bens adquiridos a título oneroso após o casamento, segundo jurisprudência consolidada

08 Pela exceção do contrato não cumprido entende-se que:

A) nos contratos bilaterais, nenhum dos cinco contratantes, antes de cumprida sua obrigação, pode exigir o implemento do outro

B) a mora se caracteriza pelo descumprimento da obrigação no tempo, modo e lugar convenencionados

C) o comprador pode pleitear a rescisão do contrato havendo defeito oculto na coisa vendida

D) o distrato se faz pela mesma forma que o contrato

09 A venda de um imóvel por um menor, com dezoito anos de idade não emancipado, sem ter sido assistido, será:

A) nula porque o agente é relativamente incapaz

B) inexistente porque o menor não foi emancipado

C) anulável porque o agente é relativamente incapaz

D) ineficaz porque o agente não foi assistido nem representado

10 A cláusula de inalienabilidade, temporária ou vitalícia, imposta aos bens pelos testa-dores ou doadores:

A) não poderá, jamais, salvo casos de expropriação por necessidade ou utilidade pública, ou de exceção por dívidas provenientes de impostos relativos aos respectivos imóveis, ser invalidada ou dispensada por atos judiciais sob pena de nulidade

B) poderá, através de sub-rogação real prevista no Decreto-lei nº6777 de 08.08.1944, ser substituída por meio de outro imóvel ou por apólices da dívida pública em hasta pública

C) poderá ser facultativamente exercido pelos donatários ou herdeiros, através de escritura pública de aceitação ou renúncia

D) poderá somente ser aposta, através de doadores ou testadores lúcidos, através do competente laudo psiquiátrico

RESPOSTAS

1 - C

2 - B

3 - D

4 - D

5 - C

6 - A

7 - D

8 - A

9 - C

10 - B

Direito Civil 42

01 Assinale a alternativa correta:

- A) A lei faz distinção entre nacionais e estrangeiros quanto à aquisição e gozo dos direitos civis;
- B) A personalidade civil do homem começa com o nascimento com vida; mas a lei põe a salvo desde a concepção os direitos do nascituro;
- C) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 18 (dezoito) anos, os loucos de todo o gênero, os surdos-mudos e os ausentes;
- D) Na proteção que o Código Civil confere aos incapazes compreende-se o benefício da restituição.

02 Quanto aos atos jurídicos, assinale a alternativa correta;

- A) São nulos de pleno direito os atos jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial;
- B) O dolo acidental não obriga à satisfação de perdas e danos;
- C) A coação exercida por terceiro não vicia o ato;
- D) A validade do ato jurídico requer agente capaz, objeto lícito e forma prescrita ou não defesa em lei.

03 Quanto à prescrição é correto afirmar:

- A) A prescrição pode ser alegada, em qualquer instância, pela parte a quem aproveita;
- B) As pessoas jurídicas não estão sujeitas aos efeitos da prescrição;
- C) O juiz pode conhecer da prescrição de direitos patrimoniais mesmo se não foi invocada pelas partes;

D) A prescrição iniciada contra uma pessoa não corre contra o seu herdeiro.

04 Quanto ao casamento, pode-se afirmar que:

A) É nulo e de nenhum efeito, quanto aos contraentes e aos filhos, o casamento contraído com infração de qualquer dos impedimentos absolutamente dirimentes;

B) É também nulo o casamento contraído perante autoridade incompetente, podendo ser sanada tal nulidade se não alegada dentro em 2 (dois) anos da celebração;

C) Qualquer interessado e o Ministério Público, podem requerer a declaração de nulidade do casamento contraído perante autoridade incompetente, antes de vencido o prazo para alegação;

D) Todas as alternativas estão corretas.

05 Assinale a alternativa correta no tocante à curatela:

A) Estão sujeitos à curatela: os loucos de todo o gênero, os pródigos e os ausentes;

B) A interdição só pode ser promovida pelo pai, mãe ou tutor, pelo cônjuge ou por algum parente próximo;

C) O Ministério Público poderá promover a interdição no caso de loucura furiosa, no caso de não existir, ou não promovê-la alguma das pessoas autorizadas ou, no caso de existirem tais pessoas, serem elas menores ou incapazes;

D) Em nenhuma hipótese pode o Ministério Público promover a interdição, a ele cabendo funcionar apenas como defensor do suposto incapaz.

06 Quanto às obrigações, assinale a alternativa incorreta:

A) Nas obrigações alternativas, a escolha da prestação cabe ao devedor se outra coisa não se estipulou;

B) A cláusula penal pode ser estipulada conjuntamente com a obrigação ou em ato posterior;

C) A solidariedade não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes;

D) Se, havendo dois ou mais devedores, a prestação for divisível, cada um responderá pela dívida toda.

07 Assinale a alternativa incorreta:

A) Dá-se o contrato de fiança quando uma pessoa se obriga por outra, para com seu credor, a satisfazer a obrigação, caso o devedor não a cumpra;

B) O fiador demandado pelo pagamento da dívida não pode exigir que primeiro sejam excutidos os bens do devedor;

- C) A fiança dar-se-á por escrito, e não admite interpretação extensiva;
- D) Pode-se estipular a fiança, ainda que sem o consentimento do devedor.

08 A posse pode ser adquirida:

- A) pela própria pessoa que a pretende, por seu representante ou procurador, por terceiro sem mandato, dependendo de ratificação e pelo constituto possessório;
- B) pela própria pessoa que a pretende e pelo constituto possessório;
- C) pela própria pessoa que a pretende, por seu representante ou procurador e por terceiro sem mandato, dependendo de ratificação;
- D) pela própria pessoa que a pretende, por seu representante ou procurador e pelo constituto possessório.

09 São direitos reais de garantia:

- A) a enfiteuse, o penhor e a hipoteca;
- B) a hipoteca, o penhor, o usufruto e o uso;
- C) a anticrese, o penhor e a hipoteca;
- D) a anticrese, o usufruto, a hipoteca e a enfiteuse.

10 É correto afirmar, exceto:

- A) A aceitação da herança pode ser expressa ou tácita; a renúncia porém, deverá constar, expressamente, de escritura pública ou termo judicial;
- B) Aberta a sucessão, o domínio e a posse da herança transmitem-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários;
- C) A sucessão abre-se no lugar de qualquer dos domicílios do falecido, havendo mais de um;
- D) A capacidade para suceder é a do tempo da abertura da sucessão, que se regulará conforme a lei então em vigor.

RESPOSTAS

1 - B

2 - D

3 - A

4 - D

5 - C

6 - D

7 - B

8 - A

9 - C

10 - C

Direito Civil 43

01 Assinale a alternativa correta:

- A) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 18 anos, os pródigos e os loucos de todos os gêneros;
- B) São capazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer os maiores de 14 e menores de 21 anos, os ausentes e os silvícolas;
- C) Aos 18 anos completos acaba a menoridade, ficando habilitado o indivíduo para todos os atos da vida civil;
- D) Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos.

02 Quanto aos atos jurídicos, assinale a alternativa correta:

- A) Nas declarações de vontade se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que à sua intenção;
- B) São nulos os atos jurídicos emanados de erro, dolo, coação, simulação ou fraude;
- C) Considera-se condição a cláusula, que subordina o efeito do ato jurídico a evento futuro e incerto;
- D) O ato anulável não pode ser ratificado pelas partes.

03 Em relação ao domicílio civil pode-se afirmar, exceto:

- A) O domicílio civil da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo;
- B) Os funcionários públicos reputam-se domiciliados onde exercem as suas funções, mesmo temporárias, periódicas ou de simples comissão;

C) Nos contratos escritos poderão os contraentes especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes;

D) Os incapazes têm por domicílio o dos seus representantes.

04 Quanto ao pátrio poder, assinale a opção incorreta:

A) Os filhos legítimos, legitimados, os legalmente reconhecidos e os adotivos estão sujeitos ao pátrio poder, enquanto menores, exercido em igualdade de condições por ambos os pais, de acordo com dispositivo constitucional;

B) São algumas causas de extinção do pátrio poder a emancipação, a maioridade, a adoção;

C) Sempre que no exercício do pátrio poder colidirem os interesses dos pais com os do filho, a requerimento deste ou do Ministério Público, o próprio juiz dará solução ao caso sem necessidade de curador especial;

D) Perderá por ato judicial o pátrio poder o pai ou a mãe que castigar imoderadamente o filho, o deixar em abandono ou praticar atos contrários à moral e aos bons costumes.

05 De acordo com a Lei nº 6.515 de 26 de dezembro de 1977, assinale a alternativa correta:

A) Dar-se-á a separação judicial por mútuo consentimento dos cônjuges, se forem casados há 2 (dois) anos, manifestado perante o juiz e devidamente homologado;

B) A separação judicial põe termo aos deveres de coabitação, fidelidade recíproca e ao regime matrimonial de bens, como se o casamento fosse dissolvido;

C) A separação judicial pode ser pedida por um só dos cônjuges quando imputar ao outro conduta desonrosa ou qualquer ato que importe em grave violação dos deveres do casamento e torne insuportável a vida em comum;

D) Todas as alternativas estão corretas.

06 Assinale a alternativa incorreta:

A) Constitui-se o penhor pela tradição efetiva, que, em garantia do débito, ao credor, ou a quem o represente, faz o devedor, ou alguém por ele, de um objeto móvel, suscetível de alienação;

B) A lei da hipoteca é a civil, e civil a sua jurisdição, ainda que a dívida seja comercial, e comerciantes as partes;

C) O credor pignoratício não pode, paga a dívida, recusar a entrega da coisa a quem a empenhou, podendo retê-la, porém, até que o indenizem das despesas justificadas que tiver feito, não sendo ocasionadas por culpa sua;

D) O dono do imóvel hipotecado em nenhum caso pode constituir sobre ele nova hipoteca.

07 Assinale a alternativa correta:

- A) A posse é justa quando precária, não o sendo quando for clandestina ou violenta;
- B) O possuidor tem direito a ser mantido na posse, em caso de turbação, e restituído, no de esbulho;
- C) O possuidor turbado ou esbulhado não pode, em nenhum caso, utilizar-se de força própria para manter-se ou restituir-se na posse;
- D) A posse não transmite-se com os mesmos caracteres aos herdeiros e legatários do possuidor.

08 Assinale a alternativa correta:

- A) O devedor que paga tem direito a quitação regular e pode reter o pagamento, enquanto não lhe for dada;
- B) A obrigação, não sendo personalíssima, só opera entre as partes;
- C) Em nenhuma hipótese será assistido ao credor o direito de cobrar a dívida antes de vencido o prazo estipulado no contrato;
- D) Efetuar-se-á o pagamento no domicílio do devedor, salvo se as partes convencionarem diversamente e, sendo dois ou mais lugares designados, cabe ao devedor a escolha entre eles.

09 Assinale a alternativa correta:

- A) Na compra e venda, as despesas da escritura ficarão a cargo do comprador, e as da tradição a cargo do vendedor, salvo cláusula em contrário;
- B) O contrato de compra e venda, quando se deixa a taxaço do preço ao arbítrio exclusivo de uma das partes, não é passível de nulidade;
- C) Nas coisas vendidas conjuntamente, o defeito oculto de uma autoriza a rejeição de todas;
- D) Os ascendentes podem vender aos descendentes, sem que os outros descendentes expressamente consintam.

10 Assinale a alternativa incorreta:

- A) Aberta a sucessão, o domínio e a posse da herança transmitem-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários;
- B) Havendo herdeiros necessários, o testador só poderá dispor da metade da herança;
- C) A capacidade para suceder é a do tempo da abertura da sucessão, que se regulará conforme a lei então em vigor;

D) A sucessão legítima defere-se na seguinte ordem: descendentes, cônjuge, ascendentes, colaterais, Municípios, Distrito Federal ou União.

RESPOSTAS

1 - D

2 - C

3 - B

4 - C

5 - D

6 - D

7 - B

8 - A

9 - A

10 - D

Direito Civil 44

01 A solidariedade passiva decorre:

- A) da indivisibilidade do objeto da prestação;
- B) da indivisibilidade do objeto da prestação, quando coisa certa;
- C) da lei ou da vontade expressa das partes, seja qual for o objeto;
- D) da lei, da vontade e da presunção decorrente de atos das partes.

02 João deve R\$ 1.000,00 a Pedro e este recebe esse valor, por depósito em sua conta bancária, após o vencimento da dívida, conforme prometera João. Acreditando haver recebido a dívida, Pedro remeteu o título a João, como quitação e, em seguida, recebeu a cobrança de José que alega haver depositado a importância em conta errada e por engano. Assinale a alternativa correta:

- A) Pedro deve devolver a importância a José e tentar reaver o título dada a João;
- B) Pedro deve devolver o valor recebido a José, apenas se este devolver-lhe o título;
- C) Pedro não tem que devolver a que recebeu, nem deve reclamar de João o título;

D) José, demonstrando erro, pode reclamar de João a restituição do valor depositado.

03 Assinale a alternativa abaixo, em que conste fato que não gere proteção possessória:

- A) a mera posse de estrada particular que dure mais de ano e dia, sem oposição;
- B) posse de passagem de água pela superfície, existente há dois anos;
- C) a posse de passagem de encanamento de água, subterrâneo, há dois anos;
- D) a posse de passagem de rede condutora de energia por meio de cabos, existente há dois anos.

04 Tratando-se de relações de natureza contratual entre fornecedores e consumidores de bens ou serviços, assinale a alternativa incorreta:

- A) a prova de não ser enganosa a propaganda em comercial de TV deve ser feita por quem a promove;
- B) os contratos com cláusulas impressas, padronizadas, consideram-se de adesão, mesmo que a consumidor possa inserir outras cláusulas;
- C) quando o consumidor telefona ao fornecedor e efetua a compra de produto, não tem direito de arrependimento do contrato;
- D) a interpretação sistemática do contrato, em benefício do consumidor, quando duvidosa a cláusula, não fere a princípio da insonomia constitucional.

05 Tratando-se de separação legal de pessoas casadas, assinale a alternativa incorreta:

- A) na separação litigiosa, o réu pode reconvir, usando a mesma fundamentação fática e legal que o autor;
- B) em qualquer das formas de separação legal, é possível a reconstituição da sociedade conjugal tal como era antes;
- C) pode-se converter a separação por mútuo consentimento, em separação litigiosa, no mesmo processo;
- D) a sentença que põe termo à ação de separação por mútuo consentimento, não pode alterar, em nada, os termos do acordo entre as partes.

06 Alguém que tem descendentes ou ascendentes, dispõe de 70% dos seus bens, por doação ou testamento, destinando-as a pessoa com legitimação para recebê-los. Assinale a alternativa que contenha as possíveis consequências disso:

- A) tais liberalidades são nulas, porque contrariam expressa disposição de lei;
- B) tais liberalidades são anuláveis, por inteiro, apenas com requerimento de herdeiros necessários;

- C) por contrariar disposição de Lei, opera-se a redução "ex-officio" aos limites impostos por lei;
- D) poderá haver ou não redução da liberalidade aos limites estabelecidos por lei.

07 Quanto à responsabilidade civil, assinale a alternativa incorreta:

- A) um dos requisitos essenciais da responsabilidade aquiliana é a culpa;
- B) a aplicação da teoria do risco visa excluir a culpa, como elemento da responsabilidade;
- C) o montante da reparação do dano calcula-se pelo próprio dano e, proporcionalmente, à intensidade da culpa;
- D) mesmo quando demonstre a ausência de culpa do servidor, em serviço, responde a pessoa jurídica de direito público, pelo dano.

08 De acordo com a lei, em matéria de adoção de crianças, assinale a alternativa correta:

- A) a morte dos pais adotivos devolve o pátrio poder aos pais biológicos;
- B) apenas para um efeito, prevalece o parentesco natural do adotado com seus pais BIOLÓGICOS;
- C) há distinção entre os direitos do adotado e dos filhos consangüíneos;
- D) para todas os efeitos, pela adoção, desaparece o parentesco natural do adotado.

09 Assinale a alternativa que contenha afirmação correta:

- A) o nosso ordenamento jurídico dá prioridade à sucessão legítima sobre a testamentária;
- B) havendo testamento válido, não se aplica a sucessão legítima, pois não há coexistência das duas espécies na mesma sucessão;
- C) o sucessor a título universal, havendo co-herdeiros, não tem legitimidade para ceder direitos sobre a totalidade de determinados bens da herança;
- D) os efeitos da exclusão por indignidade de herdeiro, são iguais aos da renúncia, pois ambas afastam o herdeiro da sucessão.

10 São legitimados ativos para a ação pauliana:

- A) os credores com garantia real;
- B) os credores quirografários;
- C) os credores quirografários que já o eram no tempo em que os atos malsinados se celebram;

D) os credores quirografários posteriores aos atos malsinados.

RESPOSTAS

1 - C

2 - D

3 - C

4 - C

5 - C

6 - D

7 - C

8 - B

9 - C

10 - C

Direito Civil 45

01 Marque a alternativa correta. Tem-se por erro substancial:

- A) o que interessa à natureza do ato.
- B) o que interessa ao objeto principal da declaração
- C) o que diz respeito às qualidades essenciais da pessoa a quem a declaração se refere.
- D) Todas estão corretas.

02 Marque a alternativa incorreta:

- A) São considerados parentes os colaterais até o sexto grau.
- B) Na linha colateral, somente são obrigados a prestar alimentos os parentes até o segundo grau.
- C) Na linha colateral, somente os parentes até o quarto grau poderão suceder.
- D) Na linha reta, somente até o quarto grau são considerados parentes.

03 "A", com 31 anos de idade e sua mulher "B", com 28 anos de idade, casados há três anos, desejam adotar "C", nascido em 15.01.90. Marque a alternativa correta.

- A) Não poderá ser deferida a adoção, pois o casal não possui cinco anos de casados.
- B) Somente "A" poderia adotar, vez que "B", muito embora casada, não possui idade superior a trinta anos.
- C) Somente poderá ser deferida a adoção quando "C" atingir a maioridade.
- D) A adoção poderá ser deferida.

04 Assinale a alternativa correta. Em um contrato de empréstimo de coisa não fungível, o comodatário deve devolver ao comodante, ao fim do prazo, o objeto emprestado. Se ocorrer danos à coisa, objeto do contrato, sem culpa do devedor e antes de sua entrega:

- A) o credor deve receber a coisa, sem direito à indenização, no estado em que se encontre.
- B) o credor deve receber a coisa no estado em que se encontre, mas terá direito à indenização.
- C) o credor não deve receber a coisa mas pode exigir indenização.
- D) o credor pode exigir outra coisa do mesmo gênero e qualidade.

05 Assinale a alternativa correta: "A" e "B" são devedores de "C" da obrigação consistente na entrega do touro "sadan", campeão de sua raça na última exposição agropecuária de Campo Grande-MS. Antes da entrega ao credor, por descuido de ambos os devedores, o referido animal ingeriu grande quantidade de veneno, o que ocasionou sua morte. Por se tratar de uma obrigação indivisível em razão da natureza do objeto, o credor:

- A) deverá exigir de ambos os devedores, em conjunto, as perdas e danos.
- B) deverá exigir de um, o valor do animal, e de outro, os prejuízos sofridos.
- C) deverá exigir de cada um dos devedores somente a metade das perdas e danos.
- D) deverá exigir dos devedores, em conjunto, a entrega de outro animal.

06 Assinale a alternativa correta: "Em um contrato de compromisso de venda e compra de bem imóvel em que se estipulou uma pena para o caso de inadimplemento, e este se verificar, em virtude de recusa do vendedor em outorgar a escritura, o credor pode":

- A) obter uma sentença que substitua a declaração do vendedor e exigir o pagamento da multa convencional.
- B) obter uma sentença que substitua a declaração do vendedor ou exigir o pagamento da multa convencional.

C) exigir a multa convencionada mais as perdas e danos.

D) obter uma sentença que substitua a declaração do vendedor e mais metade da multa convencionada.

07 "A" é devedor de "B". "C" que não tem nenhum interesse na obrigação, paga a dívida. Assinale a alternativa correta:

A) Se "C" pagou em nome do devedor não terá direito a receber o que pagou.

B) Se "C" pagou em seu próprio nome sub-roga-se nos direitos do credor.

C) "B" não está obrigado a dar quitação sem a anuência de "A".

D) Se "C" pagou em seu próprio nome tem direito a se reembolsar, mas só se sub-roga nos direitos do credor se este autorizar.

08 Assinale a alternativa correta. "Aquele que paga o indevido tem o direito de reclamar do que recebeu a repetição do que lhe pagou". São casos em que o pagamento indevido não confere direito à restituição:

A) quando o que recebeu inutilizou o título da dívida.

B) quando o pagamento se destinava a solver obrigação natural.

C) quando o pagamento visava obter fim ilícito.

D) as alternativas "a", "b" e "c" são corretas.

09 "Se duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, as duas obrigações extinguem-se, até onde se compensarem" (art. 1.009, do Código Civil). São pressuposto e condições da compensação:

A) reciprocidade das obrigações e infungibilidade dos débitos.

B) fungibilidade dos débitos e liquidez das dívidas.

C) reciprocidade das obrigações e inexigibilidade atual das prestações.

D) infungibilidade dos débitos e liquidez das dívidas.

10 Assinale a alternativa correta. "Um policial militar em serviço mata um rapaz".

A) A família da vítima, para ser indenizada pelo Estado, não necessitará provar ter o policial agido com culpa ou dolo.

B) O Estado somente será responsável se se provar ter o policial agido com dolo.

C) O Estado não será responsável, pois o policial agiu no exercício regular do direito, vez que se encontrava em serviço.

D) Somente o policial militar poderá ser obrigado a indenizar se provar que agiu com dolo.

RESPOSTAS

1 - D

2 - D

3 - D

4 - A

5 - C

6 - B

7 - A

8 - D

9 - B

10 - A

Direito Civil 46

01 Assinale a alternativa incorreta:

A) coisas divisíveis são as que se podem partir em porções reais e distintas, formando cada qual um todo perfeito;

B) coisas singulares são as que, embora reunidas, se consideram de per si, independentemente das demais;

C) coisas universais são coisas simples ou compostas, materiais ou imateriais, quando se encaram agregadas em todo;

D) não considera-se bens móveis, para todos efeitos legais, os direitos do autor.

02 Assinale a alternativa incorreta:

A) todo ato lícito que tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar ou extinguir direitos, se denomina ato jurídico;

B) a incapacidade de uma das partes pode ser invocada pela outra em proveito próprio, em qualquer hipótese;

- C) nas declarações de vontade se atenderá mais à sua intenção que ao sentido literal da linguagem;
- D) a validade do ato jurídico requer agente capaz, objeto lícito e possível e forma prescrita ou não defesa em lei.

03 Assinale a alternativa incorreta:

- A) são anuláveis os atos jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro accidental;
- B) os atos jurídicos são anuláveis por dolo quando este for a sua causa;
- C) haverá simulação, dentre outras hipóteses, quando o ato contiver condição ou cláusula não verdadeira;
- D) n.d.a.

04 Assinale a alternativa incorreta:

- A) considera-se condição a cláusula que subordina o efeito do ato jurídico a evento futuro e certo;
- B) não se admite a estipulação de condição advinda de mero arbítrio de um dos sujeitos;
- C) pendente condição suspensiva não se terá direito adquirido antes do adimplemento dessa condição;
- D) enquanto não verificada a condição resolutiva o negócio jurídico vigorará.

05 Assinale a alternativa incorreta:

- A) o domínio presume-se exclusivo e ilimitado, até prova em contrário;
- B) a propriedade será plena quando seu titular puder usar, gozar ou dispor da coisa, bem como reivindicá-la de quem quer que injustamente a detenha;
- C) propriedade é o direito que a pessoa tem de usar, gozar ou dispor da coisa, bem reivindicá-la de quem quer que injustamente a detenha, fora de quaisquer limites, salvo os de natureza constitucional;
- D) n.d.a.

06 São formas de aquisição da propriedade, exceto:

- A) a transcrição do título no Registro de Imóveis;
- B) a acessão;
- C) pelo direito hereditário;
- D) a celebração de contrato de compra e venda.

07 Não é requisito do usucapião ordinário:

- A) posse mansa, pacífica, ininterrupta, exercida ou não com "animus domini";
- B) decurso de tempo de dez anos entre presentes, entendidos estes se usucapiente e proprietário residirem no mesmo município;
- C) decurso de tempo de quinze anos entre ausentes;
- D) n.d.a.

08 Assinale a alternativa falsa:

- A) a ab-rogação é a supressão parcial da norma anterior;
- B) no conflito de leis no espaço a lex domicilii do de cujus rege sua sucessão;
- C) a lex loci actus regula as obrigações e os meios probatórios de fatos ocorridos em país estrangeiro;
- D) a revogação será tácita quando houver incompatibilidade entre a lei nova e a antiga, pelo fato de que a nova passa a regular inteiramente a matéria tratada pela anterior.

09 Nosreme Midnas, homem de vida promíscua, teve ajuizada contra si ação de investigação de paternidade, sendo-lhe imputada a condição de pai do menor Oigrés Siul, agora com cinco anos de idade. Diante desta situação é possível que:

- A) Nosreme alegue prescrição da ação, que ocorre em dois anos;
- B) Nosreme alegue prescrição da ação, que ocorre em três anos;
- C) Nosreme alegue prescrição da ação, que ocorre em quatro anos;
- D) não é possível alegar prescrição no caso das ações de estado.

10 O usucapião:

- A) só pode atingir imóveis da União quando concedido por razões sociais;
- B) pode atingir imóveis de autarquias;
- C) não atinge os bens de uso comum, mas pode atingir os bens dominiais;
- D) jamais atinge qualquer bem público.

RESPOSTAS

1 - D

2 - B

3 - A

4 - A

5 - C

6 - D

7 - A

8 - A

9 - D

10 - D

Direito Civil 47

01 "A", devedor, entregou ao credor "B", como garantia do cumprimento da obrigação assumida, um bem móvel. Houve entre as partes um negócio jurídico chamado:

- A) anticrese;
- B) penhor;
- C) hipoteca;
- D) garantia fiduciária.

02 Emerson Alberto invade a propriedade de Carlos Odilon que de imediato percebe e toma providências no sentido de, usando de sua força física, expulsar o invasor. Para tanto espanca à exaustão o fraco Emerson. No caso em apreço pode-se dizer que Carlos:

- A) agiu corretamente pois agiu em legítima defesa de sua posse;
- B) a princípio estava correto, porém agiu com excesso ao espancar Emerson;
- C) a qualquer tempo poderia praticar os atos de desforço e por isso precipitou-se a levá-los a cabo;
- D) jamais poderia praticar estes atos de desforço, devendo de imediato recorrer às vias judiciais competentes.

03 São imprescritíveis as ações que versam sobre:

- A) prestação vencida de renda temporária ou vitalícia;

- B) estado de pessoa, como, por exemplo, filiação e cidadania, salvo os direitos patrimoniais dele decorrentes;
- C) reparação de dano causado por fato do produto ou do serviço;
- D) prestação acessória vencida, pagável por período não excedente a um ano.

04 "A" doa um terreno a "B", com a cláusula de que deverá destiná-lo à construção de um hospital. Trata-se de doação:

- A) com encargo;
- B) sob condição resolutiva;
- C) sob condição promíscua;
- D) sob condição suspensiva.

05 Quanto ao mandato não é possível dizer que:

- A) pode ser expresso ou tácito, verbal ou escrito, especial ou geral;
- B) para os atos que exigem instrumento público ou particular exige-se mandato escrito;
- C) o mandato em termos gerais não confere poderes que extrapolam a administração;
- D) não pode o mandante impugnar os atos praticados em seu nome sem poderes suficientes.

06 Sobre o concubinato é incorreto dizer:

- A) para gerar direito à partilha dos bens adquiridos na constância da união estável, a concubina não mais depende da comprovação da sociedade de fato em virtude de previsão legal;
- B) a concubina só pode pleitear indenização patrimonial que compense o esforço comum para amealhar patrimônio;
- C) a união estável com objetivo de constituir família, pelo sistema vigente, é sempre considerada como entidade familiar, equiparando-se ao casamento em comunhão parcial de bens, salvo estipulação contrária entre os conviventes;
- D) o direito de alimentos da concubina, dissolvida a união, é sempre o mesmo que tocaria à esposa, pela atual sistemática protetiva.

07 "A", "B" e "C" vendem a "D" o quadro "X" de Rafael, que deverá ser entregue dentro de 6 meses. Foi estipulado que, em caso de inadimplemento da obrigação, deveria ser paga multa de R\$90.000,00. Por ocasião do adimplemento da obrigação, "B" verificou que o quadro fora destruído juntamente com alguns

objetos antigos, por descuido de "A". "D" ingressou em juízo, para pleitear seus direitos, contra "A", "B" e "C" para receber a multa de R\$90.000,00. Os devedores rebelaram-se contra isso, apresentando a seguinte defesa:

- A) a ação só poderia ser demandada contra o culpado, pois os demais co-devedores solidários não têm direito à ação regressiva;
- B) apenas o culpado incorre na pena e proporcionalmente à sua parte, por ser solidária a obrigação;
- C) por ser indivisível a obrigação, todos os devedores, caindo em falta um deles, incorrerão na pena, mas esta só poderá ser exigida integralmente do culpado, pois os demais responderão apenas pela sua quota, tendo ação regressiva contra o que deu causa à aplicação da pena;
- D) todos os co-devedores, culpados ou não, estão isentos de cumprir a cláusula penal, por ser ela excessiva.

08 Define-se posse justa como aquela:

- A) adquirida sem violência, clandestinidade ou precariedade;
- B) transferida através de contrato, por exemplo, de locação;
- C) exercida por uma pessoa em nome de outra;
- D) exercida por ato de tolerância do proprietário.

09 Assinale a opção falsa:

- A) qualquer dos contratantes terá direito, ad nutum, de rescindir mandato, sem o consenso do outro, sem qualquer justificativa, mediante simples manifestação volitiva unilateral, salvo se houver convenção proibindo sua revogação pelo mandante;
- B) o substabelecimento é a outorga de poderes representativos recebidos pelo mandatário a um terceiro de sua confiança que o substitui na execução do mandato;
- C) o mandato é uma representação legal, logo os negócios reputar-se-ão válidos em relação ao mandante, mesmo sem qualquer ratificação, uma vez que o mandatário é seu representante ex lege;
- D) se vários procuradores forem constituídos para a mesma causa e pela mesma pessoa e se um deles puder agir na falta do outro pela ordem de nomeação, o mandato será "plural substitutivo".

10 Não são absolutamente incapazes:

- A) os surdo-mudos que puderem exprimir sua vontade;
- B) os menores de 16 anos;
- C) os loucos de todo gênero;

D) os ausentes declarados tais por ato do juiz

RESPOSTAS

1 - B

2 - B

3 - B

4 - A

5 - D

6 - B

7 - C

8 - A

9 - A

10 - A

Direito Civil 48

01 Assinale a alternativa correta:

- A) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 18 anos, os pródigos e os loucos de todos os gêneros;
- B) São capazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer os maiores de 14 e menores de 21 anos, os ausentes e os silvícolas;
- C) Aos 18 anos completos acaba a menoridade, ficando habilitado o indivíduo para todos os atos da vida civil;
- D) Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos.

02 Quanto aos atos jurídicos, assinale a alternativa correta:

- A) Nas declarações de vontade se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que à sua intenção;
- B) São nulos os atos jurídicos emanados de erro, dolo, coação, simulação ou fraude;
- C) Considera-se condição a cláusula, que subordina o efeito do ato jurídico a evento futuro e incerto;
- D) O ato anulável não pode ser ratificado pelas partes.

03 Em relação ao domicílio civil pode-se afirmar, exceto:

- A) O domicílio civil da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo;
- B) Os funcionários públicos reputam-se domiciliados onde exercem as suas funções, mesmo temporárias, periódicas ou de simples comissão;
- C) Nos contratos escritos poderão os contraentes especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes;
- D) Os incapazes têm por domicílio o dos seus representantes.

04 Quanto ao pátrio poder, assinale a opção incorreta:

- A) Os filhos legítimos, legitimados, os legalmente reconhecidos e os adotivos estão sujeitos ao pátrio poder, enquanto menores, exercido em igualdade de condições por ambos os pais, de acordo com dispositivo constitucional;
- B) São algumas causas de extinção do pátrio poder a emancipação, a maioridade, a adoção;
- C) Sempre que no exercício do pátrio poder colidirem os interesses dos pais com os do filho, a requerimento deste ou do Ministério Público, o próprio juiz dará solução ao caso sem necessidade de curador especial;
- D) Perderá por ato judicial o pátrio poder o pai ou a mãe que castigar imoderadamente o filho, o deixar em abandono ou praticar atos contrários à moral e aos bons costumes.

05 De acordo com a Lei nº 6.515 de 26 de dezembro de 1977, assinale a alternativa correta:

- A) Dar-se-á a separação judicial por mútuo consentimento dos cônjuges, se forem casados há 2 (dois) anos, manifestado perante o juiz e devidamente homologado;
- B) A separação judicial põe termo aos deveres de coabitação, fidelidade recíproca e ao regime matrimonial de bens, como se o casamento fosse dissolvido;
- C) A separação judicial pode ser pedida por um só dos cônjuges quando imputar ao outro conduta desonrosa ou qualquer ato que importe em grave violação dos deveres do casamento e torne insuportável a vida em comum;
- D) Todas as alternativas estão corretas.

06 Assinale a alternativa incorreta:

- A) Constitui-se o penhor pela tradição efetiva, que, em garantia do débito, ao credor, ou a quem o represente, faz o devedor, ou alguém por ele, de um objeto móvel, suscetível de alienação;

- B) A lei da hipoteca é a civil, e civil a sua jurisdição, ainda que a dívida seja comercial, e comerciantes as partes;
- C) O credor pignoratício não pode, paga a dívida, recusar a entrega da coisa a quem a empenhou, podendo retê-la, porém, até que o indenizem das despesas justificadas que tiver feito, não sendo ocasionadas por culpa sua;
- D) O dono do imóvel hipotecado em nenhum caso pode constituir sobre ele nova hipoteca.

07 Assinale a alternativa correta:

- A) A posse é justa quando precária, não o sendo quando for clandestina ou violenta;
- B) O possuidor tem direito a ser mantido na posse, em caso de turbação, e restituído, no de esbulho;
- C) O possuidor turbado ou esbulhado não pode, em nenhum caso, utilizar-se de força própria para manter-se ou restituir-se na posse;
- D) A posse não transmite-se com os mesmos caracteres aos herdeiros e legatários do possuidor.

08 Assinale a alternativa correta:

- A) O devedor que paga tem direito a quitação regular e pode reter o pagamento, enquanto não lhe for dada;
- B) A obrigação, não sendo personalíssima, só opera entre as partes;
- C) Em nenhuma hipótese será assistido ao credor o direito de cobrar a dívida antes de vencido o prazo estipulado no contrato;
- D) Efetuar-se-á o pagamento no domicílio do devedor, salvo se as partes convencionarem diversamente e, sendo dois ou mais lugares designados, cabe ao devedor a escolha entre eles.

09 Assinale a alternativa correta:

- A) Na compra e venda, as despesas da escritura ficarão a cargo do comprador, e as da tradição a cargo do vendedor, salvo cláusula em contrário;
- B) O contrato de compra e venda, quando se deixa a taxaçoão do preço ao arbítrio exclusivo de uma das partes, não é passível de nulidade;
- C) Nas coisas vendidas conjuntamente, o defeito oculto de uma autoriza a rejeição de todas;
- D) Os ascendentes podem vender aos descendentes, sem que os outros descendentes expressamente consintam.

10 Assinale a alternativa incorreta:

- A) Aberta a sucessão, o domínio e a posse da herança transmitem-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários;
- B) Havendo herdeiros necessários, o testador só poderá dispor da metade da herança;
- C) A capacidade para suceder é a do tempo da abertura da sucessão, que se regulará conforme a lei então em vigor;
- D) A sucessão legítima defere-se na seguinte ordem: descendentes, cônjuge, ascendentes, colaterais, Municípios, Distrito Federal ou União.

RESPOSTAS

- 1 - D
- 2 - C
- 3 - B
- 4 - C
- 5 - D
- 6 - D
- 7 - B
- 8 - A
- 9 - A
- 10 - D

Direito Civil 49

01 Se um negócio jurídico padece de vício de consentimento ou vício social, pode-se afirmar que uma das situações abaixo estará caracterizada, exceto:

- A) o erro substancial é erro de fato por recair sobre circunstâncias de fato, isto é, qualidades essenciais da pessoa ou da coisa;
- B) ocorre simulação relativa subjetiva se a parte contratante não for o indivíduo que tirar proveito do negócio;
- C) o principal efeito da ação pauliana é revogar o negócio lesivo aos interesses dos credores, entregando a estes o bem que fraudulentamente saíra do patrimônio do devedor;

D) o dolo acidental é o que leva a vítima a realizar o negócio, porém em condições mais onerosas ou menos vantajosas;

E) a coação deve ser a causa determinante do negócio jurídico, pois deve haver um nexo causal entre o meio intimidativo e o ato realizado pela vítima.

02 Pedro, interditado em 1975, teve como Curador, seu irmão Alberto. A interdição foi levantada em 1998. A propósito desta interdição, é incorreto afirmar que:

A) se o cônjuge do interdito foi nomeado seu Curador e se o casamento foi celebrado sob o regime da comunhão parcial de bens, estará ele, Curador, dispensado da obrigação de apresentar balanços anuais, se os bens do incapaz se acharem descritos em instrumento público;

B) se a interdição foi decretada em razão da prodigalidade, será levantada quando o pródigo não mais tiver cônjuge, ascendente ou descendente;

C) se o cônjuge do interdito foi nomeado seu Curador e se o casamento foi celebrado sob o regime da comunhão universal de bens, estará ele, Curador, dispensado da obrigação de apresentar balanços anuais;

D) se a interdição foi decretada em razão da prodigalidade, os atos praticados pelo interdito, em 1995, podem ter, agora, sua nulidade postulada pelo Curador;

E) ao decretar a interdição do surdo-mudo, o Juiz fixará os limites da curatela, segundo o desenvolvimento mental do interdito.

03 Assinale a opção correta:

A) o usufruto de bens imóveis dependerá sempre de inscrição na matrícula respectiva;

B) o nu-proprietário é o proprietário do bem que, em razão do usufruto, perdeu o jus utendi e o fruendi, conservando, porém, o conteúdo do domínio, o jus disponendi;

C) o exercício do usufruto só pode ser cedido por título oneroso;

D) o direito real de uso conferido a uma pessoa transfere-se, por morte do usuário, aos seus sucessores, obedecida a ordem de vocação hereditária;

E) se o direito real de habitação é conferido a três pessoas conjuntamente e se apenas uma delas ocupa o imóvel, deverá pagar aos outros dois um aluguel, fixado na proporção do direito deles.

04 "Purgação da mora é um ato espontâneo do contratante moroso, que visa remediar a situação a que deu causa, evitando os efeitos dela decorrentes, reconduzindo a obrigação à normalidade". A propósito da mora, é incorreto afirmar que:

A) se a mora é do credor, este pode purgá-la, dispondo-se a receber o pagamento, acrescido da importância dos prejuízos que sofreu até o dia da quitação;

- B) se a obrigação é positiva e líquida, contraída a termo certo, a mora decorrerá do simples vencimento do prazo;
- C) se a obrigação é positiva e líquida, contraída sem prazo determinado, a mora só se verificará após decorrido o prazo fixado através de notificação, interpelação ou protesto;
- D) se a obrigação é negativa, o devedor estará em mora desde o dia em que executar o ato a cuja abstenção se obrigara;
- E) se a obrigação foi contraída por devedores solidários, todos eles são responsáveis pelos juros de mora, mesmo que a ação tenha sido proposta apenas contra um deles.

05 Tito, maior, capaz, aposentado, fez, através de testamento público, a distribuição dos bens de seu patrimônio. A propósito deste ato, é incorreto afirmar que:

- A) poderá ocorrer jacência da herança na sucessão ab intestato;
- B) se um dos herdeiros instituídos renunciar à herança e se esta renúncia prejudicar seus credores, estes poderão aceitá-la, mediante autorização judicial
- C) se à data do óbito do testador não mais existir qualquer herdeiro ou legatário instituído, a herança será considerada jacente, caso o testador não deixe descendentes, ascendentes, cônjuge, companheiro ou colateral sucessível;
- D) se à data do óbito do testador não mais existir qualquer herdeiro ou legatário instituído, a herança será considerada jacente, caso haja renúncia manifestada pelas pessoas sucessíveis;
- E) se, aberta a sucessão, um dos herdeiros instituídos falecer antes de declarar que aceita a herança, o direito de aceitação sempre poderá ser exercitado pelos sucessores dele.

06 São atos capazes de gerar a transferência de domínio, quando levados a registro na matrícula do bem, no Registro de Imóveis, exceto:

- A) a escritura pública de permuta de imóveis;
- B) a sentença que, em processo de separação judicial, autorizou a mulher a retomar seu nome de solteira;
- C) a escritura pública de compra e venda celebrada sob condição resolutiva;
- D) o contrato de promessa de compra e venda de lote, firmado por instrumento particular, quando haja prova da quitação do preço;
- E) a escritura de desapropriação amigável de bens imóveis.

07 A propósito do reconhecimento dos filhos, é incorreto afirmar que:

- A) o filho nascido antes de 180 dias da celebração do casamento goza da presunção de ter por pai o marido de sua mãe, se ele sabia da gravidez, antes das núpcias;
- B) o reconhecimento de filho nascido de duas pessoas desimpedidas para o casamento pode se efetivar por declaração conjunta dos pais;
- C) o reconhecimento de filho nascido fora do casamento pode ser feito após o falecimento dele, desde que tenha deixado descendentes;
- D) presume-se concebido na constância do casamento o filho nascido após 285 dias da dissolução do casamento de seus pais;
- E) a mãe pode fazer inserir o nome do pai da criança no assento de nascimento desta, sendo ou não casada com ele.

08 Uma nota promissória foi emitida por ALCIDES, em favor de Carlos, tendo sido o título endossado, sucessivamente, para Mário e Palmério, recebendo, ainda, a assinatura isolada de Pedro no anverso, sem qualquer declaração. O vencimento do título ocorreu em 12.7.99, uma segunda-feira, tendo sido o mesmo protestado em 14.7.99, atendendo ao que dispõe a alínea terceira do art. 44 da Lei Uniforme de Genebra. Após o protesto, o título foi endossado para Lucas, que é seu atual portador. Lucas pode propor execução do título:

- A) apenas contra Mário e Palmério;
- B) apenas contra Palmério;
- C) apenas contra Mário;
- D) apenas contra Alcides ou Pedro, ou contra ambos;
- E) contra todos os signatários do título.

09 O termo legal da falência, designando a data em que se tenha caracterizado esse estado, é fixado pelo Juiz, ao proferir a sentença declarando a falência. No entanto, o Juiz não poderá retrotraí-lo:

- A) por mais de 60 (sessenta) dias, contados do primeiro protesto por falta de pagamento, ou do despacho ao requerimento inicial da falência ou da distribuição da concordata preventiva;
- B) por mais de 3 (três) anos, em razão do prazo de prescrição de créditos quirografários, decorrentes de notas promissórias ou letras de câmbio;
- C) por mais de 90 (noventa) dias anteriores à sentença declaratória de falência;
- D) por mais de 90 (noventa) dias anteriores ao da distribuição da concordata preventiva, quando for o caso, ou de 60 (sessenta) dias, se não existir concordata preventiva requerida anteriormente;
- E) por mais de 60 (sessenta) dias, contados do último protesto por falta de pagamento ou de aceite, ou do despacho ao requerimento da falência ou da distribuição da concordata preventiva.

10 Existem várias sociedades comerciais que diferem das sociedades civis em razão do objeto. No entanto, a sociedade por quotas de responsabilidade limitada difere de todas as outras sociedades em razão de:

- A) poder seu sócio-gerente utilizar-se de firma social;
- B) poder utilizar-se de denominação social;
- C) poder ser sócia dela própria;
- D) poder conferir a seus sócios responsabilidade ilimitada;
- E) não se permitir nela o direito de recesso.

RESPOSTAS

21 - C

2 - D

3 - B

4 - A

5 - E

6 - B

7 - E

8 - D

9 - A

10 - C

Direito Civil 50

01 Ocorrendo omissão da lei em face de determinado caso concreto, o juiz decidirá observando a seguinte ordem:

- A) a analogia, os costumes e os princípios gerais do direito
- B) os princípios gerais do direito, a analogia e a equidade
- C) a equidade, os princípios gerais do direito e os costumes
- D) os costumes, a equidade e a analogia.

02 Conforme o Código Civil, são relativamente incapazes a certos atos na esfera civil, exceto:

- A) os loucos de todo o gênero
- B) os pródigos
- C) os maiores de 16 (dezesesseis) e os menores de 21 (vinte e um) anos
- D) os silvícolas.

03 Na sistemática do Código Civil, são considerados bens imóveis:

- A) o solo e os direitos do autor
- B) os direitos reais sobre imóveis e os direitos reais sobre objetos móveis
- C) as árvores e frutos pendentes e os direitos de obrigação
- D) a semente lançada à terra e o direito à sucessão aberta.

04 As ações pessoais prescrevem, ordinariamente, em:

- A) 05 (cinco) anos
- B) 10 (dez) anos
- C) 15 (quinze) anos
- D) 20 (vinte) anos.

05 Assinale a alternativa incorreta.

- A) não é permitida a renúncia da prescrição antes desta tornar-se consumada
- B) o Código Civil não regula expressamente o instituto da decadência
- C) a prescrição não poderá ser alegada após o prazo da contestação
- D) o juiz não pode decretar de ofício a prescrição quando referir-se a direitos patrimoniais.

06 Com relação ao lapso temporal da prescrição, pode-se afirmar:

- A) que não são admitidas causas impeditivas, suspensivas e interruptivas
- B) que são admitidas apenas causas impeditivas e suspensivas
- C) que são admitidas apenas causas interruptivas

D) que são admitidas causas impeditivas, suspensivas e interruptivas.

07 O Código Civil brasileiro adotou predominantemente em relação a posse:

- A) a teoria objetiva, de Ihering
- B) a teoria subjetiva ou da vontade, de Savigny
- C) a teoria romana da posse
- D) nenhuma das alternativas acima.

08 Assinale a alternativa correta.

- A) a lei admite a composses
- B) em todos os casos a posse manterá o mesmo caráter com que foi adquirida
- C) precária é a posse não ostensiva
- D) o depositante sempre tem a posse direta.

09 São pressupostos do usucapião ordinário, exceto:

- A) somente imóvel urbano com área não superior a 250 (duzentos e cinquenta) metros quadrados
- B) posse ininterrupta por, no mínimo, 10 (dez) anos entre presentes, ou 15 (quinze) anos entre ausentes
- C) justo título e boa-fé
- D) ânimo de dono e sem oposição.

10 São modalidades de ocupação:

- A) usucapião e adjunção
- B) especificação e confusão
- C) caça e pesca
- D) comistão e tradição.

RESPOSTAS

1 - A

2 - A

3 - D

4 - D

5 - C

6 - D

7 - A

8 - A

9 - A

10 - C

Direito Civil 51

01 São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil

- A) os maiores de 16(dezesseis) e os menores de 21(vinte e um anos), os pródigos e os silvícolas;
- B) os menores de 16(dezesseis) anos, os pródigos e os silvícolas;
- C) os ausentes, assim declarados por ato do juiz, os loucos de todo o gênero, os menores de 16(dezesseis) anos e os surdos-mudos que não puderem expressar sua vontade
- D) os menores de 16(dezesseis) anos, os pródigos, os ausentes, assim declarados por ato do juiz e os loucos de todo o gênero.

02 É nulo o ato jurídico:

- A) quando praticado por pessoa absolutamente incapaz ou quando for ilícito, ou impossível, o seu objeto;
- B) quando a lei taxativamente o declarar nulo ou lhe negar efeito;
- C) quando for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade ou quando não revestir a forma prescrita em lei;
- D) todas as alternativas estão corretas.

03 Assinale a alternativa incorreta:

- A) Para propor ou contestar uma ação é necessário ter legítimo interesse econômico ou moral;

- B) Para a validade do ato jurídico basta que o agente seja capaz e o objeto seja lícito;
- C) Todo o ato lícito que tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar ou extinguir direitos, se denomina ato jurídico;
- D) Nas declarações de vontade se atenderá mais à sua intenção que ao sentimento literal da linguagem.

04 O divórcio direto é possível depois de decorrido o lapso de :

- A) dois anos de separação judicial;
- B) um ano de separação judicial;
- C) cinco anos de separação de fato;
- D) dois anos de separação de fato.

05 Assinale a alternativa incorreta:

- A) Na curatela, a interdição deve ser promovida pelo pai , mãe ou tutor, pelo cônjuge ou por algum parente próximo, ou ainda pelo Ministério Público;
- B) Cessa a condição de pupilo com a maioridade ou a emancipação do menor e caindo o menor sob o pátrio poder, no caso de legitimação, reconhecimento ou adoção;
- C) O cônjuge, não separado judicialmente, é de direito curador do outro, quando interdito;
- D) Quem não for parente do menor não poderá recusar a tutela, mesmo havendo no lugar parente idôneo, consanguíneo ou afim, em condições de exercê-la.

06 Quanto à cláusula penal pode-se afirmar:

- A) Não pode ser estipulada em ato posterior, mas somente conjuntamente com a obrigação;
- B) A nulidade da obrigação não importa a da cláusula penal;
- C) A cláusula penal pode referir-se à inexecução completa da obrigação, à de alguma cláusula especial ou simplesmente à mora;
- D) O valor da cominação imposta na cláusula penal pode exceder o da obrigação principal.

07 Quanto à compensação pode-se afirmar, exceto:

- A) Se duas ou mais pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, as duas obrigações extinguem-se até onde se compensarem;

- B) A compensação efetua-se entre dívidas líquidas, vencidas ou não, e de coisas infungíveis;
- C) O devedor só pode compensar com o credor o que este lhe dever, mas o fiador pode compensar sua dívida com a de seu credor ao afiançado;
- D) Não haverá compensação, quando credor e devedor por mútuo acordo a excluïrem.

08 A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte:

- A) aos descendentes, aos ascendentes, aos colaterais, ao cônjuge sobrevivente, aos Municípios, ao Distrito Federal ou à União;
- B) aos descendentes, aos ascendentes, ao cônjuge sobrevivente, aos colaterais, aos Municípios, ao Distrito Federal ou à União;
- C) aos descendentes, ao cônjuge sobrevivente, aos ascendentes, aos colaterais, aos Municípios, ao Distrito Federal ou à União;
- D) aos descendentes, aos colaterais, ao cônjuge sobrevivente, aos ascendentes, aos Municípios, ao Distrito Federal ou à União.

09 Assinale a alternativa incorreta:

- A) É justa a posse que não for violenta, clandestina ou precária;
- B) O possuidor tem direito a ser mantido na posse, em caso de turbação, e restituído, no de esbulho;
- C) Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício pleno, ou não, de algum dos poderes inerentes ao domínio, ou propriedade;
- D) Pode ser considerado possuidor aquele que ache-se em relação de dependência para com outro e conserva a posse em nome deste, em cumprimento de ordens ou instruções suas.

10 Adquire-se a propriedade imóvel:

- A) pela transcrição do título de transferência no Registro de Imóvel, pela acessão, pelo usucapião e pelo direito hereditário;
- B) somente pela transcrição do título de transferência no Registro de Imóvel e pelo direito hereditário;
- C) pela transcrição do título de transferência no Registro de Imóvel, pela tradição, pelo usucapião e pelo direito hereditário;
- D) pela transcrição do título de transferência no Registro de Imóvel, pela confusão, pelo usucapião e pelo direito hereditário.

RESPOSTAS

1 - C

2 - D

3 - B

4 - D

5 - D

6 - C

7 - B

8 - B

9 - D

10 - A

Direito Civil 52

01 Assinale a alternativa correta:

- A) A lei faz distinção entre nacionais e estrangeiros quanto à aquisição e gozo dos direitos civis;
- B) A personalidade civil do homem começa com o nascimento com vida; mas a lei põe a salvo desde a concepção os direitos do nascituro;
- C) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 18 (dezoito) anos, os loucos de todo o gênero, os surdos-mudos e os ausentes;
- D) Na proteção que o Código Civil confere aos incapazes compreende-se o benefício da restituição.

02 Quanto aos atos jurídicos, assinale a alternativa correta;

- A) São nulos de pleno direito os atos jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial;
- B) O dolo acidental não obriga à satisfação de perdas e danos;
- C) A coação exercida por terceiro não vicia o ato;
- D) A validade do ato jurídico requer agente capaz, objeto lícito e forma prescrita ou não defesa em lei.

03 Quanto à prescrição é correto afirmar:

- A) A prescrição pode ser alegada, em qualquer instância, pela parte a quem aproveita;
- B) As pessoas jurídicas não estão sujeitas aos efeitos da prescrição;
- C) O juiz pode conhecer da prescrição de direitos patrimoniais mesmo se não foi invocada pelas partes;
- D) A prescrição iniciada contra uma pessoa não corre contra o seu herdeiro.

04 Quanto ao casamento, pode-se afirmar que:

- A) É nulo e de nenhum efeito, quanto aos contraentes e aos filhos, o casamento contraído com infração de qualquer dos impedimentos absolutamente dirimentes;
- B) É também nulo o casamento contraído perante autoridade incompetente, podendo ser sanada tal nulidade se não alegada dentro em 2 (dois) anos da celebração;
- C) Qualquer interessado e o Ministério Público, podem requerer a declaração de nulidade do casamento contraído perante autoridade incompetente, antes de vencido o prazo para alegação;
- D) Todas as alternativas estão corretas.

05 Assinale a alternativa correta no tocante à curatela:

- A) Estão sujeitos à curatela: os loucos de todo o gênero, os pródigos e os ausentes;
- B) A interdição só pode ser promovida pelo pai, mãe ou tutor, pelo cônjuge ou por algum parente próximo;
- C) O Ministério Público poderá promover a interdição no caso de loucura furiosa, no caso de não existir, ou não promovê-la alguma das pessoas autorizadas ou, no caso de existirem tais pessoas, serem elas menores ou incapazes;
- D) Em nenhuma hipótese pode o Ministério Público promover a interdição, a ele cabendo funcionar apenas como defensor do suposto incapaz.

06 Quanto às obrigações, assinale a alternativa incorreta:

- A) Nas obrigações alternativas, a escolha da prestação cabe ao devedor se outra coisa não se estipulou;
- B) A cláusula penal pode ser estipulada conjuntamente com a obrigação ou em ato posterior;
- C) A solidariedade não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes;
- D) Se, havendo dois ou mais devedores, a prestação for divisível, cada um responderá pela dívida toda.

07 Assinale a alternativa incorreta:

- A) Dá-se o contrato de fiança quando uma pessoa se obriga por outra, para com seu credor, a satisfazer a obrigação, caso o devedor não a cumpra;
- B) O fiador demandado pelo pagamento da dívida não pode exigir que primeiro sejam executados os bens do devedor;
- C) A fiança dar-se-á por escrito, e não admite interpretação extensiva;
- D) Pode-se estipular a fiança, ainda que sem o consentimento do devedor.

08 A posse pode ser adquirida:

- A) pela própria pessoa que a pretende, por seu representante ou procurador, por terceiro sem mandato, dependendo de ratificação e pelo constituto possessório;
- B) pela própria pessoa que a pretende e pelo constituto possessório;
- C) pela própria pessoa que a pretende, por seu representante ou procurador e por terceiro sem mandato, dependendo de ratificação;
- D) pela própria pessoa que a pretende, por seu representante ou procurador e pelo constituto possessório.

09 São direitos reais de garantia:

- A) a enfiteuse, o penhor e a hipoteca;
- B) a hipoteca, o penhor, o usufruto e o uso;
- C) a anticrese, o penhor e a hipoteca;
- D) a anticrese, o usufruto, a hipoteca e a enfiteuse.

10 É correto afirmar, exceto:

- A) A aceitação da herança pode ser expressa ou tácita; a renúncia porém, deverá constar, expressamente, de escritura pública ou termo judicial;
- B) Aberta a sucessão, o domínio e a posse da herança transmitem-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários;
- C) A sucessão abre-se no lugar de qualquer dos domicílios do falecido, havendo mais de um;
- D) A capacidade para suceder é a do tempo da abertura da sucessão, que se regulará conforme a lei então em vigor.

RESPOSTAS

- 1 - B
- 2 - D
- 3 - A
- 4 - D
- 5 - C
- 6 - D
- 7 - B
- 8 - A
- 9 - C
- 10 - C

Direito Civil 53

01 Quanto ao domicílio civil pode-se afirmar, exceto:

- A) Se a pessoa natural tiver diversas residências onde alternadamente viva, ou vários centros de ocupação habituais, considerar-se-á domicílio seu qualquer destas ou daqueles;
- B) Tendo a pessoa jurídica de direito privado diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um será considerado domicílio para os atos nele praticados;
- C) Os funcionários públicos reputam-se domiciliados onde exercem as suas funções sejam elas permanentes, temporárias, periódicas ou de simples comissão;
- D) Nos contratos escritos poderão os contraentes especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes.

02 Assinale a alternativa correta:

- A) Na proteção que o Código Civil confere aos incapazes, compreende-se o benefício de restituição;
- B) São pessoas jurídicas de direito público interno a União, cada um dos seus Estados e o Distrito Federal, cada um dos municípios legalmente constituídos e os partidos políticos;
- C) É anulável o ato jurídico quando for ilícito ou impossível o seu objeto e quando não revestir a forma prescrita em lei;
- D) São pessoas jurídicas de direito privado as sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, as associações de utilidade pública e as fundações, as sociedades mercantis e os partidos políticos.

03 No tocante aos contratos pode-se afirmar :

- A) A manifestação da vontade nos contratos não pode ser tácita; ao contrário, a lei exige que seja sempre expressa;
- B) Deixa de ser obrigatória a proposta se, antes dela, ou simultaneamente, chegar ao conhecimento da outra parte a retratação do proponente;
- C) Não importará nova proposta a aceitação fora do prazo, com adições, restrições ou modificações;
- D) A impossibilidade da prestação invalida o contrato, sendo relativa, ou cessando antes de realizada a condição.

04 Assinale a alternativa correta:

- A) A transação interpreta-se restritivamente, e por ela se transmitem, declaram e reconhecem direitos;
- B) A transação produz entre as partes o efeito de coisa julgada, e só se rescinde por dolo, violência, ou erro essencial quanto à pessoa ou coisa controversa;
- C) A compensação efetua-se entre dívidas líquidas, vencidas ou não, e de coisas infungíveis;
- D) As dívidas fiscais da União, dos Estados e dos Municípios não podem ser objeto de compensação, mesmo nos casos de encontro entre a administração e o devedor, autorizados nas leis e regulamentos da Fazenda.

05 Quanto ao instituto do comodato, pode-se afirmar, exceto:

- A) O comodato é o empréstimo gratuito de coisas fungíveis, obrigando-se o comodatário a restituir ao comodante o que dele recebeu em coisas do mesmo gênero, qualidade ou quantidade;
- B) O comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis, perfazendo-se com a tradição do objeto;
- C) O comodatário constituído em mora, além de por ela responder, pagará o aluguel da coisa durante o tempo do atraso em restituí-la;
- D) Se duas ou mais pessoas forem simultaneamente comodatárias de uma coisa, ficarão solidariamente responsáveis para com o comodante.

06 Assinale a opção incorreta:

- A) O tutor, antes de assumir a tutela, é obrigado a especializar em hipoteca legal que será inscrita, os imóveis necessários para acautelar, sob a sua administração, os bens do menor;
- B) O juiz responde subsidiariamente pelos prejuízos que sofra o menor em razão da insolvência do tutor, de lhe não ter exigido a garantia legal, ou de não o haver removido, tanto que se tornou suspeito;

- C) Os imóveis pertencentes ao menor só podem ser vendidos quando houver manifesta vantagem e sempre em hasta pública;
- D) A condição de pupilo cessa somente com a maioridade ou com a emancipação do menor.

07 Assinale a opção correta:

- A) Embora anulável, ou mesmo nulo, se contraído de boa-fé por ambos os cônjuges, o casamento, em relação a estes como aos filhos, produz todos os efeitos civis até o dia da sentença anulatória;
- B) Os impedimentos absoluta e relativamente dirimentes para contrair casamento só podem ser opostos pelos parentes, em linha reta, de um dos nubentes ou pelos colaterais em segundo grau, sejam consangüíneos ou afins;
- C) O casamento não pode celebrar-se mediante procuração que outorgue poderes especiais ao mandatário para receber, em nome do outorgante, o outro contraente;
- D) É nulo e de nenhum efeito o casamento de pessoas por qualquer motivo coactas e as incapazes de consentir, ou manifestar, de modo inequívoco, o consentimento.

08 A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte:

- A) Aos descendentes, aos ascendentes, aos colaterais, ao cônjuge sobrevivente, aos Municípios, ao Distrito Federal ou à União;
- B) Aos descendentes, ao cônjuge sobrevivente, aos ascendentes, aos colaterais, aos Municípios, ao Distrito Federal ou à União;
- C) Aos descendentes, aos ascendentes, ao cônjuge sobrevivente, aos colaterais, aos Municípios, ao Distrito Federal ou à União;
- D) Aos descendentes, aos colaterais, ao cônjuge sobrevivente, aos ascendentes, aos Municípios, ao Distrito Federal ou à União.

09 Assinale a opção incorreta:

- A) Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno, ou não, de algum dos poderes inerentes ao domínio, ou propriedade;
- B) Não é considerada de boa-fé a posse, se o possuidor ignora o vício, ou o obstáculo que lhe impede a aquisição da coisa ou do direito possuído;
- C) Se duas ou mais pessoas possuírem coisa indivisa, ou estiverem no gozo do mesmo direito, poderá cada uma exercer sobre o objeto comum atos possessórios, contanto que não excluam os dos outros copossuidores;

D) Adquire-se a posse pela apreensão da coisa, ou pelo exercício do direito, pelo fato de se dispor da coisa ou do direito e por qualquer dos modos de aquisição em geral.

10 Assinale a opção correta:

A) Constitui usufruto o direito real de fruir as utilidades e frutos de uma coisa, enquanto temporariamente destacado da propriedade;

B) Constitui usufruto o direito pessoal de fruir as utilidades e frutos de uma coisa, enquanto temporariamente destacado da propriedade;

C) O usufrutuário não tem direito à posse, uso, administração e percepção dos frutos;

D) O usufrutuário só tem direito à posse e percepção dos frutos.

RESPOSTAS

1 - C

2 - D

3 - B

4 - B

5 - A

6 - D

7 - A

8 - C

9 - B

10 - A

Direito Civil 54

01 A ordem jurídica compreende duas espécies de pessoas: as físicas e as jurídicas. Pode-se ainda dizer:

I. a aptidão oriunda da personalidade para adquirir direitos e contrair obrigações, não admite restrições legais quanto ao seu exercício;

II. o nascimento com vida indica o início da personalidade jurídica, estando assegurados os direitos do nascituro. ainda que fertilizado in vitro, e a morte, mesmo que presumida, a encerra;

III. o Ministério Público é o órgão encarregado de velar pelas fundações, sendo-lhe exclusiva a promoção judicial de sua extinção; cabe-lhe aprovar os estatutos de constituição, a alteração destes, a conversão de

bens quando insuficientes à sua constituição em títulos da dívida pública e a incorporação do patrimônio constituído em outras fundações;

IV. o funcionamento das associações e das fundações se opera por intermédio de órgãos definidos no estatuto; o das sociedades na forma do contrato social;

V. são dotadas de personalidade jurídica de direito privado, regidas por normas comerciais e trabalhistas, as sociedades de economia mista e as empresas públicas.

A) I, II e IV estão corretas;

B) I, III e IV estão corretas;

C) II, IV e V estão corretas;

D) somente II e III estão corretas;

E) somente III e V estão corretas;

02 Há sérias limitações à liberdade de contratar, impostas por normas de ordem pública. Tendo isso em vista, observe as afirmações abaixo e marque uma das alternativas a seguir:

I. a intervenção na ordem econômica tem sido tão intensa, que, às vezes, o Estado impõe até mesmo o dever de contratar, não restando ao particular o direito de se opor;

II. admite-se hodiernamente um sistema em que os contratantes não dispõem mais de liberdade alguma de estabelecer a estrutura e a economia de suas convenções, ficando estas reduzidas a tipos uniformes e rígidos, estabelecidos unicamente pela lei;

III. o excesso de intervenção no domínio do contrato é incompatível com as idéias de liberdade e autonomia que se ligam aos direitos do homem no Estado Democrático, sendo hoje recomendável um retomo ao total liberalismo de outrora;

IV. a intervenção também ocorre mediante controle estatal da constituição e do funcionamento de empresas cuja atividade interessa à economia popular;

V. uma das conseqüências da limitação à liberdade de contratar é a não permissão de que se contrate fora dos tipos disciplinados na lei.

A) I, II e IV estão corretas;

B) III, IV e V estão corretas;

C) I, III e V estão corretas;

D) somente II e V estão corretas;

E) somente I e IV estão corretas;

03 Sobre os vícios redibitórios, observe as afirmações abaixo e marque uma das alternativas a seguir:

I. o vício somente é caracterizado como redibitório se o alienante da coisa tiver conhecimento dele;

II. a garantia dada pela lei ao contratante prejudicado constitui um dos efeitos diretos dos contratos comutativos;

III. a ação estimatória é o meio de que se pode servir o adquirente para enjeitar a coisa por vícios ou defeitos ocultos;

IV. para que o vício seja redibitório, é indispensável que ele tome a coisa imprópria ao uso a que é destinada, não se admitindo a sua caracterização em outra hipótese;

V. a ação quanti minoris, se exercitada pelo adquirente prejudicado, não acarreta a redibição do contrato.

A) somente I e IV estão corretas;

B) somente II e V estão corretas;

C) II, III e V estão corretas;

D) I, III e IV estão corretas;

E) I, II e V estão corretas.

04 Sobre os direitos reais de garantia é incorreto afirmar que:

A) é nula a cláusula que autoriza o credor pignoratício, anticrético ou hipotecário, a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento;

B) o credor anticrético tem direito a reter em seu poder a coisa, enquanto a dívida não for paga; extinguindo-se, porém, esse direito decorridos quinze anos da transcrição da anticrese;

C) a coisa comum a dois ou mais proprietários não pode ser dada em garantia real, na sua totalidade, sem o consentimento de todos; mas cada um pode individualmente dar em garantia real a parte que tiver, ainda que a coisa seja indivisível;

D) quando, excutido o penhor ou executada a hipoteca, o produto não bastar para pagamento da dívida e despesas judiciais, continuará o devedor obrigado pessoalmente pelo restante;

E) os sucessores do devedor não podem remir parcialmente o penhor ou a hipoteca na proporção dos seus quinhões.

05 Quanto aos defeitos dos atos jurídicos, observe as afirmações abaixo e marque uma das alternativas a seguir:

I. os vícios de consentimento são aqueles que aderem à vontade, sob a forma de motivos, nos casos em que se força a deliberação, produzindo uma divergência entre a vontade manifestada e a vontade real, ou ainda quando não permite a formação desta;

II. nos vícios sociais há uma contaminação puramente psíquica, e que produzem uma desarmonia entre o que se passa no recesso da alma e o que se exterioriza em palavras ou atos;

III. o erro accidental produz a anulação do negócio jurídico e não a sua nulidade;

IV. o dolo de terceiro, para constituir motivo de anulabilidade do ato jurídico, exige a ciência de uma das partes contratantes;

V. a coação para viciar a manifestação da vontade, há de ser tal, que incute ao paciente fundado temor de dano à sua pessoa, à sua família, ou a seus bens, iminente e igual, pelo menos, ao receável do ato extorquido.

A) I, III e V estão corretas;

B) II, III e V estão corretas;

C) I, II e IV estão corretas;

D) I, IV e V estão corretas;

E) II, III e IV estão corretas.

06 O estado civil é a qualidade da pessoa, por sua especial situação na organização jurídica. Sobre ele é ainda possível afirmar:

A) embora seja irrenunciável, é possível que o indivíduo mude de estado, o que apenas pode ocorrer através de um ato jurídico;

B) a sua indivisibilidade importa em que a pessoa não decai do seu direito, por maior que seja o tempo decorrido de sua inércia quanto à reivindicação do estado que lhe compete e de que não desfruta;

C) é possível, pelo decurso do tempo, que alguém adquira direito ao estado que indevidamente se atribua;

D) por envolver um interesse de ordem pública, não é ele suscetível de transação, inclusive no que se refere aos seus efeitos econômicos;

E) os julgamentos proferidos em ação de estado possuem autoridade absoluta, podendo ser invocados erga omnes.

07 A colocação de menor em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente. Sobre isso, assinale a alternativa correta:

A) a guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, em qualquer procedimento de tutela ou adoção;

B) a guarda obriga à prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais;

- C) o deferimento da tutela pressupõe unicamente a prévia decretação da perda do pátrio poder e implica necessariamente o dever de guarda;
- D) a adoção depende do consentimento dos pais ou representante legal do adotando, sendo dispensável apenas em relação à criança ou adolescente cujos pais sejam desconhecidos;
- E) o adotando deve contar com, no máximo, vinte e um anos de idade à data do pedido, salvo se já tiver sob a guarda ou tutela dos adotantes.

08 Quanto à prescrição extintiva, observe as afirmações abaixo e marque uma das alternativas a seguir:

- I. a renúncia da prescrição só é válida se for feita sem prejuízo de terceiro e depois que a prescrição se consumar;
- II. não corre a prescrição se houver a pendência de condição resolutiva;
- III. a prescrição é interrompida pela apresentação do título de crédito em juízo de inventário;
- IV. a interrupção da prescrição produzida contra o devedor principal não prejudica o fiador;
- V. suspensão a prescrição em favor de um dos credores solidários, os demais sempre dela se aproveitam.

- A) I, III e V estão corretas;
- B) I, IV e V estão corretas;
- C) II, III e IV estão corretas;
- D) somente I e III estão corretas;
- E) somente II e IV estão corretas.

09 Quanto ao direito sucessório, convém observar:

- I. a vocação hereditária tem fonte mediata na lei, podendo também originar-se de Testamento; havendo morte intestada ou existindo herdeiros necessários, a indicação é da própria lei, podendo resultar a vocação hereditária concomitante ou separadamente da lei e do testamento;
- II. os descendentes concorrem à sucessão por cabeça, em partes iguais, tanto quanto os netos não havendo filhos sobreviventes; os ascendentes do de cujus, estando ambos vivos herdam em partes iguais, mas, se sobreviver apenas um deles caber-lhe-á a totalidade da herança, ainda que vivos estejam os pais do ascendente pré-morto, em virtude de não existir direito de representação na linha reta ascendente;
- III. o direito de suceder por representação é mecanismo pelo qual se opera a vocação indireta na sucessão legítima, ocorrendo após a abertura da sucessão quando, por impossibilidade jurídica ou física, falte aquele que deveria suceder, sem ter aceito ou repudiado a herança;
- IV. não se transmitem aos herdeiros os direitos personalíssimos como a obrigação de alimentos por efeito de separação judicial e de investigação de paternidade os direitos de família sem cunho patrimonial, como o

pátrio poder, direito de reconhecer filho, de contestar paternidade, de propor ação de separação ou divórcio;

V. por colação entende-se a conferência, por herdeiro necessário, do bem recebido por doação do ascendente comum, se concorre à sucessão com outros herdeiros da mesma classe; objetiva respeitar o princípio de igualdade entre os descendentes para constituição da metade indisponível dos bens do ascendente, a fim de que se determine a parte obrigatória de cada co-herdeiro, bem como se possa repor a parte excedente da legítima.

- A) I, II e V estão corretas;
- B) II, III e V estão corretas;
- C) III, IV e V estão corretas;
- D) I, II e IV estão corretas;
- E) II, III e IV estão corretas.

10 Quanto à responsabilidade pelo fato do produto e do serviço nas relações de consumo, é incorreto afirmar que:

- A) o fabricante responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de fabricação de seus produtos, bem como por informações insuficientes sobre sua utilização e riscos;
- B) o fornecedor de serviços, inclusive o profissional liberal, responde, independentemente de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação de serviços;
- C) o fabricante não será responsabilizado pelo defeito do produto, perante o consumidor, quando provar a culpa exclusiva de terceiro;
- D) a época em que o produto foi colocado em circulação, dentre outros fatos, é circunstância relevante no que tange à consideração daquele como defeituoso;
- E) todas as vítimas do evento danoso causado pelo serviço prestado defeituosamente são equiparadas ao consumidor do serviço.

RESPOSTAS

- 1 - C
- 2 - E
- 3 - B
- 4 - C
- 5 - D

6 - E

7 - B

8 - D

9 - A

10 - B

Direito Civil 55

01 Assinale a alternativa CORRETA:

- A) A prescrição atinge a pretensão que tem por objeto uma prestação e a decadência o direito dirigido a uma sujeição.
- B) A decadência não guarda relação com os chamados direitos potestativos.
- C) É decadencial o prazo para a ação reparatória-indenizatória de dano ambiental.
- D) É prescricional o prazo para a ação de anulação de casamento.
- E) Trata-se de causa preclusiva suspensiva da prescrição a regra que dispõe que não corre prazo prescricional contra os absolutamente incapazes.

02 "A" e "B", após namorarem durante cinco meses, resolvem contrair casamento, fazendo-o perante autoridade competente. Passados seis meses da cerimônia, "A" começa a apresentar um desvio de comportamento, revelando-se portador de esquizofrenia. Diante disso, "B", provando que contraiu o casamento sem o conhecimento prévio da doença, deduz em face de "A" pretensão de direito material buscando invalidar o matrimônio. Isso posto, é correto afirmar-se que:

- A) o casamento é nulo por erro essencial quanto à pessoa.
- B) o casamento é existente e eficaz, porque celebrado perante autoridade competente e por pessoas capazes que manifestaram livre consentimento ao ensejo da celebração e, portanto, não pode ser invalidado, restando somente possibilidade de dedução de pretensão de direito material à dissolução da sociedade conjugal por violação a dever do matrimônio.
- C) o casamento é anulável.
- D) o casamento não é passível de ser invalidado, porque aquele que aceita contrair matrimônio após tão somente cinco meses de namoro é imprudente, estando inibido de promover pedido fundado em erro essencial quanto à pessoa,
- E) nenhuma das alternativas anteriores está correta.

03 Assinale a alternativa CORRETA:

- A) É lícito aos nubentes a estipulação de pacto antenupcial, podendo ser estipulado por escritura pública ou no próprio termo do casamento.
- B) É eficaz a cláusula de pacto antenupcial que estipula a comunhão universal de bens como regime de casamento entre um homem com 61 anos e uma mulher com 55 anos de idade.
- C) É livre a estipulação do pacto antenupcial quanto ao regime de bens no casamento de pessoa viúva, que tenha tido filho com o cônjuge falecido, enquanto não inventariados e partilhados bens dos casal.
- D) Tratando-se de matrimônio celebrado sob o regime da separação obrigatória de bens, comunicam-se os bens adquiridos na constância do casamento pelo esforço comum dos cônjuges.
- E) Tratando-se de casamento celebrado sob o regime da comunhão universal de bens, incluem-se na comunhão, mesmo antes de se realizar a condição suspensiva, os bens gravados de fideicomisso e o direito do herdeiro fideicomissário.

04 Assinale a alternativa CORRETA:

- A) Os direitos difusos e os direitos coletivos stricto sensu são acidentalmente coletivos e de natureza divisível.
- B) Os direitos individuais homogêneos são os decorrentes de origem comum e de natureza indivisível.
- C) Os direitos difusos e os direitos coletivos stricto sensu são metaindividuais, de natureza divisível e pressupõem uma relação jurídica base.
- D) Os direitos difusos são transindividuais, de natureza indivisível e não pressupõem uma relação jurídica base, sendo titulados por pessoas indeterminadas, ligadas por circunstâncias de fato.
- E) Os direitos coletivos stricto sensu são transindividuais, de natureza divisível, de que sejam titulares grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.

05 "A" celebrou contrato em conta de participação com o Centro Médico Hospitalar "B" Ltda., no qual este se comprometia a construir um hospital, oferecer participação nos lucros da sociedade e atendimento médico hospitalar gratuito ao cotista e sua família mediante o pagamento de quotas mensais. Após um ano, "A" resolveu verificar o andamento das obras, constatando, contudo, que nada havia sido feito e sequer havido sido adquirido o terreno para construção do estabelecimento hospitalar. "A" estava pagando regularmente as mensalidades a que se obrigara, restando cinco meses para termo final à construção e funcionamento do estabelecimento hospitalar.

Em se tratando de adimplemento, inadimplemento e resolução, considerando-se também a mais recente doutrina e jurisprudência a respeito dos contratos, é correto afirmar-se que:

- A) a quebra positiva do contrato decorre da prática de atos omissivos ou comissivos que evidenciam perturbações prestacionais, implicando inadimplemento antecipado, cuja consequência jurídica é a resolução do contrato.
- B) não há falar em inadimplemento antecipado do contrato, inviabilizando-se pretensão resolutória, enquanto não alcançado o termo à exigibilidade da prestação devida.
- C) o direito a perdas e danos decorre diretamente da eficácia do mecanismo resolutório.
- D) o adimplemento substancial não impede a resolução do contrato.
- E) é prescricional o prazo para demandar pretensão à resolução do contrato por inadimplemento.

06 "A" compra de "B" uma pequena loja de vestuário, incluindo instalações e mercadorias existentes, obrigando-se "B", verbalmente, a auxiliar o comprador nos primeiros dias de funcionamento do estabelecimento comercial, permitindo a utilização de seu CGC para pedidos de novas mercadorias até se regularizasse a situação junto aos fisco, tudo com fins de garantir condições para a normal comercialização dos produtos. Posteriormente, sem motivo razoável, "B" cancela todos os pedidos de mercadorias ainda não recebidas, inviabilizando a continuidade, normal do negócio e a percepção dos frutos esperados. Isso considerado, dizendo-se que:

I - "A" não é titular de direito subjetivo à prestação de indenização em face de "B", porque o contrato de compra e venda compreendia apenas as instalações e mercadorias existentes na loja à época do negócio.

II - "A" não é titular de direito subjetivo à prestação de indenização em face de "B", porque se tratando de contrato comutativo, restou concluído com o pagamento do preço e entrega das instalações e mercadorias existentes na loja à época do negócio, não subsistindo para "B" quaisquer outros deveres acessórios, anexos, secundários ou laterais.

III - "A" é titular de direito subjetivo à prestação de indenização em face de "B", porque a relação obrigacional é um processo dinâmico, não se exaurindo com a entrega das instalações e mercadorias existentes na loja à época do negócio.

IV - "A" é titular de direito subjetivo à prestação de indenização em face de "B", por infração aos deveres anexos ou secundários de conduta que são informados pelo princípio da boa-fé objetiva.

Está correto afirmar-se que:

- A) somente a assertiva I está correta.
- B) somente as assertivas I e II estão corretas.
- C) somente as assertivas III e IV estão corretas.
- D) somente a assertiva III está correta.
- E) somente a assertiva IV está correta.

07 Uma empresa de vendas de eletrodomésticos publicou em jornal de grande circulação local um anúncio contendo oferta de fornos microondas por preço proporcional e convidativo, sem, contudo, indicar o número de unidades disponíveis. Inúmeros consumidores acorreram a loja, mas o estabelecimento comercial, alegando que a publicidade foi veiculada com erro no preço e que não dispunha de aparelhos para atender à demanda, recusou-se à venda pelo preço anunciado. Cedendo aos pedidos dos consumidores e do Procon, a empresa vendeu os aparelhos pelo preço da oferta, mas, posteriormente, propôs ação de anulação das vendas. Isso posto, é correto afirmar-se que:

- A) o negócio jurídico é anulável, porque houve erro-obstáculo.
- B) o negócio jurídico é anulável, porque houve erro-vício.
- C) aplica-se à publicidade a disciplina própria dos atos jurídicos, inclusive a do erro, porque o fato publicitário depende da vontade para produzir efeitos, sendo relevantes os vícios que possam afetar a vontade de sua produção.
- D) o negócio jurídico é válido e eficaz, porque a publicidade, contato social de consumo, produziu vinculação jurídica negocial e obrigações, mesmo antes de celebrado contrato de compra e venda dos eletrodomésticos.
- E) lícita a recusa da empresa a vender os eletrodomésticos anunciados, porque não há falar em responsabilidade pré-negocial no direito brasileiro.

08 Assinale a alternativa CORRETA:

- A) O serviço de estacionamento em supermercado não pode ser objeto de acidente de consumo.
- B) A pessoa jurídica que adquire um produto ou serviço como insumo necessário à cadeia produtiva de sua atividade final é considerada consumidor stricto sensu no conceito "standard", independentemente da vulnerabilidade econômica.
- C) A pessoa jurídica não pode ser considerada consumidor stricto sensu.
- D) Somente pessoa física pode ser considerada consumidor stricto sensu face ao princípio da vulnerabilidade econômica.
- E) Uma empresa que adquire alimentos preparados para fornecimento aos seus empregados o faz na condição de consumidor stricto sensu, pois destinatária final econômica.

09 Assinale a alternativa CORRETA:

- A) O ato-fato jurídico imprescinde da manifestação livre e consciente da vontade humana.
- B) Pratica ato-fato jurídico indenizativo, lícito, aquele que causa destruição de coisa alheia a fim de remover perigo iminente contra si, respondendo pelo dano se o dono da coisa não for culpado pelo perigo.
- C) Pratica fato jurídico stricto sensu aquele que estabelece residência com ânimo definitivo.

- D) É negócio jurídico o reconhecimento da filiação não resultante do casamento.
- E) O testamento é ato jurídico stricto sensu mortis causa.

10 À solução de questões que envolvem danos decorrentes de erro médico, nas cirurgias plásticas de correção de defeito físico e embelezamento, quanto à relação paciente-médico e à relação paciente-hospital, é correto afirmar-se que:

- A) a relação paciente-hospital é regulada pela responsabilidade civil subjetiva.
- B) a relação paciente-médico não é contratual.
- C) a obrigação resultante da relação paciente-médico é de resultado, salvo prova de intervenção de fator imprevisível, força maior ou caso fortuito.
- D) a obrigação resultante da relação paciente-médico é sempre de meio.
- E) nenhuma das alternativas anteriores está correta.

RESPOSTAS 1 - A

2 - C

3 - D

4 - D

5 - A

6 - C

7 - D

8 - E

9 - B

10 - C

Direito Civil 56

01 Assinale a opção correta.

- A) Na proteção que dispensa aos incapazes o direito brasileiro inclui o benefício de restituição.
- B) Consideram-se imóveis os materiais separados de um prédio, mas que serão nele mesmo reutilizados.
- C) O domicílio de eleição ajustado em contrato de adesão prevalece ainda que dificulte à parte aderente o acesso ao judiciário.

D) A emancipação decorrente do exercício de emprego público efetivo independe de o menor ter completado dezoito anos.

E) A hipoteca, no direito brasileiro, recai exclusivamente em bens imóveis por natureza.

02 Assinale a opção correta.

A) Havendo erro quanto à pessoa o juiz, ao tomar conhecimento do negócio jurídico, pode pronunciar incidentalmente a sua invalidade.

B) A exceção de contrato não cumprido é irrenunciável.

C) A responsabilidade do proprietário na hipótese de queda, em lugar indevido, de coisas colocadas em sua casa, independe de culpa.

D) No direito brasileiro, havendo comoriência, presume-se que o comoriente de maior idade precedeu ao de menor idade.

E) No contrato de fiança o fiador sempre pode invocar o benefício de ordem.

03 Assinale a opção correta.

A) Há propriedade resolúvel na venda a contento sob condição suspensiva e no fideicomisso.

B) Os contratos de depósito e de seguro são consensuais.

C) São direitos de vizinhança gratuitos o de passagem forçada e o de madeiramento.

D) Em caso de incêndio do prédio locado a lei presume culpado o locatário, mas este pode eximir-se da responsabilidade provando que o evento decorreu da propagação de fogo originado em outro prédio.

E) Não pode haver bem consumível que seja infungível.

04 A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo é:

A) empresa pública

B) pessoa jurídica de direito público interno de administração direta

C) pessoa jurídica de direito privado

D) pessoa jurídica de direito público interno de administração indireta

E) sociedade de economia mista

05 A lâmpada de um lustre é um bem acessório que, unido ao principal, forma com ele um todo. Por isso, é desprovido de existência material própria, apesar de manter sua identidade. Assim sendo, a lâmpada de um lustre poderá ser considerada como:

- A) acessão natural
- B) benfeitoria
- C) parte integrante
- D) pertença
- E) acessão artificial

06 Se as raízes e ramos de uma árvore ultrapassarem a extrema do prédio, causando incômodo à propriedade vizinha, o dono da área invadida:

- A) poderá cortá-los, até o plano vertical divisório, sem que haja necessidade de reclamar previamente ou de avisar o dono da árvore, que irá apará-la.
- B) estará autorizado, de pleno direito, a arrancar a referida árvore.
- C) deverá dar aviso-prévio ao proprietário da árvore, que irá cortar os ramos que transponham os limites de sua propriedade, e pagar uma indenização.
- D) só poderá cortar os ramos, mediante pagamento antecipado de uma indenização de perdas e danos.
- E) apenas poderá solicitar ao proprietário da árvore que tome as necessárias providências.

07 Assinale a opção falsa.

- A) Um dos direitos do credor pignoratício é o de exigir o reforço da garantia se a coisa empenhada se deteriorar ou perecer.
- B) Não há direito à excussão da coisa hipotecada ou empenhada.
- C) Anticrese é uma convenção, mediante a qual o credor, retendo um imóvel do devedor, percebe os frutos para conseguir a soma de dinheiro emprestada, imputando na dívida e até o seu resgate, as importâncias que for recebendo.
- D) Não poderá um outro credor promover, validamente, a venda judicial do imóvel, sem citar o credor hipotecário.
- E) O fiduciante tem direito de receber do fiduciário o saldo da venda da coisa alienada, efetivada por força do inadimplemento de sua obrigação.

08 A obrigação dos proprietários de imóveis confinantes de concorrer para as despesas de construção e conservação de tapumes divisórios, pode ser considerada como:

- A) obrigação propter rem
- B) ônus real
- C) obrigação de direito pessoal
- D) jus in re
- E) obrigação com eficácia real

09 O comitente tem o direito de

- A) requerer a medição das partes já concluídas, quando a obra se constitui por etapas, presumindo-se a seu favor a verificação de tudo o que foi pago.
- B) reter a obra para assegurar o recebimento do preço.
- C) denunciar ao dono da obra os defeitos e falhas dos materiais entregues para a obra, que possam comprometer a sua execução.
- D) ceder o contrato de empreitada, desde que não seja intuitu personae.
- E) pedir o pagamento de materiais que foram entregues ao empreiteiro e por ele inutilizados devido à sua imperícia.

10 Assinale a opção correta.

- A) O dano moral direto consiste na lesão a um interesse tendente à satisfação ou gozo de bens jurídicos patrimoniais, que produz um menoscabo a um bem extrapatrimonial.
- B) A indenização por morte de outrem não pode ser reclamada jure proprio.
- C) O dano patrimonial indireto é o que causa imediatamente um prejuízo no patrimônio da vítima.
- D) O dano moral indireto consiste na lesão a um interesse que visa a satisfação ou gozo de um bem jurídico extrapatrimonial contido nos direitos da personalidade ou nos atributos da pessoa.
- E) A hipoteca legal e o seguro obrigatório de responsabilidade civil constituem garantias de indenização.

RESPOSTAS

1 - B

2 - C

3 - D

4 - D

5 - C

6 - A

7 - B

8 - A

9 - E

10 - E

Direito Civil 57

01 No ordenamento jurídico brasileiro vigente, quanto à sua eficácia, a lei

- A) começa a vigorar com a sua promulgação.
- B) tem, como regra geral, a sua obrigatoriedade iniciada no dia da publicação.
- C) segue o critério do "prazo progressivo" para sua vigência.
- D) possui um prazo de vacatio legis, cuja contagem inclui o dia de começo e exclui o do vencimento.
- E) segue o princípio da continuidade.

02 Quanto ao domicílio, em nosso sistema legal,

- A) uma pessoa pode ter domicílio sem ter residência.
- B) o domicílio é todo lugar que a pessoa estabelece sua residência.
- C) as mulheres casadas possuem o mesmo domicílio do marido.
- D) a pessoa natural tem um único domicílio pela nossa legislação.
- E) o funcionário público, no exercício de sua função, não possui domicílio voluntário.

03 Na teoria dos atos e fatos jurídicos,

- A) os atos lícitos podem também ser chamados de ato jurídico em sentido estrito.
- B) o negócio jurídico pode decorrer de uma única manifestação de vontade.

- C) os atos ilícitos não produzem efeitos jurídicos.
- D) os fatos naturais são derivados da atividade humana diária.
- E) os fatos humanos, se realizados em conformidade com o ordenamento, produzem efeitos jurídicos involuntários.

04 No que tange à prescrição e decadência,

- A) haja vista o artigo 179 do Código Civil, não existem ações imprescritíveis.
- B) a decadência não corre contra determinadas pessoas, embora a prescrição atinja a todos indistintamente.
- C) as ações de natureza declaratória e constitutiva sujeitam-se à prescrição.
- D) não se admite a renúncia prévia da prescrição.
- E) a decadência pode ser interrompida pelas causas previstas no Código Civil.

05 Ao se falar em posse no sistema legal brasileiro,

- A) para o uso das ações possessórias, é essencial que a posse seja de boa-fé.
- B) a composses não é admitida no direito brasileiro.
- C) o Código Civil prevê o convalescimento dos vícios da posse.
- D) a posse nova está diretamente relacionada com a ação de força nova.
- E) na posse ad interdicta, o possuidor poderá utilizar-se das ações possessórias, ensejando a usucapião se preenchidos os requisitos.

06 Com relação aos direitos de vizinhança,

- A) a servidão de passagem e passagem forçada são sinônimos.
- B) tanto nos atos ilegais como nos abusivos existe o mau uso da propriedade.
- C) consoante o artigo 557 do Código Civil, os frutos caídos pertencem ao dono do prédio em que a árvore estiver.
- D) considera-se encravado o imóvel sem saída para rua ou estrada, ou de saída difícil e penosa.
- E) o artigo 554 do Código Civil protege a segurança, o sossego e o decoro.

07 Quanto à evicção no ordenamento jurídico pátrio,

- A) a responsabilidade do alienante decorre da lei e não depende de previsão contratual.
- B) o evicto não possui o direito de indenização pelas benfeitorias, ainda que úteis.
- C) o ordenamento brasileiro não acolheu a possibilidade de evicção parcial.
- D) o adquirente pode demandar pela evicção se foi privado da coisa pelo caso fortuito ou força maior.
- E) o alienante responde pela perda decorrente de causa pré-existente ou ulterior ao tempo da alienação.

08 Relativamente às espécies de obrigações,

- A) a obrigação de dar coisa certa confere ao credor direito pessoal e real sobre o bem.
- B) a obrigação de dar coisa incerta indica a total indeterminação do objeto da prestação.
- C) a recusa ao cumprimento de obrigação de fazer resolve-se, segundo o ordenamento brasileiro, exclusivamente em perdas e danos.
- D) uma obrigação de não fazer impõe ao devedor um dever positivo.
- E) a obrigação de dar coisa certa abrange a entrega e a restituição.

09 No que tange à união estável,

- A) não existe o dever de fidelidade recíproca, própria do casamento.
- B) tanto o concubinato puro como o impuro são abrangidos pelas Leis 8.971/94 e 9.278/96.
- C) o objetivo de nossa legislação é facilitar a conversão da união estável em casamento.
- D) após dissolvida a união estável, ao contrário do casamento, o convivente não possui direito a alimentos.
- E) o direito real de habitação perdura em caso de morte de um dos conviventes em caráter permanente e vitalício, mesmo com nova união estável, salvo a celebração de casamento.

10 No direito das sucessões,

- A) não existe direito de sucessão entre o adotado e os parentes do adotante, consoante a legislação vigente.
- B) indignidade e deserdação são institutos atrelados à sucessão testamentária.
- C) a esposa está em grau hierárquico idêntico aos ascendentes, na ordem de vocação hereditária.
- D) pelo princípio da saisine a capacidade para suceder é determinada no tempo da abertura da sucessão.
- E) diz-se que a herança é vacante se não há conhecimento da existência de algum herdeiro ou testamento no momento de abertura da sucessão.

RESPOSTAS

1 - E

2 - A

3 - B

4 - D

5 - C

6 - B

7 - A

8 - E

9 - C

10 - D

Direito Civil 58

01 São legitimados para requerer a interdição do pródigo somente:

- A) ascendentes e filhos;
- B) filhos;
- C) descendentes, ascendentes e cônjuge;
- D) descendentes, ascendentes, cônjuges e colaterais até o quarto grau;
- E) pais.

02 O dolo de terceiro determina a:

- A) anulação do negócio jurídico mesmo que as partes o desconheçam;
- B) nulidade do negócio jurídico;
- C) inexistência do negócio jurídico;
- D) anulação do negócio jurídico se uma das partes o soube;
- E) ineficácia do negócio jurídico.

03 O menor relativamente incapaz:

- A) não responde pelos atos ilícitos em que for culpado;
- B) responde pelos atos ilícitos em que for culpado;
- C) responde pelos atos ilícitos em que for culpado desde que tenha 18 anos completos;
- D) responde pelos atos ilícitos em que for culpado caso seus pais não possuam bens;
- E) responde pelos atos ilícitos em que for culpado até a metade de seu patrimônio.

04 Nas obrigações de restituir, até a efetiva entrega da coisa:

- A) o dono da coisa é o devedor;
- B) o dono da coisa é o credor;
- C) a coisa pertence tanto ao credor como ao devedor;
- D) o devedor não responde pelos danos que a coisa venha a sofrer por sua culpa;
- E) o devedor responde pelos danos que a coisa venha a sofrer mesmo em virtude de caso fortuito ou força maior.

05 Caso o contrato silencie sobre quem deve escolher a coisa devida nas obrigações alternativas, a escolha cabe:

- A) ao devedor;
- B) ao credor;
- C) a terceiro;
- D) ao juiz;
- E) ao credor ou ao devedor.

06 No ato ilícito:

- A) o dano é um de seus elementos;
- B) o dano não é elemento essencial;
- C) o dano deve ser exclusivamente material;
- D) o dano deve ser exclusivamente moral;
- E) não pode haver cumulação de dano material e dano moral.

07 O Direito brasileiro admite o divórcio:

- A) direto após um ano de separação de fato;
- B) conversão após dois anos da sentença de separação judicial;
- C) direto com atribuição de culpa depois de um ano de separação de fato;
- D) conversão depois de três anos da sentença de separação judicial;
- E) direto após dois anos de separação de fato e conversão após um ano da sentença de separação judicial.

08 Na ação de investigação de paternidade, no caso de falecimento do suposto pai, são legitimados passivos exclusivamente:

- A) o espólio;
- B) o inventariante;
- C) o cônjuge do suposto pai;
- D) os ascendentes do suposto pai;
- E) os herdeiros do suposto pai.

09 Na falta de ascendentes, cabe a obrigação alimentar exclusivamente aos:

- A) descendentes;
- B) irmãos;
- C) descendentes e faltando estes, aos irmãos germanos;
- D) descendentes e faltando estes, aos irmãos unilaterais;
- E) descendentes e faltando estes, tanto aos irmãos germanos como aos unilaterais.

10 O direito de representação:

- A) na linha ascendente só vai até o segundo grau;
- B) nunca ocorre na linha colateral;
- C) nunca ocorre na linha ascendente;
- D) na linha ascendente só vai até o segundo grau;

E) depende de previsão testamentária.

RESPOSTAS

1 - C

2 - D

3 - B

4 - B

5 - A

6 - A

7 - E

8 - E

9 - E

10 - C

Direito Civil 59

01 Os frutos armazenados em depósito para expedição ou venda são os

- A) percipiendos
- B) estantes
- C) consumidos
- D) percebidos
- E) pendentes

02 Se um proprietário de uma casa alugada que, com intenção de facilitar a ação de despejo contra seu inquilino, fingir vendê-la a terceiro, para que este, residindo em imóvel alheio, tenha maior possibilidade de vencer aquela demanda, configurada está a simulação

- A) inocente
- B) relativa objetiva
- C) absoluta
- D) maliciosa

E) relativa subjetiva

03 Quando a norma jurídica permitir a formalização do negócio por vários modos, possibilitando que a parte opte por um deles, ter-se-á a forma

- A) genérica
- B) plural
- C) única
- D) livre
- E) contratual

04 A proteção preventiva da posse ante a ameaça de turbação ou esbulho, opera-se mediante

- A) ação de força nova espoliativa
- B) ação de dano infecto
- C) embargos de terceiro senhor e possuidor
- D) ação de imissão de posse
- E) interdito proibitório

05 Quando houver acréscimo paulatino de terras às margens de um rio em razão do afastamento das águas, que descobrem parte do álveo, ter-se-á o (a)

- A) abandono de álveo
- B) aluvião própria
- C) avulsão
- D) acessão artificial
- E) aluvião imprópria

06 É direito do censuista

- A) resgatar a renda
- B) alienar o imóvel gravado, transmitindo com ele a obrigação que o onera
- C) renunciar ao direito de resgate

- D) exigir a sub-rogação da renda no valor da desapropriação ou no valor do seguro do prédio sinistrado
- E) mover ação negatória para provar a plenitude do domínio

07 A convenção, mediante a qual o credor, possuindo um imóvel do devedor, percebe os seus frutos para conseguir a soma de dinheiro emprestada, imputando na dívida e até o seu resgate, as importâncias que for recebendo, denomina-se

- A) anticrese
- B) sub-hipoteca
- C) penhor de direitos
- D) caução de título de crédito
- E) servidão predial

08 "A" deve a "B" R\$ 20.000,00. "B" se propõe a liberar "A" se ele concordar em contrair com "C" dívida de igual quantia. Se a proposta for aceita, o débito de "A" para com "B" desaparece e surge uma nova dívida de "A" para com "C". Neste caso configura-se a novação

- A) subjetiva passiva por expromissão
- B) subjetiva ativa
- C) subjetiva passiva por delegação
- D) real
- E) objetiva

09 A exceptio non rite adimpleti contractus é a cláusula resolutiva

- A) tácita relativa ao inadimplemento parcial da prestação, que constitui objeto do contrato bilateral
- B) tácita que somente se prende a contrato unilateral
- C) tácita aplicada no caso de inadimplemento total da obrigação, incumbindo a prova ao contratante que não a cumpriu
- D) tácita aplicada em caso de inadimplemento total do contrato unilateral
- E) expressa que se prende a contrato bilateral

10 Assinale a opção correta.

- A) Na venda ad mensuram, se o comprador constatar que o imóvel não corresponde às dimensões da escritura pode exigir o complemento da área por meio da ação sumária, denominada ex Vendito.
- B) Se os cômodos nada mais são do que proveitos ou melhoramentos do bem, não compreendendo os frutos naturais por ele produzidos e as acessões oriundas de fato do devedor, o comprador não pode ter direito aos frutos pendentes.
- C) A preempção é o pacto adjeto à compra e venda em que o comprador de coisa móvel ou imóvel fica com a obrigação de oferecê-la a quem lha vendeu, para que este use do seu direito de prelação em igualdade de condições, no caso de pretender vendê-la ou dá-la em pagamento.
- D) O pacto comissório é a cláusula inserida na compra e venda pela qual os contraentes anuem que a venda não se desfaça.
- E) A reserva de domínio é estipulada em contrato de compra e venda de coisa móvel fungível.

RESPOSTAS

- 1 - B
2 - C
3 - B
4 - E
5 - E
6 - D
7 - A
8 - B
9 - A
10 - C

DIREITO CIVIL

01 - (ESAF/AFTN/98) Assinale a opção falsa.

- a) A remição hipotecária é o direito concedido a certas pessoas de liberar o imóvel onerado, mediante pagamento da quantia devida, desde que haja o consentimento do credor.
- b) Anticrese é o direito real de perceber os frutos em desconto da dívida, segundo as regras gerais de imputação em pagamento.

c) O fiduciário tem o dever de proporcionar ao fiduciante o financiamento, empréstimo ou entrega de mercadoria a que se obrigou.

d) O devedor pignoratício tem direito de conservar a posse indireta do bem empenhado, apesar de o transferir ao credor.

e) O fiduciante tem o direito de receber do fiduciário o saldo da venda da coisa alienada, efetivada por força do inadimplemento de sua obrigação.

02 - (ESAF/AFTN/98) O usufruto instituído para beneficiar várias pessoas, extinguindo-se, gradativamente, em relação a cada uma das que falecerem, é o usufruto

a) temporário

b) restrito

c) universal

d) simultâneo

e) sucessivo

03 - (ESAF/AFTN/98) A aquisição da propriedade imóvel pelo acréscimo formado em razão do afastamento das águas que descobrem parte do álveo do rio deu-se por:

a) abandono de álveo

b) aluvião imprópria

c) aluvião própria

d) avulsão

e) formação de ilha

04 - (ESAF/AFTN/98) A apólice que se ocupa de risco que se desenvolver ao longo da atividade, determinando a individualização e a especificação dos objetos segurados por meio de averbações realizadas dentro do período de sua vigência, designa-se apólice:

a) flutuante

b) simples

c) específica

d) plúrima

e) aberta

05 - (ESAF/AFTN/98) Se uma empresa, proprietária de certo bem móvel ou imóvel, o vender ou o der em dação em pagamento a outra que, ao adquiri-lo, imediatamente, o arrenda à vendedora, configurado está o

- a) Dummy corporation
- b) leasing operacional
- c) lease-back
- d) leasing financeiro
- e) self-leasing

06 - (ESAF/AFTN/98) Se o de cujus, antes de falecer, não tendo herdeiros necessários, simulou a venda de um terreno a terceira pessoa, a quem pretendia deixar o bem alienado aparentemente a título de legado, ter-se-á simulação:

- a) maliciosa
- b) inocente
- c) relativa subjetiva
- d) relativa objetiva
- e) absoluta

07 - (ESAF/AFTN/98) Assinale a opção falsa.

- a) Ato jurídico stricto sensu é o que surge como mero pressuposto de efeito jurídico, preordenado pela lei, sem função e natureza de auto-regulamento.
- b) Ato material consiste na atuação da vontade que lhe dá existência imediata, porque não se destina ao conhecimento de determinada pessoa, não tendo, portanto, destinatário.
- c) A prescrição e a decadência são fatos jurídicos em sentido estrito, classificados, quanto à sua normalidade, em ordinários.
- d) Participação consiste numa declaração para ciência ou comunicação a outrem de intenção ou de fato.
- e) Fato jurídico stricto sensu é o acontecimento dependente da vontade humana, que produz efeitos jurídicos, criando, modificando ou extinguindo direitos.

08 - (ESAF/AFTN/98) O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS é

- a) pessoa jurídica de direito público interno de administração indireta

- b) pessoa jurídica de direito público interno de administração direta
- c) associação
- d) pessoa jurídica de direito privado
- e) fundação particular

09 - (ESAF/ASSISTENTE JURIDICO/99) Assinale a opção falsa.

- a) A Lei de Introdução ao Código Civil é parte componente do Código Civil, sendo suas normas aplicáveis apenas ao Direito Civil.
- b) A Lei de Introdução ao Código Civil é uma lex legum, ou seja, um conjunto de normas sobre normas.
- c) A Lei de Introdução ao Código Civil é também o Estatuto do Direito Internacional Privado.
- d) A Lei de Introdução ao Código Civil disciplina o direito intertemporal, para assegurar a certeza, segurança e estabilidade do ordenamento jurídico-positivo, preservando as situações consolidadas em que o interesse individual prevalece.
- e) A Lei de Introdução ao Código Civil contém critérios de hermenêutica jurídica.

10 - (ESAF/ASSISTENTE JURIDICO/99) A faz seguro de vida, omitindo moléstia grave, e falece poucos meses depois. A seguradora pleiteia a anulação do negócio por estar configurado o dolo

- a) Acidental
- b) Negativo
- c) Bonus
- d) Positivo
- e) Incidens

11 - (ESAF/ASSISTENTE JURIDICO/99) A partilha amigável, sendo os herdeiros maiores e capazes, pode ser efetuada por escritura pública, termo nos autos do inventário ou instrumento particular, homologado pelo magistrado, porque sua forma é a

- a) Genérica
- b) Livre
- c) Única
- d) Plural

e) Geral

12 - (ESAF/ASSISTENTE JURIDICO/99) Se ausentes do Brasil, em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios, retornarem ao país, a prescrição que, contra eles não corria, volta a correr, computando-se o tempo decorrido antes de sua ausência, porque tal ausência era

- a) Causa interruptiva da prescrição
- b) Caso de prescrição ordinária interrompida
- c) Causa suspensiva da prescrição
- d) Caso de prescrição longi temporis
- e) Causa impeditiva da prescrição

13 - (ESAF/ASSISTENTE JURIDICO/99) O prêmio a que tem direito o inventor, acrescido da indenização a que faz jus pelas despesas efetuadas com a conservação e transporte da coisa, denomina-se

- a) Achádego
- b) Acessão
- c) Invenção
- d) Especificação
- e) Adjunção

14 - (ESAF/ASSISTENTE JURIDICO/99) Quando o proprietário A concede, mediante ato inter vivos, o usufruto de um imóvel a B, conservando a sua propriedade, configurado está o usufruto

- a) Convencional por retenção
- b) Legal
- c) Universal
- d) Convencional por alienação
- e) Impróprio

15 - (ESAF/ASSISTENTE JURIDICO/99) A hipoteca conferida àqueles que não tenham a administração de seus bens, sobre os imóveis de seus tutores ou curadores, é a

- a) Hipoteca judicial

- b) Hipoteca legal
- c) Hipoteca cedular
- d) Perempção legal
- e) Hipoteca convencional

16 - (ESAF/ASSISTENTE JURIDICO/99) Assinale a opção falsa.

- a) Não tem validade a datio in solutum efetuada por ascendente a descendente, sem o consenso dos demais descendentes.
- b) A novação subjetiva passiva pode dar-se pela delegação ou pela expromissão.
- c) A compensação legal pode ser declarada ex officio.
- d) A transação possui dupla natureza jurídica: a de negócio jurídico bilateral e a de pagamento indireto.
- e) A remissão parcial se dá quando o credor reduzir o débito, que subsistirá em parte e em parte será remitido.

17 - (ESAF/ASSISTENTE JURIDICO/99) A cláusula penal só pode ser reduzida pelo juiz quando o valor de sua cominação exceder ao do contrato principal e quando houver cumprimento parcial da obrigação, em razão de seu caráter específico de

- a) Acessoriedade
- b) Condicionalidade
- c) Compulsoriedade
- d) Subsidiariedade
- e) imutabilidade relativa

18 - (ESAF/ASSISTENTE JURIDICO/99) A venda, sob condição resolutiva, que só se aperfeiçoa se, no prazo estipulado, o comprador pagar o preço ou se, no prazo de dez dias seguintes ao vencimento daquele prazo, o vendedor demandar o preço, contém a cláusula especial designada

- a) Preempção
- b) pacto comissório
- c) reserva de domínio
- d) ad gustum

e) Retrovenda

19 - (ESAF/ASSISTENTE JURIDICO/99) Se A doar bens a B, estipulando que tais bens doados voltem ao seu patrimônio se sobreviver ao donatário, configurada está a doação

a) sob forma de subvenção periódica

b) Inoficiosa

c) com cláusula de reversão

d) Modal

e) Remuneratória

20 - (ESAF/ASSISTENTE JURIDICO/99) É dever do comitente:

a) Verificar tudo o que foi feito, apontando as falhas, sob pena de se presumirem aceitas e verificadas as partes já pagas

b) não fazer acréscimos que não sejam fundados em razões de absoluta necessidade técnica, sem o consenso do dono da obra

c) Enjeitar a obra ou pedir abatimento no preço, havendo descumprimento do ajuste ou das regras técnicas da arte

d) reter a obra, em função do trabalho a que se obrigou, recusando-se a entregá-la até que o dono da obra satisfaça sua obrigação

e) ceder o contrato de empreitada, desde que não seja intuitu personae

21 - (ESAF/ASSISTENTE JURIDICO/99) O depósito bancário, em que o banco se compromete a restituir a qualquer instante em que lhe for reclamada a quantia depositada, é considerado depósito

a) Regular

b) Necessário

c) Ordinário

d) Miserável

e) Irregular

22 - (ESAF/ASSISTENTE JURIDICO/99) O título de crédito em que o credor é nomeado, mas com possibilidade de efetuar-se sua transferência mediante mera aposição de assinatura no seu verso, é designado

- a) título nominativo
- b) Debênture
- c) título ao portador
- d) título que se dirige a credor anônimo
- e) título à ordem

23 - (ESAF/ASSISTENTE JURIDICO/99) Assinale a opção correta.

- a) Não está consagrado no direito brasileiro o princípio da correspondência entre a unitariedade da matrícula e a unidade do imóvel, relacionado com o da especialidade.
- b) O registro de imóveis é imutável.
- c) A presunção juris et de jure de domínio é o efeito primordial do registro imobiliário comum.
- d) A especialidade consiste no fato de o registro assentar uma perfeita e minuciosa identificação do imóvel registrando, com o escopo de impedir que sua transmissão seja feita irregularmente.
- e) É ato registrável a cessão de direitos hereditários.

24 - (ESAF/AGU/98) Os frutos armazenados em depósito para expedição ou venda são os

- a) percipiendos
- b) estantes
- c) consumidos
- d) percebidos
- e) pendentes

25 - (ESAF/AGU/98) Se um proprietário de uma casa alugada que, com intenção de facilitar a ação de despejo contra seu inquilino, fingir vendê-la a terceiro, para que este, residindo em imóvel alheio, tenha maior possibilidade de vencer aquela demanda, configurada está a simulação

- a) inocente
- b) relativa objetiva
- c) absoluta
- d) maliciosa
- e) relativa subjetiva

26 - (ESAF/AGU/98) Quando a norma jurídica permitir a formalização do negócio por vários modos, possibilitando que a parte opte por um deles, ter-se-á a forma

- a) genérica
- b) plural
- c) única
- d) livre
- e) contratual

27 - (ESAF/AGU/98) A proteção preventiva da posse ante a ameaça de turbação ou esbulho, opera-se mediante

- a) ação de força nova espoliativa
- b) ação de dano infecto
- c) embargos de terceiro senhor e possuidor
- d) ação de imissão de posse
- e) interdito proibitório

28 - (ESAF/AGU/98) Quando houver acréscimo paulatino de terras às margens de um rio em razão do afastamento das águas, que descobrem parte do álveo, ter-se-á o (a)

- a) abandono de álveo
- b) aluvião própria
- c) avulsão
- d) acessão artificial
- e) aluvião imprópria

29 - (ESAF/AGU/98) É direito do censuísta

- a) resgatar a renda
- b) alienar o imóvel gravado, transmitindo com ele a obrigação que o onera
- c) renunciar ao direito de resgate

- d) exigir a sub-rogação da renda no valor da desapropriação ou no valor do seguro do prédio sinistrado
- e) mover ação negatória para provar a plenitude do domínio

30 - (ESAF/AGU/98) A convenção, mediante a qual o credor, possuindo um imóvel do devedor, percebe os seus frutos para conseguir a soma de dinheiro emprestada, imputando na dívida e até o seu resgate, as importâncias que for recebendo, denomina-se

- a) anticrese
- b) sub-hipoteca
- c) penhor de direitos
- d) caução de título de crédito
- e) servidão predial

31 - (ESAF/AGU/98) "A" deve a "B" R\$ 20.000,00. "B" se propõe a liberar "A" se ele concordar em contrair com "C" dívida de igual quantia. Se a proposta for aceita, o débito de "A" para com "B" desaparece e surge uma nova dívida de "A" para com "C". Neste caso configura-se a novação

- a) subjetiva passiva por expromissão
- b) subjetiva ativa
- c) subjetiva passiva por delegação
- d) real
- e) objetiva

32 - (ESAF/AGU/98) A exceptio non rite adimpleti contractus é a cláusula resolutiva

- a) tácita relativa ao inadimplemento parcial da prestação, que constitui objeto do contrato bilateral
- b) tácita que somente se prende a contrato unilateral
- c) tácita aplicada no caso de inadimplemento total da obrigação, incumbindo a prova ao contratante que não a cumpriu
- d) tácita aplicada em caso de inadimplemento total do contrato unilateral
- e) expressa que se prende a contrato bilateral

33 - (ESAF/AGU/98) Assinale a opção correta.

- a) Na venda ad mensuram, se o comprador constatar que o imóvel não corresponde às dimensões da escritura pode exigir o complemento da área por meio da ação sumária, denominada ex Vendito.
- b) Se os cômodos nada mais são do que proveitos ou melhoramentos do bem, não compreendendo os frutos naturais por ele produzidos e as acessões oriundas de fato do devedor, o comprador não pode ter direito aos frutos pendentes.
- c) A preempção é o pacto adjeto à compra e venda em que o comprador de coisa móvel ou imóvel fica com a obrigação de oferecê-la a quem lha vendeu, para que este use do seu direito de prelação em igualdade de condições, no caso de pretender vendê-la ou dá-la em pagamento.
- d) O pacto comissório é a cláusula inserida na compra e venda pela qual os contraentes anuem que a venda não se desfaça.
- e) A reserva de domínio é estipulada em contrato de compra e venda de coisa móvel fungível.

34 - (ESAF/AGU/98) O contrato de custódia de ações ou valores mobiliários, identificáveis por número, não havendo estipulação de que o depositário os pode consumir, é um depósito

- a) irregular
- b) legal
- c) judicial
- d) miserável
- e) regular

35 - (ESAF/AGU/98) Quando os próprios segurados atuam, concomitantemente, como seguradores e segurados, de tal forma que a responsabilidade pelo risco será compartilhada por todos os segurados, respondendo cada um pelo dano sofrido por qualquer deles, ter-se-á o seguro

- a) de ramos elementares
- b) de capital deferido
- c) mútuo
- d) misto
- e) a prêmio

36 - (ESAF/AGU/98) A responsabilidade civil, classificada quanto ao seu fato gerador, resultante da violação de um dever geral de abstenção pertinente aos direitos reais ou de personalidade, é a

- a) direta
- b) subjetiva
- c) objetiva
- d) extracontratual
- e) indireta

37 - (ESAF/AGU/98) Assinale a opção falsa.

- a) É direito do fiduciante transmitir, sem anuência do fiduciário, os direitos de que seja titular sobre o imóvel, objeto da alienação fiduciária em garantia, assumindo o adquirente as respectivas obrigações.
- b) O fiduciário tem direito de pedir a reintegração da posse do imóvel, que deve ser concedida liminarmente, para desocupação em sessenta dias, desde que comprovada a consolidação da propriedade em seu nome.
- c) O fiduciário tem o dever de empregar o produto da venda da coisa alienada, se inadimplente o devedor, no pagamento do seu crédito, juros e despesas da cobrança.
- d) O fiduciário pode consolidar a propriedade imobiliária em seu nome se o fiduciante não purgar a mora.
- e) O fiduciário tem direito à restituição do imóvel alienado fiduciariamente, havendo insolvência do fiduciante.

38 - (ESAF/AGU/98) Assinale a opção falsa.

- a) O sistema comum de registro imobiliário, ao entender que a todo imóvel perfeitamente individuado corresponde uma matrícula, veio consagrar o princípio da correspondência entre a unitariedade da matrícula e a unidade físico-jurídica do imóvel, relacionado com o da especialidade, visto reclamar exata caracterização e individuação do imóvel.
- b) O sistema comum de registro de imóveis produz o efeito de presunção juris et de jure da existência da propriedade e dos direitos reais sobre o imóvel, ressalvados os direitos de terceiro, que adquire o bem de raiz por confiar na veracidade do registro.
- c) O registro imobiliário terá eficácia conservatória de documento.
- d) O registro Torrens, por ser facultativo e excepcional, é um sistema registrário especial, podendo ser requerido apenas para imóveis rurais.
- e) O registro stricto sensu é o ato subsequente à matrícula do imóvel.

39 - (ESAF/FISCAL TRABALHO/98) O dolo que leva a vítima a realizar o ato negocial, porém em condições mais onerosas ou menos vantajosas, não afetando sua declaração de vontade, nem influenciando diretamente na realização daquele ato, que seria praticado independentemente do emprego de artifício astucioso, designa-se

- a) dolus bonus
- b) dolo accidental
- c) dolus malus
- d) dolo principal
- e) dolo recíproco

40 - (ESAF/FISCAL TRABALHO/98) A presunção deixada ao critério e prudência do magistrado, que se funda naquilo que ordinariamente acontece, denomina-se

- a) juris et de jure
- b) relativa
- c) juris tantum
- d) absoluta
- e) hominis ou simples

41 - (ESAF/FISCAL TRABALHO/98) Em relação aos modos de apreciação da culpa do agente, no caso em julgamento, ter-se-á culpa in abstracto, quando

- a) se atém ao exame da imprudência do agente
- b) se percebe que o ato lesivo só seria evitável por uma atenção extraordinária
- c) se leva em conta a questão da negligência do agente
- d) se faz uma análise comparativa da conduta do agente com a do homem normal
- e) se verifica que a lesão de direito adveio de uma abstenção

42 - (ESAF/FISCAL TRABALHO/98) Assinale a opção falsa.

- a) A locação de serviço é um contrato de forma livre.
- b) Na locação de serviço, o trabalhador coloca sua atividade à disposição do locatário, mediante remuneração, por conta e risco deste.

- c) Extingue-se o contrato de locação de serviço sem justa causa, se o locador achar-se inabilitado, por força maior, para cumprir o contrato.
- d) Normalmente a rescisão da locação de serviço dá-se pela conclusão da obra, quando ajustada por tarefa precisa e pelo escoamento do prazo.
- e) Se o locatário, sem qualquer motivo, despedir o locador, será obrigado a pagar-lhe por inteiro a retribuição vencida e por metade a que lhe tocaria de então ao termo legal do contrato.

43 - (ESAF/FISCAL TRABALHO/98) É direito do comitente

- a) perceber a remuneração convencionada
- b) reter a obra até que o dono da obra satisfaça sua obrigação
- c) corrigir os defeitos que a obra apresentar
- d) pedir o pagamento de materiais que foram entregues ao empreiteiro e por ele inutilizados devido à sua imperícia
- e) pagar a remuneração convencionada, na época ajustada

44 - (ESAF/FISCAL TRABALHO/98) Assinale a opção correta.

- a) A empreitada caracteriza-se pelo fato de considerar o resultado final e não a atividade do empreiteiro, em si, como objeto da relação contratual.
- b) O empreiteiro não tem o direito de requerer a medição das partes já concluídas, quando a obra se constitui por etapas, para presumir a seu favor a verificação do que lhe foi pago.
- c) É dever do dono da obra denunciar ao comitente os defeitos do material, que possam comprometer sua execução.
- d) Não há cessação da empreitada com a desapropriação, com imissão de posse do desapropriante.
- e) Em caso de rescisão unilateral da locação de obra, por parte do comitente, este está isento de qualquer responsabilidade civil.

45 - (ESAF/FISCAL TRABALHO/98) Se, na empreitada, a retribuição for estipulada para a obra inteira, sem considerar o fracionamento da atividade, permitindo sua variação em decorrência do preço de algum dos componentes da obra, ter-se-á empreitada

- a) de valor reajustável
- b) por medida
- c) a preço fixo relativo

- d) por preço máximo
- e) a preço fixo absoluto

46 - (ESAF/FISCAL TRABALHO/98) Constitui uma das características da cooperativa a (o)

- a) quorum para o funcionamento e deliberação da assembléia-geral baseado no número de associados e não no capital
- b) divisibilidade dos fundos de reserva
- c) cessão de cotas-partes do capital a terceiro
- d) invariabilidade do capital social representado por cotas-partes
- e) ausência de neutralidade política

47 - (ESAF/FISCAL TRABALHO/98) Assinale a opção falsa.

- a) A cooperativa rege-se pelo princípio da adesão livre, pois seus associados têm liberdade de ingresso ou saída, exceto as exigências estatutárias.
- b) A cooperativa sempre dependerá de autorização estatal para ser criada, por haver interferência do Estado no seu funcionamento.
- c) A cooperativa é regida pelo estatuto social e pelo princípio assemblear de decisão.
- d) A cooperativa que tiver como objetivo a prestação de serviços a terceiros irá, ao ofertar sua mão-de-obra aos clientes, participar da terceirização.
- e) É admissível a formação de cooperativa constituída por trabalhadores portuários avulsos registrados no Órgão Gestor de Mão-de-Obra, para executar atividades relacionadas à operação portuária.

48 - (CESPE/BACEN/97) Julgue os itens abaixo.

(1) Obrigação condicional é aquela que tem a sua eficácia subordinada a um acontecimento futuro e incerto. Caso a condição seja suspensiva, e ainda pendente, tem-se caracterizada apenas uma expectativa de direito. Caso seja resolutiva, a obrigação produz desde logo o efeito visado pelas partes, perdendo eficácia, porém, quando implementada a condição.

(2) Os sujeitos, o objeto e o vínculo jurídico são os elementos essenciais da obrigação. A cerca do elemento subjetivo, é desnecessário que o credor, por exemplo, seja determinado desde o início. Exige-se, apenas, que seja determinável. O objeto, por sua vez, consiste na prestação do devedor e se traduz em dar, fazer ou não fazer alguma coisa. Já o vínculo jurídico estabelece um liame entre os sujeitos, garantindo ao credor, se necessária, a utilização do poder judiciário para a satisfação do seu crédito.

(3) As obrigações sempre tem a lei como fonte, imediata ou remota.

(4) Nas dívidas comuns, presume-se a solidariedade entre os devedores, salvo convenção em contrário.

(5) O interesse em classifica-se a prestação em divisível ou indivisível decorre da pluralidade subjetiva do vínculo obrigacional, ou seja, da existência de mais de um credor e/ou mais de um devedor.

49 - (CESPE/BACEN/97) Julgue os itens seguintes.

(1) Os defeitos do ato jurídico decorrem de vícios do consentimento e de vícios sociais

(2) É anulável o ato jurídico decorrente de erro, ainda que acidental

(3) O dolo, que pode caracterizar-se por omissão, é a causa de anulabilidade do ato, desde que, entre outros requisitos, tenha sido a sua causa determinante.

(4) É anulável, por ser decorrente de coação, o pagamento de título vencido efetuado pela devedora, uma senhora com setenta anos de idade, receosa que o credor cumprisse com a ameaça que lhe fizera, qual seja, a de promover a execução judicial.

(5) É defeso ao juiz pronunciar, sem alegação da parte interessada, a nulidade de ato decorrente de erro, dolo ou coação. Todavia, caso se trate de simulação ou fraude contra credores, poderá o magistrado, de ofício, pronunciar a nulidade do ato.

50 - (CESPE/BACEN/97) Julgue os itens seguintes.

(1) Em regra, tem efeito repristinatório, imediato e automático, a lei revogadora de uma outra lei revogadora.

(2) O princípio cardeal para se saber se uma lei foi ou não tacitamente revogada é o da incompatibilidade.

(3) A analogia é uma das técnicas empregadas para a interpretação das leis.

(4) Somente a partir da inscrição, no registro peculiar, dos seus atos constitutivos é que começa a existência legal da pessoa jurídica de direito privado.

(5) A escultura e a pintura são bens acessórios em relação à matéria-prima e à tela, respectivamente.

51 - (CESPE/BACEN/97) Julgue os itens seguintes.

(1) São requisitos de validade do ato jurídico: a capacidade do agente, a liceidade do objeto e a forma legalmente prescrita ou permitida.

(2) Com algumas ressalvas, entre as quais, a disposição, legal ou contratual, em contrário, presume-se que o pagamento é quesível.

(3) Se Pedro deve doze quilos de café a João, que, por sua vez, deve vinte litros de leite àquele, então as duas obrigações extinguem-se, até onde se compensarem.

(4) Se Paulo deve a Tomé a importância de R\$ 50.000,00 em espécie, um automóvel e uma lancha, ambos devidamente determinados e individualmente avaliados em R\$ 50.000,00, então, ao oferecer a prestação em dinheiro, assiste ao devedor o direito de escolher qual das dívidas será quitada como o pagamento oferecido.

(5) A obrigação simplesmente anulável pode ser confirmada pela novação.

52 - (CESPE/BACEN/97) A cerca da teoria geral dos contratos, julgue os itens abaixo :

(1) A transação somente produz efeitos que lhe são próprios depois de homologada pelo juiz

(2) As expressões contrato e convenção podem ser consideradas sinônimas e representam a mesma idéia.

(3) O código civil brasileiro define o que seja contrato.

(4) Excepcionalmente, pode haver contrato em que intervenha apenas uma pessoa.

(5) A regra do pacta sunt servanda não comporta exceções e deve ser sempre obedecida.

53 - (CESPE/BACEN/97) Julgue os itens seguintes.

(1) A locação pode ter por objeto tanto coisas móveis quanto imóveis

(2) A locação predial é contrato bilateral, enquanto que o mútuo é contrato unilateral.

(3) No contrato de honorários advocatícios, o advogado é o locador, ao passo que o cliente é o locatário.

(4) O comodato só pode ser celebrado por escrito.

(5) A empreitada é uma espécie de locação de serviços.

54 - (CESPE/BACEN/97) Julgue os itens seguintes.

(1) Toda e qualquer ação contra a fazenda pública prescreve em cinco anos.

(2) O prazo de dez dias que o código civil confere para o marido propor ação visando anular o casamento contraído com mulher já deflorada é prescricional, não decadencial.

(3) A responsabilidade civil de um motorista que atropela alguém, ao conduzir seu veículo particular com excesso de velocidade, deriva de culpa extracontratual ou aquiliana.

(4) Em uma indenização por atropelamento decorrente de acidente de trânsito, incidem, além dos juros ordinários, os juros compostos.

(5) O código civil brasileiro acolheu a teoria subjetiva de Savigny acerca da posse, ao dizer que se considera possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes ao domínio ou propriedade.

55 - (CESPE/BACEN/97) Acerca dos direitos reais de garantia, julgue os itens seguintes.

- (1) Um indivíduo, ao deixar suas jóias na Caixa Econômica Federal para garantir um empréstimo, as está penhorando.
- (2) O mandatário que dispõe de poderes genéricos para contrair empréstimos em nome de uma pessoa pode constituir direito real de garantia sobre os bens desta, mesmo não dispondo de poderes especiais e expressos para esse último caso.
- (3) Como a lei não pode interferir no princípio da autonomia da vontade, as hipóteses que acarretam o vencimento antecipado da dívida assegurada por garantia real devem constar expressamente do contrato.
- (4) Se a dívida não for paga no seu vencimento, é perfeitamente válida a cláusula contratual que autoriza o credor pignoratício, anticrético ou hipotecário a ficar com o objeto de garantia.
- (5) Na anticrese, o devedor transfere o imóvel dado em garantia para o credor ; ficando privado de sua posse e gozo; na hipoteca, o imóvel gravado permanece em poder do hipotecante.

56 - (CESPE/BACEN/97) Julgue os itens seguintes.

- (1) Embora seja mais freqüente nos contratos, a cláusula penal também pode ser inserida em outros atos jurídicos, como, por exemplo, no testamento.
- (2) A nulidade da obrigação principal nem sempre importa a da cláusula penal.
- (3) Não cabe ação executiva para cobrança de multa contratual.
- (4) As dívidas de jogos, as dívidas prescritas e os juros não-convencionados são casos de obrigações naturais mais conhecidos no direito brasileiro.
- (5) A posse do título pelo credor gera uma presunção absoluta de que não foi pago pelo devedor.

57 - (ESAF/PFN/98) Assinale a opção falsa.

- a) A Lei de Introdução não é parte integrante do Código Civil, por ser aplicável a qualquer norma e por conter princípios gerais sobre as leis em geral.
- b) A Lei de Introdução é uma *lex legum*, ou seja, um conjunto de normas que não rege relações de vida, mas sim as normas, uma vez que indica como interpretá-las, determinando-lhes a vigência e eficácia, suas dimensões espaço-temporais, assinalando suas projeções nas situações conflituosas de ordenamentos jurídicos nacionais e alienígenas, evidenciando os respectivos elementos de conexão.
- c) A Lei de Introdução é um código de normas que não tem por conteúdo qualquer critério de hermenêutica jurídica.
- d) As normas de direito internacional privado contidas na Lei de Introdução ao Código Civil têm por objetivo solucionar o conflito de jurisdição, estabelecer princípios indicativos de critérios solucionadores do problema

de qualificação, determinar o efeito dos atos realizados no exterior, reger a condição jurídica do estrangeiro e tratar da eficácia internacional de um direito legitimamente adquirido em um país, que poderá ser reconhecido e exercido em outro.

e) A Lei de Introdução ao Código Civil disciplina a garantia da eficácia global da ordem jurídica, não admitindo a ignorância da lei vigente, que a comprometeria.

58 - (ESAF/PFN/98) Aponte a opção falsa.

- a) O juiz só pode conhecer, ex officio, a decadência ex vi voluntatis.
- b) A decadência ex vi legis, por ser de ordem pública, é irrenunciável.
- c) São imprescritíveis as ações que versam sobre os direitos da personalidade.
- d) A prescrição pode ser alegada em qualquer instância ou fase do processo, pela parte a quem aproveita.
- e) A causa suspensiva da prescrição é a circunstância que paralisa temporariamente seu curso, de modo que, superado o fato suspensivo, a prescrição continua a correr, computado o tempo decorrido antes dele.

59 - (ESAF/PFN/98) Aquele que, em virtude de sua situação de dependência econômica ou de vínculo de subordinação em relação a uma outra pessoa, exerce sobre o bem, não uma posse própria, mas a posse desta última e em nome desta, em obediência a uma ordem ou instrução, é considerado

- a) possuidor indireto
- b) compossuidor pro diviso
- c) compossuidor pro indiviso
- d) fâmulos da posse
- e) possuidor direto

60 - (ESAF/PFN/98) Quando coisas sólidas ou secas pertencentes a pessoas diversas se mesclarem de tal forma que seria impossível separá-las, ter-se-á

- a) adjunção
- b) especificação
- c) confusão
- d) tradição
- e) comistão

61 - (ESAF/PFN/98) A relação obrigacional que contém duas ou mais prestações de dar, de fazer ou de não fazer, decorrentes da mesma causa ou do mesmo título, que deverão realizar-se totalmente, de modo que o inadimplemento de uma envolve o seu descumprimento total, visto que o credor não está obrigado a receber uma sem a outra, denomina-se obrigação

- a) alternativa ou disjuntiva
- b) facultativa
- c) simples
- d) com faculdade alternativa
- e) cumulativa ou conjuntiva

62 - (ESAF/PFN/98) Assinale a opção falsa.

- a) O efeito primordial da cláusula penal é o de inexigibilidade pelo iure, pois dependerá de alegação de prejuízo por parte do credor que deverá provar que já foi lesado pela inexecução culposa da obrigação ou pela mora.
- b) A cláusula penal pode referir-se à mora, caso em que ao credor assistirá o direito de demandar cumulativamente a pena convencional e a prestação principal.
- c) A cláusula penal possui o caráter específico da condicionalidade, pois o dever de pagá-la está subordinado a um evento futuro e incerto: o inadimplemento total ou parcial da prestação principal ou o cumprimento tardio da obrigação, por força imputável ao devedor.
- d) A cláusula penal é um pacto acessório, pelo qual os contratantes estipulam, de antemão, pena pecuniária ou não, contra a parte infringente da obrigação, como consequência de sua inexecução culposa ou de seu retardamento, fixando, assim, o valor das perdas e danos, e garantindo o exato cumprimento da obrigação principal.
- e) O caráter intimidatório da cláusula penal representa um reforço do vínculo obrigacional, assegurando sua execução.

63 - (ESAF/PFN/98) Delegação com efeito novatório é a

- a) delegação imperfeita que se cumpre sem a extinção da obrigação do delegante
- b) novação subjetiva ativa
- c) novação real
- d) novação em que há alteração no objeto da relação obrigacional
- e) delegação perfeita, que altera a pessoa do devedor com o consenso do devedor originário, que indica uma terceira pessoa para resgatar seu débito, com anuência do credor

64 - (ESAF/PFN/98) Havendo cláusula expressa de exclusão da garantia, sem que o adquirente tenha assumido o risco da evicção de que foi informado,

- a) o alienante estará isento de toda e qualquer responsabilidade
- b) o adquirente perderá tudo o que desembolsou
- c) o adquirente terá direito de reaver o preço que desembolsou
- d) o evicto não terá direito a qualquer ressarcimento
- e) o contrato passará a ser aleatório, deixando de ser comutativo

65 - (ESAF/PFN/98) Se o adquirente recebeu a coisa mediante compra das cotas ideais de diversos condôminos, assegurando a cada um deles a preferência na reaqisição da respectiva cota-parte, ter-se-á:

- a) pacto comissório
- b) preempção exercida pro-parte
- c) reserva de domínio
- d) pacto de retrovenda
- e) venda a contento

66 - (ESAF/PFN/98) A adoção feita em comum a mais de uma pessoa, sendo distribuída por igual entre os diversos donatários, salvo se o contrato estipulou o contrário, designa-se doação

- a) a termo
- b) inoficiosa
- c) com cláusula de reversão
- d) conjuntiva
- e) em forma de subvenção periódica

67 - (ESAF/PFN/98) Ter-se-á empreitada a preço fixo absoluto, quando

- a) a retribuição for estipulada para a obra inteira, sem considerar o fracionamento da atividade, não se admitindo qualquer alteração na remuneração, seja qual for o custo da mão-de-obra ou dos materiais, de modo que o empreiteiro não poderá exigir do comitente quantia maior do que a ajustada

b) contiver cláusula permissiva de variação do preço em consequência de aumento ou diminuição valorativa da mão-de-obra e dos materiais

c) o empreiteiro se obrigar a realizar o trabalho, ficando sob sua responsabilidade o fornecimento dos materiais e o pagamento da mão-de-obra, mediante o reembolso do dispendido, acrescido do lucro assegurado

d) o empreiteiro apenas assumir a obrigação de prestar o trabalho necessário para a confecção, a produção, a construção ou a execução da obra

e) na fixação do preço se atender ao fracionamento da obra, considerando-se as partes em que ela se divide ou a medida

68 - (ESAF/PFN/98) O seguro de vida em que o segurado só paga o prêmio avençado durante certo número de anos, ficando depois remido é o

a) seguro de vida inteira

b) seguro misto

c) seguro de capital deferido

d) seguro de ramos elementares

e) seguro de vida inteira com prêmios temporários

69 - (CESPE/TCU/95) A lei

(1) começa a vigorar em todo o país trinta dias depois de oficialmente publicada, salvo se ela dispuser de outra forma.

(2) nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

(3) revogada se restaura se a lei revogadora perder sua vigência.

(4) possui vigência temporária no curso da vacatio legis.

(5) não pode ter seu desconhecimento como alegação para escusa de seu descumprimento.

70 - (CESPE/TCU/95) Há pessoas jurídicas no Direito brasileiro

(1) que não são uma unidade de pessoas naturais, com vistas à consecução de certos objetivos, reconhecidas pela ordem jurídica como sujeitos de direito e de obrigações.

(2) que, assim como as pessoas físicas, possuem nacionalidade e domicílio.

(3) cuja personalidade não se adquire com o registro público de seus atos constitutivos.

(4) que, assim como as pessoas físicas, estão sujeitas a morte natural.

(5) que podem ter mais de um domicílio, como, por exemplo, as sociedades comerciais, e que não podem ter mais de um domicílio, como, por exemplo, a família.

GABARITOS

1 A

2 D

3 B

4 E

5 C

6 B

7 E

8 A

9 A

10 B

11 D

12 C

13 A

14 D

15 B

16 C

17 E

18 B

19 C

20 A

21 E

22 E

23 D

24 B

25 C

26 B

27 E

28 E

29 D

30 A

31 B

32 A

33 C

34 E

35 C

36 D

37 A

38 B

39 B

40 E

41 D

42 C

43 D

44 A

45 C

46 A

47 B

48 CCCEC

49 CECEE

50 ECECE

51 CCE*C

52 ECECE

53 CCCEC

54 EECCE

55 EEEEC

56 CECCE

57 C

58 A

59 D

60 E

61 E

62 A

63 E

64 C

65 B

66 D

67 A

68 E

69 ECEEC

70 CCCEE

Direito Civil

1) A aluvião imprópria é:

a) acessão natural por abandono de álveo por um rio.

b) acessão natural que se dá quando o acréscimo de terras as margens de um rio se forma em razão do afastamento das águas que descobrem parte do álveo.

c) acessão natural que se opera pelo repentino deslocamento de uma porção de terra por força natural violenta, desprendendo-se de um prédio para se juntar a outro.

d) acessão artificial porque as terras se acrescentam à margem do rio por meio de intervenção humana.

2) Alimentos:

a) provisionais são aqueles concedidos provisoriamente ao alimentário, antes ou no curso da lide principal.

b) provisionais são alimentos provisórios, concedidos em reconvenção.

c) fixados em acordo, homologado por sentença, podem ser modificados, independentemente de ação revisional.

d) concedidos por sentença, transitada em julgado, não podem ser modificados através de ação revisional.

3) A indenização por responsabilidade civil por acidente do trabalho ou moléstia profissional, fundada no Direito Comum, é devida ao empregado pelo empregador:

a) por responsabilidade objetiva.

b) Quando o empregador incorrer em dolo ou culpa grave.

c) Quando o empregador infringir normas de Engenharia do Trabalho ou de Medicina do Trabalho.

d) Quando o empregador incorrer em dolo ou culpa.

4) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança? Por quê?

a) Não. Porque se trata de obrigação personalíssima.

b) Sim. Respondendo os herdeiros, no entanto, desde que a indenização fixada, mesmo se situando fora das forças da herança, seja proveniente de reparação decorrente de homicídio.

c) Sim. Respondendo os herdeiros pela indenização total, em qualquer situação e sem limite.

d) Sim. Porque a obrigação, não sendo personalíssima, opera entre os seus herdeiros que, no entanto, não respondem por encargos superiores às forças de herança.

5) Quem são os herdeiros necessários? Em havendo, de que parte da herança o testador poderá dispor?

a) São apenas os descendentes e ascendentes do falecido. Poderá dispor só da metade da herança.

b) São apenas os descendentes do falecido. Poderá dispor só da metade da herança.

c) São os descendentes por jus sanguinis. Poderá dispor da legítima.

d) São apenas os descendentes até os filhos e os ascendentes até os pais. Poderá dispor só de um quarto da herança.

6) Em um contrato de compromisso de compra e venda de bem imóvel, celebrado em 1988, com pagamento do preço em prestações, as partes estabelecem que a falta de pagamento de qualquer delas, desde que constituído em mora o comprador, implicará em sua rescisão com a perda, em benefício do vendedor, do total das

prestações anteriormente pagas. Leia os itens abaixo, referentes à situação exposta:

I. será possível entender-se como antijurídica, a afirmação;

II . encontra-se parcialmente correta, a afirmação;

III . a rescisão do contrato não se mostrará possível, em face do Código de Proteção ao Consumidor;

IV. o juiz poderá decretar a perda parcial das prestações pagas.

A conclusão é no sentido de que

a) mostra-se correta apenas a afirmação do item IV.

b) são corretas apenas as afirmações dos itens I, II e III.

c) são corretas todas as afirmações.

d) são corretas todas as afirmações, à exceção do item III.

7) Por força do princípio da saisine, acolhido pelo nosso Código Civil:

- a) desde a abertura da sucessão, o domínio e a posse da herança transmitem-se aos herdeiros;
- b) a posse da herança transmite-se aos herdeiros e legatários, desde a abertura da sucessão;
- c) o domínio e a posse da herança transmitem-se aos herdeiros capazes e legatários, desde a abertura da sucessão;
- d) o domínio e a posse da herança transmitem-se somente após o registro do formal de partilha no Registro de Imóveis;
- e) apenas o domínio da herança transmite-se aos herdeiros, desde a abertura da sucessão;

8) Sobre danos extrapatrimoniais, considere as afirmações abaixo.

I -Os herdeiros não têm legitimidade para intentar ação visando a reparação pelos danos extrapatrimoniais causados à imagem de pessoa já falecida.

II -A divulgação de obra sem qualquer alteração e respeitando a sua autoria não constitui dano extrapatrimonial.

III -Como derivação do princípio da boa-fé, os danos extrapatrimoniais são admissíveis em matéria contratual.

Quais são corretas?

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas I e III.
- c) Apenas II e III.
- d) Apenas I.
- e) Apenas III.

9) Acerca da compra e venda, é INCORRETO afirmar-se que:

- a) não querendo ou não podendo os contratantes determinar o preço, é-lhes lícito convencionar sua fixação por terceiro.
- b) independentemente do título, a venda será ad corpus sempre que a diferença encontrada entre as dimensões descritas no contrato e as efetivamente existentes no imóvel não exceder de um vigésimo da extensão total.
- c) o direito potestativo resultante da venda a contento, para o comprador, é oponível aos herdeiros do vendedor.
- d) na venda com reserva de domínio, o comprador assume os riscos pela perda ou deterioração do bem, ainda pendente a condição suspensiva.
- e) os contratos estimatórios restringem-se a bens móveis.

10) Acerca do empréstimo, considere as afirmações abaixo.

- I -O comodato oneroso, também denominado de comodato irregular, rege-se-á pelas regras do mútuo.
- II -O mútuo é gratuito por natureza, mas pode ser oneroso.
- III -O mútuo é contrato real.

Quais são corretas?

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas I e III.
- c) Apenas II e III.
- d) Apenas I.
- e) Apenas II.

GABARITO

1) B

2) A

3) D

4) D

5) A

6) D

7) A

8) C

9) B

10) C